

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

THIAGO MAGALHÃES BORGES

DETERMINAÇÕES, CARACTERÍSTICAS E QUESTÕES SOBRE O MERCADO DE
TRABALHO CHINÊS ENTRE 1978 E 2024.

Curitiba

2024

THIAGO MAGALHÃES BORGES

DETERMINAÇÕES, CARACTERÍSTICAS E QUESTÕES SOBRE O MERCADO DE
TRABALHO CHINÊS ENTRE 1978 E 2024.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, no Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Demian Castro

Curitiba

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Borges, Thiago Magalhães

Determinações, características e questões do mercado de trabalho chinês
entre 1978 e 2024 / Thiago Magalhães Borges. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós- Graduação em Políticas
Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Demian Castro.

1. Mercado de trabalho. 2. Política pública. 3. Economia - China. I.
Castro, Demian. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-
Graduação em Políticas Públicas. III. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação POLÍTICAS PÚBLICAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **THIAGO MAGALHÃES BORGES** intitulada: **Determinações, características e questões do mercado de trabalho chinês entre 1978 e 2024**, sob orientação do Prof. Dr. DEMIAN CASTRO, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 18 de Junho de 2024.

Assinatura Eletrônica

20/06/2024 13:26:35.0

DEMIAN CASTRO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

21/06/2024 10:32:23.0

BRUNO MARTARELLO DE CONTI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)

Assinatura Eletrônica

19/06/2024 14:06:54.0

FABIANO ABRANCHES SILVA DALTO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

RESUMO

Esta dissertação tem o objetivo de discutir as mudanças sociais, econômicas e institucionais registradas na China a partir da transformação das relações empregatícias, parte do processo de reformas iniciado em 1978. A hipótese que se busca verificar é a da formação de um mercado de trabalho no país, onde até então o trabalho era alocado de maneira planejada. Desta forma, observou-se que o processo iniciado ao final dos anos 70, foi responsável pela criação de um setor privado na economia, com significância direta para o emprego, e indireta, sob o ponto de vista dos serviços básicos, previamente de responsabilidade do Estado e vinculados ao emprego. Assim, verificou-se que o emprego foi padronizado, seguindo o que se vê em mercados de trabalho, com relações menos sólidas entre empregado e empregador e aumento da vulnerabilidade social. Por outro lado, durante este período ocorreu significativo aumento da renda no país, cujo dado mais marcante é o acelerado avanço das condições de consumo das famílias. Diante dessa realidade, verificamos a existência de um Estado que atua tanto como planejador, induzindo o investimento, como apaziguador, elaborando políticas públicas para lidar com desequilíbrios trazidos pela liberalização econômica. Por fim, concluímos que o mercado de trabalho chinês combina elementos de mercado e de planejamento, ambos historicamente instituídos no país.

Palavras-Chave: Mercado de Trabalho – Políticas Públicas – Economia da China.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to discuss social, economic and institutional changes that have taken place in China since the transformation of employment relations, part of the reform process that began in 1978. The hypothesis to be verified is the formation of a labor market in the country, where until then work was allocated in a planned manner. It was observed that the process initiated at the end of the 1970s was responsible for the creation of a private sector in the economy, with direct significance for employment and indirect significance from the point of view of basic services, previously a state responsibility linked to employment. As a result, employment was standardized, in line with what is seen in labour markets, with less solid relations between employee and employer and greater social vulnerability. On the other hand, during this period there was a significant increase in the country's income, the most striking feature of which is the accelerated improvement in household consumption. Faced with this reality, we see the existence of a state that acts both as a planner, inducing investment, and as an appeaser, drawing up public policies to deal with the imbalances brought about by economic liberalization. Finally, we conclude that the Chinese labor market combines market and planning elements, both of which have been historically established in the country.

Keywords: Labor Market – Public Policy – China's Economy.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DE MERCADO DAS SOES AO FINAL DE 2015	36
GRÁFICO 2 - EMPREGOS URBANOS E RURAIS (1978 – 2021).....	44
GRÁFICO 3 - MIGRAÇÃO INTERNA NA CHINA (1996 – 2013).....	47
GRÁFICO 4 - EMPREGOS RURAIS FORMAIS E INFORMAIS (1990 – 2010).....	49
GRÁFICO 5 - DIVISÃO INTERSETORIAL DO EMPREGO (1978 – 2020).....	50
GRÁFICO 6 - EMPREGOS URBANOS EM MÚLTIPLAS FORMAS DE PROPRIEDADE , 2009 E 2019	51
GRÁFICO 7 - RENDA PER CAPITA URBANA E RURAL (1978 – 2022).....	54
GRÁFICO 8 - INCIDÊNCIA DE BENS DE CONSUMO SELECIONADOS EM LARES RURAIS, 2013 E 2021	55
GRÁFICO 9 - INCIDÊNCIA DE BENS DE CONSUMO SELECIONADOS EM LARES URBANOS, 2013 E 2022	56
GRÁFICO 10 - GASTO PER CAPITA RURAL COM CONSUMO (1998 – 2022).....	57
GRÁFICO 11 - GASTO PER CAPITA RURAL PROPORCIONAL AOS GASTOS TOTAIS (1998 – 2022)	57
GRÁFICO 12 - GASTO PER CAPITA URBANO COM CONSUMO (1998 – 2022)	58
GRÁFICO 13 - GASTO PER CAPITA URBANO PROPORCIONAL AOS GASTOS TOTAIS (1998 – 2022)	58

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - TIPOS DE PROPRIEDADE ESTATAL DA PRODUÇÃO	32
QUADRO 2 - GRANDES BANCOS COMERCIAIS CRIADOS AO INÍCIO DAS REFORMAS	36
QUADRO 3 - PERFIL DOS TRABALHADORES EM PLATAFORMAS SELECIONADAS (%)	74

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. CONSIDERAÇÕES GERAIS	12
2.1 MERCADO DE TRABALHO.....	16
2.2 DECISÕES POLÍTICAS.....	20
2.2.1 CONTEXTO CHINÊS.....	25
3. REFORMAS DE PROPRIEDADE E NOVA ESTRUTURA PRODUTIVA	30
3.1 SETOR BANCÁRIO.....	35
3.2 PRATICANDO O LEVE E O PESADO.....	39
4. MERCADO DE TRABALHO EM FORMAÇÃO	44
4.1 FIM DA ESTRUTURA DE SEGURIDADE MAOÍSTA.....	46
4.2 NOVA DINÂMICA CHINESA.....	71
4.2.1 FRAGILIDADES DOMÉSTICAS E A QUESTÃO GLOBAL.....	75
4.3 O “PESO” DO EMPREGO E DA INDUSTRIALIZAÇÃO.....	82
5. CONCLUSÃO	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	97
APÊNDICE.....	106

1. INTRODUÇÃO

Cotidianamente nos deparamos com a economia chinesa sendo pautada nos noticiários. O grau de importância do país asiático na economia global tem avançado significativamente nas últimas décadas. Se compararmos a China da década de 70 com a de 2024, é evidente um salto significativo em termos de renda e produto. O terceiro país em extensão territorial, com mais de 9 milhões de quilômetros quadrados e apenas recentemente ultrapassado em termos populacionais pela Índia, levantou algo em torno de 800 milhões de pessoas da linha da pobreza¹ nas últimas quatro décadas (BANCO MUNDIAL, 2022, não p.). No ano de 2010, o país superou o Japão e se consolidou como o segundo maior PIB do mundo. Em 2021, foi anunciada a superação da extrema pobreza.

O território que hoje conhecemos por China possui uma história milenar, dividida em mais de uma dezena de dinastias. A Qing (1644-1912) marca o início da penetração do capital estrangeiro, resultando nas condições impostas pelas potências industriais durante e após as guerras do ópio. Durante a segunda metade do século XIX, a população era composta por uma maioria de lavradores, cerca de 80% dos chineses (POMAR, 2003, p. 31-63). Diante do cenário de dificuldade para a grande maioria da população, imposto pelas guerras imperialistas, a dinastia Qing chegará ao seu fim, com a proclamação da República Nacional, entre 1910 e 1912. É importante salientar que durante esse período o território chinês estava bastante fragmentado, com áreas ainda controladas por senhores feudais não alinhados à república (POMAR, 2003, p. 32-33). Desse evento até a revolução de 1949, duas principais forças políticas trabalharam juntas em alguns momentos, no sentido da unificação nacional, e se enfrentaram em outros. Esse cenário terá uma resolução com a vitória do Partido Comunista da China (PCCh) sobre o Nacionalista (Guomintang). Com a proclamação da República Popular da China (RPC) será executada uma profunda reforma agrária (POMAR, 2003, p. 38-63).

O período que sucedeu a revolução foi marcado por um forte desequilíbrio entre campo e cidade. Ao longo dos anos 50 e 60, consecutivos planos quinquenais

¹ A linha internacional da pobreza é definida pelo Banco Mundial como indivíduos que vivem com menos de 1,90 USD por dia.

foram colocados em prática buscando avançar a capacidade produtiva, sobretudo a industrial. Com a escassez de crédito internacional, o peso do desenvolvimento produtivo das cidades caiu sobre os camponeses, que tiveram sua renda reduzida em mais de 20% entre 1953 e 1957 (POMAR, 2003, p. 67-68). É significativo apontar que durante esse período a grande maioria da população estava situada no campo. Em 1950, eram 89% dos chineses (NBS, 2023, não p.). Assim, era fundamental melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais, sobretudo considerando sua importância para o processo revolucionário².

Embora um avanço produtivo significativo tenha ocorrido durante as primeiras quatro décadas da revolução, fazendo com que a participação relativa das atividades industriais no PIB avançasse de 20,8% em 1952, para 40,3% em 1970 (NBS, 2023, não p.), Pomar (2003, p. 87-88) descreve-o como desequilibrado, ao passo que a indústria pesada fora significativamente incrementada, a agricultura e o consumo pouco avançavam, fato agravado pela quase inexistência de indústria leve³.

Após a morte de Mao Zedong, em 1976, uma série de discussões dentro do partido levaram à adoção das reformas econômicas, a partir de 1978. Nesse processo, Deng Xiaoping se destaca, recorrendo às teses de Zedong para apontar as contradições pelas quais o país passava e propondo um caminho focado no desenvolvimento das forças produtivas, a partir de Quatro Modernizações: agrícola, militar, científica e tecnológica (CARVALHO, 2013, p. 44-45).

As reformas significaram grandes mudanças na vida dos trabalhadores chineses, ao passo que trouxeram novas instituições e perspectivas econômicas ao país. Ao decorrer desse processo, identificamos grandes fluxos migratórios que dialogam diretamente com a dinâmica econômica estabelecida no país. Essa, por sua vez, é sintetizada por dois principais aspectos, exportações e investimento. Paula e Jabbour (2017, p. 8) descrevem o predomínio da primeira abordagem entre os anos 80 e 90, sendo mais perceptível a segunda a partir do século XXI, levando a uma mudança estrutural no país, caracterizada por uma acelerada urbanização acompanhada de volumosos investimentos em infraestrutura.

² A guerra civil que levou à formação da RPC, foi vencida pelo PCCh através da adoção do conceito de “Guerra Popular Prolongada”. Este, é sintetizado por Saint-Pierre (1997, p. 167) como “a soldadura entre exército e povo”.

³ De acordo com textos do período, Zedong (1956, não p.) tinha consciência de que este equilíbrio era necessário, embora ainda não o identificasse na China de meados dos anos 50.

Em termos do objeto de pesquisa desse estudo, as mudanças econômicas e institucionais determinam um novo paradigma para o emprego no país, onde o trabalho teria deixado de ser alocado de maneira planejada. No novo ambiente, são ampliadas as possibilidades de influência das relações de oferta e demanda na definição do emprego, com um emergente setor privado da economia. Esse cenário é contemporâneo ao crescimento acelerado das possibilidades de consumo dos trabalhadores, que engloba desde bens de consumo duráveis e não duráveis, até serviços básicos que deixam de ser um direito ligado ao emprego e passam a ser providos pela iniciativa privada, ou requerem a contribuição com taxas de utilização. Com a formação desse mercado de trabalho, embora verifiquem-se avanços materiais significativos na vida dos trabalhadores, contradições surgem, tornando necessária a intervenção estatal, que, por sua vez, faz jus à essência planejadora chinesa, porém em uma sociedade agora dividida em classes.

De maneira geral, a pesquisa teve o objetivo inicial de compreender a formação do mercado de trabalho chinês, bem como suas contradições, o que nos permitiu colocar em debate a divisão de forças envolvida nas decisões políticas na China hoje. Considerando como hipótese inicial a formação de um mercado de trabalho na sociedade chinesa, a partir da transição de uma alocação planejada do trabalho para um mercado, realizamos uma revisão cronológica das medidas institucionais tomadas a partir de 1978 na China, seus impactos iniciais e medidas subsequentes voltadas ao combate às distorções criadas pelas primeiras medidas. Partindo do princípio de que cada sociedade possui particularidades que nos obrigam a primeiramente compreender materialmente a realidade para que então possamos realizar discussões teóricas, brevemente revisamos fundamentações para a categorização de um “mercado de trabalho”, a fim de sustentar nossa hipótese, bem como revisamos as circunstâncias determinantes para as tomadas de decisões políticas, refletindo sobre a intervenção estatal na busca por equilibrar recursos ao longo do tempo e do espaço.

A pesquisa nos permitiu observar profundas mudanças na dinâmica institucional do país, nos levando a realizar algumas ponderações sobre sua relação com a melhora de indicadores socioeconômicos do país. De maneira geral, acreditamos ser premeditado creditar avanços sociais integralmente às reformas no emprego, embora sejam evidentes melhoras nas condições materiais dos trabalhadores durante o período. Por outro lado, podemos afirmar com certa

tranquilidade a existência de um mercado de trabalho bastante particular. Nele, apesar da manifestação das “forças de mercado”, a proeminência estatal na busca pelo equilíbrio se manifesta de duas formas, a indução de investimentos e políticas públicas. Diante dessa dualidade, finalizamos a pesquisa questionando as forças incidentes sobre tal processo político.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A observação de diversas variáveis econômicas como PIB, reservas cambiais, produção industrial e população economicamente ativa nos levam a crer que a China é um grande participante na dinâmica econômica global. E, embora este apontamento carregue bastante significância diante da realidade, a pura observação de dados nominais pode ter capacidade explicativa limitada, sobretudo sem a exposição da dinâmica de elementos que leva a esses resultados.

Se nosso objetivo não é apenas a constatação do estado atual das coisas, mas a compreensão do processo que às levou a tal estado, um processo de revisão bibliográfica pode ser útil a fim de compreender temas tangentes ao estado das coisas na China, como é o caso do emprego. Nesse processo, nos deparamos também com a possibilidade de encontrar em conceitos e teorias a síntese de alguns assuntos e elementos trabalhados. No entanto, esse artifício pode empobrecer a pesquisa, ao passo que potencialmente desconsidera particularidades de cada experiência histórica, sobretudo quando tratamos de uma sociedade tão distante daquelas para as quais os conceitos que predominam na literatura foram idealizados.

Nesse sentido, Jabbour e Gabriele (2021, p. 103) nos trazem a percepção de que a economia chinesa pós-reformas seria uma “formação econômico-social de novo tipo”. Em linha similar, Castro e Goulart Jr. (2022, p. 1-4) defendem que se evite a “cultura da tradução” ao se tratar desta experiência. Para os autores, esse processo seria a utilização de preconceções, oriundas de um olhar enviesado pela percepção ocidental da realidade. Assim, colocam que:

Quando se trata do conhecimento organizado, institucionalizado e sujeito ao jogo do poder, estas interpretações ou traduções aparecem cristalizadas e entram na área das influências e acomodações orientadas a formar público e adeptos. Neste plano, as interpretações tentam ganhar o poder da verdade, aparecer como formulações inquestionáveis. Destas derivam recomendações, decálogos, orientações a pautar comportamentos e políticas públicas. O apoio ou sustento financeiro fortalecem esta capacidade de influenciar as opiniões, o dinheiro investido ajuda a produzir as verdades necessárias ao jogo do poder. Democracia, liberdade, livre-mercado, propriedade intelectual e patentes, Consenso de Washington, finanças sadias – são palavras chaves a forjar caminhos coletivos de validade universal. Neste plano, a riqueza das interpretações e das traduções desaparece e abre caminho à banalização do outro. (CASTRO; GOULART JR., p. 4).

Isso não significa dizer que arcabouços teóricos ocidentais não façam parte do recente desenvolvimento das forças produtivas chinesas, mas é necessário

considerar o ambiente em que estas relações ocorrem. Se teóricos ocidentais participaram no assessoramento das reformas de Deng Xiaoping, o fizeram “(...) sob a guarda do partido e do Estado (...)” (CASTRO; GOULART JR., 2022, p. 8), em uma sociedade milenar, de características ímpares, onde noções e teorias acerca das relações de mercado e da participação estatal em sua estabilização datam do século VII a.C.

Weber (2023, p. 41-47) aponta a presença de uma tradição econômica chinesa desde o período dinástico. Na região onde está situada a RPC, debates que hoje nos referimos como “econômicos” teriam iniciado durante “a era de ouro da cultura chinesa”, ao decorrer dos períodos das Primaveras e Outonos (772-467 a.C.) e dos Reinos Combatentes (475-221 a.C.). Assim, a tradição econômica chinesa, chamada de “estudo de como tornar o país mais rico”, envolve a presença do Estado e seu papel na formação de preços, abrangendo as relações entre comportamento do povo, poder político e regulação estatal.

Dentro da perspectiva da estabilização de preços, o *Guanzi* seria um texto central para o pensamento econômico chinês. Escrito por vários autores anônimos, supõe-se assessores econômicos e planejadores, o texto tem como abordagem teórica básica o princípio do “leve-pesado”. Esse, por sua vez, teria surgido com o objetivo de fortalecer o Estado e o exército durante um período instável, marcado por caos e guerras. Para tanto, o poder central deveria equilibrar forças econômicas, compreendendo que mercadorias podem ser consideradas “leves” ou “pesadas” a depender da sua relevância momentânea para a produção e para o bem-estar humano. Uma mercadoria sem importância, que não vale a pena acumular, seria “leve”, já a pesada desejável. Logo, a depender da sazonalidade, das práticas de produção e da própria dinâmica do mercado, a categorização da mercadoria pode variar, cabendo à política econômica equilibrar esses pesos.

Ainda segundo esse princípio, embora o Estado não deva atuar contra as forças espontâneas inerentes à economia, seu objetivo seria realizado por meio da utilização desses impulsos para enriquecer e governar. Em termos práticos, esse processo seria baseado na compra e armazenamento de excedentes por parte do Estado, evitando quedas acentuadas na renda dos ofertantes. Bem como a operação inversa, em momentos de escassez (WEBER, 2023, p. 44-50). Na passagem a seguir, a autora comenta como esse tipo de prática encontra paralelos até mesmo em determinada parte do período maoísta.

Um relatório confidencial da Agência Central de Inteligência (CIA) resumiu a técnica operacional do PCCh para estabilizar os preços em termos notavelmente semelhantes aos princípios tradicionais da política chinesa [...]. A inteligência norte-americana enfatizou que os comunistas abandonaram o controle dos mercados de bens essenciais para a subsistência das pessoas e observou que o partido utilizava negócios privados e a interação dinâmica de oferta e demanda para estabilizar os preços e colocar produção e distribuição. A estratégia do governo comunista era ter a liderança de preços sobre bens de consumo essenciais⁷⁸. Em vez de recorrer à pressão política e ao poder de policiamento para conter diretamente os preços de mercado, a liderança controlava indiretamente os preços, reanimando e canalizando as forças do mercado, não tentando suprimi-las. Preços tabelados⁷⁹ foram aplicados por varejistas estatais, mas não impostos de imediato aos vendedores privados; os preços tabelados se tornaram dominantes apenas quando o Estado comunista conquistou a liderança de preço. (WEBER, 2023, p. 130-131).

De vota às reformas, sua execução, portanto, envolve um vasto conhecimento e considerações que remetem a economistas academicamente reconhecidos sob o espectro do conhecimento econômico ocidental, mas não se limitando a esse ferramental. Sobre nosso método de interpretação da realidade para a condução dessa pesquisa, entendemos que as transformações sociais podem ser contrastadas às ideias, mas não comprimidas até que nelas se encaixem. Dessa forma, iniciamos por formalizar a hipótese que lançamos e em seguida definiremos os conceitos com os quais trabalhamos. Após essas considerações, partiremos para a observação cronológica dos fatos estudados, para que, por fim, possamos interpretar o que está posto na dinâmica do emprego a partir das reformas.

Com as limitações discutidas em mente, a presente pesquisa tem o objetivo de explorar as mudanças que a organização do emprego sofreu nas últimas décadas na China, observando e considerando as relações entre as medidas tomadas pelo Estado e seus efeitos na sociedade, buscando compreender para além dos efeitos imediatos das reformas no emprego, a dinâmica das decisões políticas na China. Devemos, no entanto, ressaltar que esta pesquisa assume como hipótese a inexistência de um mercado de trabalho na China até o final dos anos 70. Dessa forma, com a reformas econômicas e institucionais, esse mercado seria gradualmente estabelecido, criando interesses difusos na sociedade. Essa tarefa, embora complexa, é de fácil delimitação se consideramos as reformas econômicas e institucionais, iniciadas em 1978, como ponto de partida, no qual um mercado de trabalho seria criado praticamente do zero.

Até essa data, os trabalhadores chineses eram alocados de forma planejada (BRAGA, NOGUEIRA, 2020, p. 55), fato que mudaria com a gradual instituição de um mercado de trabalho. A planificação, por sua vez, não se resumia a alocar os

trabalhadores “neste” ou “naquele” posto, mas estava intrinsicamente ligada a toda a organização social do país, visto que o emprego determinava desde o local de moradia, até o acesso a bens e serviços básicos e de seguridade social, como moradia, educação, saúde e previdência. Ao decorrer da pesquisa, adotaremos o termo serviços básicos para nos referirmos aos direitos desvinculados do emprego com as mudanças institucionais ocorridas, englobando não apenas a seguridade social.

Dada a magnitude que as mudanças institucionais tomaram com as desvinculações mencionadas, compreender a suposta formação desse mercado de trabalho envolve investigar não apenas as relações de produção em termos do alastramento da propriedade privada que ocorre com a nova institucionalidade, mas outras mudanças e impactos que circundam a transformação da sociedade chinesa desde o final dos anos 70. Além disso, a partir da hipótese central, de formação de um mercado de trabalho, podemos aprofundar nossos questionamentos sobre o objetivo de pesquisa. Em sendo verdade que ocorreu a formação de um mercado de trabalho, como este se diferencia do padrão anterior em termos de empregos? O que esta diferenciação significa em termos econômicos? O que ela significada para os trabalhadores? Qual sua relação diante da dinâmica geral das reformas? Quais foram as contradições criadas por tal processo? Como o governo lida com elas? Todas essas são perguntas que buscamos responder a partir da revisão bibliográfica a ser realizada.

Diante destas questões, podemos apontar que a compreensão do processo pelo qual a alocação do trabalho e as relações de emprego passaram na China, envolve uma percepção mais profunda, considerando elementos demográficos que se transformam, ao passo que a institucionalidade daquela sociedade muda. Além disso, essas mudanças são um fenômeno de grande relevância para a ciência social e econômica, visto que o período que se busca investigar é marcado justamente pela ascensão econômica da China, fazendo o país ocupar a posição de protagonista no comércio mundial, além de avanços sociais internos de “proporções chinesas”. Por fim, dada a condição comercial do país, a compreensão de sua dinâmica empregatícia é de fundamental importância para qualquer nação ou empresa envolvida no comércio internacional, sobretudo o Brasil, país cujo principal parceiro comercial é a China entre 2009 e a realização desse estudo. Ademais, precisamos inicialmente definir o que seria um mercado de trabalho, para que então possamos avaliar

propriamente como as mudanças ocorridas na China se relacionam com a hipótese de pesquisa.

2.1 MERCADO DE TRABALHO

Já temos em mente que as particularidades chinesas nos forçam a manter pleno estado de atenção ao buscar paralelos com teorias e postulados elaborados para outros contextos e períodos históricos. De toda forma, diante da hipótese lançada quanto à forma como o emprego se organiza nesta sociedade a partir da década de 80, precisamos consolidar um entendimento sobre como seria o ambiente em que o emprego é determinado pelas relações de mercado, para que então possamos buscar evidências na realidade chinesa.

Primeiramente, seguindo os princípios do *Guanzi*, apresentados por Weber (2023, p. 41-136), temos como objetivo principal a manutenção de um equilíbrio relativo. Isso significa, relativamente equilibrado em contraste à crise, mas não perfeitamente estável. Por exemplo, os preços dos grãos eram mais altos no outono que na primavera e no verão, mas a diferença era menor do que seria sem a participação do Estado. Isso ocorria porque quando os grãos eram “leves”, o Estado os comprava, quando eram “pesados”, os ofertava. Desta forma, o Estado se fortalece sem a necessidade de impor impostos diretos, além de proteger seu povo das consequências de desastres naturais. O emprego também participava do raciocínio, mas com a diferença de não poder ser estocado como grãos. Logo, o Estado deveria atuar como empregador quando a estação, o clima e desastres naturais não exigiam ou não permitiam trabalho no campo, impedindo que a fonte de riqueza paralisasse.

Já do ponto de vista econômico ocidental, Oliveira e Piccinini (2011, p. 1520-1522) organizam a compreensão do mercado de trabalho através de quatro grandes teorias, fazendo a separação entre clássicos e Marx. Na teoria clássica, Smith (1996) acredita que o mercado de trabalho funcionaria de maneira análoga aos mercados gerais. Nesse ambiente, trabalhadores e empregadores buscam a maximização de seu bem-estar. Essas relações ocorrem de modo que o trabalho poderia ser considerado o produto e o salário seu preço. Logo, trabalhadores atuam como vendedores, e empregadores como compradores, em um ambiente que pressupõe livre fluxo de trabalhadores entre empresas. Como as funções de oferta e demanda dependem do nível de salário, se um trabalhador espera um salário acima do

equilíbrio, não consegue emprego. Se um empregador oferece um salário abaixo, não consegue mão de obra.

Marx (2017) considera relações de força diferentes entre a classe dos trabalhadores e a dos capitalistas. Assim, o equilíbrio clássico entre oferta e demanda de mão de obra, na visão do autor, seria afetado por essa disparidade. Dessa forma, fosse pelo poder do capital pura e simplesmente, fosse pelo progresso técnico, ocorreria a manutenção de um nível de salário próximo ao de subsistência, assim garantindo um exército de reserva de trabalhadores.

Para os neoclássicos, o nível de emprego também seria consequência das relações de oferta e demanda. Dentro dessa perspectiva, o “capital humano” é considerado como elemento capaz de influenciar tanto a produção, na perspectiva da firma, quanto a habilidade e o acesso ao lazer, na perspectiva do trabalhador.

No espectro heterodoxo, Keynes (1996) considera que a demanda por trabalho seria dependente do nível de demanda da economia. Assim, caberia ao governo a busca pelo pleno emprego ou algo próximo a ele.

As observações de Nogueira (2011, p. 13) podem nos ajudar a organizar essas ideias e demonstrar seus desenvolvimentos diante do contraste entre perspectivas:

A preocupação dos economistas clássicos, de Smith a Marx, era não com a distribuição pessoal, mas com a repartição funcional da renda, que evidencia a disputa pelo excedente entre trabalho e capital e mostra “as proporções em que se apresentam os rendimentos que correspondem ao trabalho e, grosso modo, à propriedade do capital na renda nacional. As teorias baseadas na noção do excedente, e que aqui nos são caras, têm por objeto os determinantes estruturais de produção e distribuição do excedente entre as diversas classes sociais. A unidade de análise não são as decisões dos agentes individuais, mas as restrições estruturais e sócio-políticas que surgem no processo de acumulação em função da concorrência intercapitalista e do conflito distributivo. A abordagem clássica do excedente, ao definir que fatores políticos e sociais são parte dos determinantes normais da operação de uma economia capitalista, traz à tona elementos fundamentais da distribuição e que são, muitas vezes, ignoradas inclusive por outras teorias heterodoxas. Ao rejeitarem a teoria clássica da distribuição, baseada na noção do excedente (comum a Marx e aos neoricardianos), as teorias neokeynesianas, por exemplo, terminam por rejeitar também o conflito distributivo,

e tornam a necessidade de investimento e crescimento econômico as principais bandeiras também da classe de trabalhadores. (NOGUEIRA, 2011, p. 13).

Diante das cinco abordagens expostas, podemos observar que as relações de oferta e demanda são mais claras nas primeiras quatro, incluindo o pensamento econômico chinês antigo. Sobre a heterodoxa, é interessante notar como podemos relacionar o princípio do “leve-pesado” com a necessidade de políticas empregatícias do Estado, com a justificativa da manutenção da criação de riqueza. Além disso, a heterodoxia propõe relações mais complexas que as demais teorias ocidentais para a determinação do nível de emprego. De toda forma, podemos considerar que um mercado de trabalho é definido por relações entre firmas e trabalhadores, que ocorrem de forma direta, através do equilíbrio, mesmo que questões políticas o distorçam, e indireta, através da demanda agregada.

Por essa razão, não há “receita de bolo” ou “*checklist*” para determinar um mercado de trabalho, existem conceitos gerais que podem ser contrastados à realidade. Com este entendimento constituído, necessitamos realizar um contraponto bastante objetivo, no sentido de estabelecer qual seria o estado das coisas na China anteriormente à formação desse suposto mercado de trabalho, a fim de justificar nossa hipótese.

Braga e Nogueira apontam que:

O mercado de trabalho está entre as instituições mais recentes da China moderna, com pouco mais de 20 anos de existência. Afinal, durante toda a China maoísta (1949-1976), no lugar de um “mercado”, havia um “sistema centralizado de alocação de trabalho”, caracterizado pela imobilidade dos trabalhadores, alto grau de igualitarismo na definição dos salários e pleno emprego (garantido pelo Estado nas zonas urbanas e pelas comunas agrícolas nas zonas rurais). Não havia mobilidade voluntária nem entre zonas rurais e urbanas e nem entre os empregos urbanos, e o grau de controle sobre a alocação do trabalho era, segundo os estudos comparativos, superior inclusive à União Soviética. Em contrapartida, o Estado administrava os salários, responsabilizava-se por encontrar emprego vitalício e as empresas estatais ofereciam benefícios e bens públicos não comercializáveis aos seus empregados e dependentes. (BRAGA, NOGUEIRA, 2020, p. 55).

A “imobilidade” apontada pelos autores decorre do sistema “*hukou*”. O “*hukou*” registra o local de moradia de cada cidadão e vincula serviços básicos, como emprego, moradia, saúde e educação, a esta localidade (CARVALHO, 2013, p. 41). Assim, existe um recorte bastante claro na China, que perdura após o processo de abertura, registrado a partir de 1978. Embora as reformas tenham colaborado para

baseado no plano estabelecido e eventualmente ajustado, com o objetivo de evitar o desemprego (KNIGHT, SONG, 1995, p. 99-100).

No campo, a revolução executou uma profunda reforma agrária entre 1949 e 1953. Durante o período, alterações ocorreram no sistema de produção, mas de maneira geral, os trabalhadores em ambiente rural se restringiam à produção agrícola. Já a seguridade social era de responsabilidade da coletividade do município ou vila. Aprofundaremos essa questão mais adiante na discussão, mas o acesso a esse tipo de serviço era bastante limitado se comparado às cidades.

Com a compreensão das principais interpretações acerca do que seria um mercado de trabalho, bem com a noção do que estava estabelecido na China pós-revolução, é facilitando o contraste com as mudanças ocorridas. Inicialmente, através dessas interpretações, identificamos dois principais agentes participando de um mercado de trabalho: trabalhadores/ famílias e empresas, regidos por um terceiro: o Estado. Portanto, seguiremos para examinar o terceiro agente, responsável por determinar os termos em que essas relações ocorrem, para que possamos iniciar a revisão dos fatos históricos, demonstrando como se deram as relações entre esses três agentes na China pós-reformas e como isso interferiu na questão do emprego.

2.2 DECISÕES POLÍTICAS

Diante das particularidades do processo político chinês, e do objetivo de pesquisa, propomos encerrar esta discussão inicial revisando historicamente como as decisões políticas acompanham a formação do mercado de trabalho, tomando como ponto de partida os mecanismos clássicos de ação do Estado como difundido no ocidente e suas adjacências, para enfim investigar o processo chinês. Primeiramente, Justen e Frota (2017 p. 3) nos mostram que:

Sinteticamente, as políticas públicas seriam como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, e um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos, além da soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Em outras palavras, as definições enfatizam o papel das políticas públicas na solução de problemas. (JUSTE, FROTA, 2017, p. 3).

Assim, considerando nosso objetivo de pesquisa, podemos concluir que, diante das questões públicas, o governo decide agir “desta” ou “daquela” forma, em

uma realidade de mercado na qual a mercadoria é o trabalho, sendo a dualidade “ofertantes” e “demandantes” composta por trabalhadores e empregadores. Diante desse cenário, historicamente as opções políticas dos Estados são pautadas naquilo que se considera um problema público, que, por sua vez, ocorre através do que se convencionou chamar de “formação da agenda”, ou seja, a propagação da percepção de um problema até que possivelmente seja abordado pelos formuladores de políticas públicas. Quando a agenda avança, configura-se a forma como o Estado lidará com tal problema, a política pública (SECCHI, 2017, p. 44-48).

No entanto, “problemas públicos” sempre existiram, mesmo que não fossem assim categorizados por um campo da ciência. Do ponto de vista do mercado de trabalho, optamos por trazer a surgimento do Estado-providência, ou Estado de Bem-Estar Social, ao final do Século XIX, como a formalização da participação do Estado no que se considera problemático. Em nossa hipótese, é relativamente fácil delimitar dois grupos divididos por uma contradição fundamental, os que vendem sua força de trabalho e os que a compram. Assim, as relações de produção e a busca por soluções para o que um ou outro grupo considera problemático, seriam fruto do próprio sistema, que já se apresentava antes do Estado-providência. No Século XVIII, Smith (1996, p. 119) relatava que:

Os trabalhadores desejam ganhar o máximo possível, os patrões pagar o mínimo possível. Os primeiros procuram associar-se entre si para levantar os salários do trabalho, os patrões fazem o mesmo para baixá-los. (SMITH, 1996, p. 119).

Marx (2017) não via esta relação de maneira tão harmoniosa e colocava a desigualdade de forças entre trabalhadores e patrões no cerne de sua interpretação. O autor utiliza o conceito de exército industrial de reserva para explicar o resultado da manutenção de salários relativamente inferiores em função do sobretrabalho dos trabalhadores empregados. Do ponto de vista da desigualdade por nós referida, o autor aponta que:

A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social. (MARX, 2017, p. 864).

Assim, a manutenção de uma demanda por trabalho abaixo do equilíbrio possível, garantiria salários mais baixos e desestimularia os trabalhadores a reivindicarem melhores condições, em função de sua fácil substituição. Sobre esse equilíbrio de forças, é interessante notar que os estados de bem-estar social potencialmente apresentaram um ponto de equilíbrio entre interesses dispersos. Para Leisering (2003, p. 175) o bem-estar social, ou avanços em políticas sociais, estariam ligados à momentos críticos na história dos países. Por esta razão, o autor acredita que durante o pós-guerra, as políticas de bem-estar social tenham atingido sua “era dourada”, embora sua origem histórica remeta à unificação alemã, ao final do Século XIX. Assim, em seu contexto inicial, as políticas sociais que levariam ao que chamamos de Estado de bem-estar social, seriam resultado da força demonstrada pelo partido social democrata à época (NOGUEIRA, 2021, p. 90/ FIORI, 1997, p. 132-133).

De maneira geral, o emergir dessas políticas está diretamente ligado ao sistema capitalista. Nogueira (2001, p. 91) justifica que a intervenção estatal seria um reflexo do processo de acumulação capitalista sob os impactos da industrialização. Assim, o crescimento econômico e demográfico eleva a capacidade de acumulação dos países, ao passo que contribuem para o crescimento do número de trabalhadores, além de mudanças que forçam a concentração de trabalhadores em centros urbanos, fosse pelas mudanças de regime de propriedade no campo ou por meio de leis, conforme descreve Marx (2017, p. 979-989).

Desse modo, temos um sistema de caráter cíclico, do qual cada vez mais indivíduos são dependentes. Em primeira instância, uma das classes envolvidas nessa relação depende que os trabalhadores tenham pelo menos condições de se reproduzirem, ao passo que os trabalhadores, concentrados em fábricas, passam a se organizar diante das contradições do sistema. Nesse cenário, caberia ao Estado mediar tal conflito. Marx (2017, p. 984-989) relata a postura histórica dos Estados diante dessa situação, nos levando a acreditar que a palavra “mediar” talvez não seja a mais adequada, pelo menos para o período que se refere o autor, iniciado pela primeira legislação sobre o trabalho assalariado, na Inglaterra durante o Século XIV, e abrangendo até meados do Século XIX. Isso porque o autor argumenta que a burocracia e seus atos, teriam um “espírito de classe”.

Desde o século XIV até 1825, ano da revogação das leis anticolizão, considerava-se crime grave toda coalizão de trabalhadores. O espírito do estatuto trabalhista de 1349 e de seus descendentes se revela muito claramente no fato de que o Estado impõe um salário máximo, mas de modo algum um mínimo. (MARX, 2017, p. 986).

Isso não significa dizer que o equilíbrio de forças políticas não tenha interferência nesse processo. Ainda sobre as leis anticolizão, o próprio autor coloca que “As cruéis leis anticolizões caíram [parcialmente] em 1825, diante da atitude ameaçadora do proletariado.” (MARX, 2017, p. 987). Portanto, fica clara a existência de uma dualidade entre os que trabalham e os que demandam trabalho alheio, sintetizado pela sociedade de classes. Sobre essa divisão de forças, a origem histórica do bem-estar social talvez possa contribuir para o debate acerca do equilíbrio de interesses sociais que leva às escolhas políticas como são hoje. Já identificamos uma questão fundamental na bibliografia: a dinâmica capitalista.

O conceito anteriormente apresentado de exército industrial de reserva pode trazer algumas contradições ao paralelo construído entre momentos de crise e pressão por parte dos trabalhadores. Sabemos que em termos econômicos, a manutenção da demanda por trabalho a níveis inferiores ao equilíbrio clássico reduz salários. Diante desse cenário, seria cabível supor que a margem de negociação dos trabalhadores é limitada, quando existem outros possivelmente dispostos a assumir seus postos de trabalho. Por outro lado, sobretudo após a crise de 29, com o emergir da heterodoxia, a percepção da necessidade de trabalhadores consumidores traz à tona a importância de um equilíbrio entre as duas questões, e talvez esse seja o ponto mais elucidativo para nosso objetivo neste item.

Da mesma forma, acreditamos não ser coincidência a “era dourada” do bem-estar social na Europa Ocidental ocorrer durante o pós-guerra. Isso porque este foi um raro momento em que a necessidade de estímulo à demanda, sob o contexto de reconstrução, foi intensificada pelo aumento do poder de barganha dos trabalhadores, com a URSS se destacando como grande vencedora do conflito, ao passo que apresentava uma alternativa viável a apenas um dos grupos sociais, dado que naquela parte da experiência soviética, os capitalistas haviam deixado de existir como classe.

No final das contas, as opções políticas, ou a formação da agenda, ou ainda a percepção dos problemas, são resultados do momento dinâmico do sistema. A divisão de forças sociais e seu poder na determinação das pautas pode variar em

cada momento histórico, mas de maneira geral, está refletida nas instituições de cada sociedade. No caso específico do mercado de trabalho em uma sociedade de classes, o poder político de cada classe e a dinâmica sistêmica não são elementos isolados, eles se complementam. Alto desemprego significa um momento de crise, superada, independente da abordagem econômica, quando o nível de emprego se recupera/ é recuperado. Do ponto de vista oposto, o “achatamento” do exército industrial de reserva, permite aos trabalhadores melhores condições e menores riscos ligados à reivindicação, embora as contradições se intensifiquem em momentos de crise e não nesses de “achatamento” do desemprego.

Acreditamos ter demonstrado a inseparabilidade do fenômeno econômico do político, ao passo que delimitamos o que seria um mercado de trabalho e quais as forças sobre ele incidente em uma sociedade de classes. Sintetizando nosso raciocínio, buscamos demonstrar que a necessidade de investimento e crescimento, cara aos economistas heterodoxos, não é um impeditivo para que busquemos conciliar a visão de classes em luta pelo excedente. Pelo contrário, pode enriquecer nossa percepção da realidade. No caso chinês, a combinação de elementos centrais a essas duas formas de pensar a economia torna esse exercício mais interessante, ao passo que temos a combinação de “índices de crescimento chineses” e mudanças institucionais diretamente ligadas à repartição do excedente.

Assim, para nossa pesquisa, consideramos as políticas públicas ligadas ao emprego diretamente dependentes dos momentos históricos, significando dizer que as opções do governo sobre o que fazer ou deixar de fazer no mercado de trabalho estão sujeitas a conjuntura que se manifesta em um determinado tempo, em que o vigor dos interesses sociais deriva das circunstâncias impostas pela conjuntura em curso. Conforme ela muda, uma nova realidade se impõe. Se recorremos à crise de 29 e à implementação do “*new deal*”, temos a necessidade de políticas que estimulem a demanda já que a falta dessa seria uma das causas da crise, além do fortalecimento do movimento comunista ao redor do mundo. O mesmo vale para tentativa de deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira após os impactos da mesma crise no país. A busca por industrializar nossa economia necessitava de um mercado interno consolidado, possibilitado por trabalhadores urbanos com um contrato estável de trabalho e remuneração mínima garantida. Já se buscamos descrever o neoliberalismo, certamente nos referiremos ao desmanche de inúmeras conquistas sociais do período anterior ou recorreremos a termos técnicos como reajustamento e

saneamento de gastos públicos para dizer a mesma coisa, só que com um discurso mais palatável. De toda forma, do ponto de vista histórico, isso ocorreu sob o contexto de crises do capital, com particularidades históricas, como a reorganização da divisão internacional do trabalho, fragilidade e posterior colapso do epicentro do bloco socialista.

Ou seja, temos um eixo central que são as crises, sendo suas particularidades históricas o que nos permite interpretar cada uma delas sob o aspecto político. Por isso, recorreremos mais uma vez à necessidade de captação da realidade material de cada momento histórico antes que nos voltemos às categorias e conceitos. Dessa maneira, acreditamos ser necessária a realização de uma revisão bibliográfica, organizando cronologicamente as medidas políticas que transformaram a condição do emprego na China nas últimas décadas, no sentido de compreender primeiramente a relevância das ações públicas para a possível formação de um mercado de trabalho. Assim, mais que a categorização de instituições, modelos e etapas, a busca pela hipótese levantada deve considerar o contexto e resultados daquilo que o governo optou por fazer, por deixar de fazer ou fez no lugar. Nesse processo “de baixo para cima”, da realidade para as ideias, espera-se verificar a aplicabilidade da hipótese lançada. Ademais, as discussões elaboradas deverão gear insumos para compreensão do processo de formação da agenda em um país com instituições moldadas por uma revolução socialista que abre espaço para a atuação das forças de mercado. Nesse sentido, antes de partir para a revisão cronológica das reformas no emprego na China, finalizamos nossas considerações apresentando os instrumentos institucionais que balizaram e balizam as decisões políticas na China.

2.2.1 CONTEXTO CHINÊS

Com as reformas, a maneira como a política é planejada também sofreu alterações, sobretudo a partir dos anos 90, embora o modelo baseado em Planos Quinquenais tenha sido mantido. Nesse período, persistiu o método de elaboração, mas as metas e sua forma de expressão mudaram. O objetivo dos planejadores passou a se basear em projetar o mercado que vinha gradualmente sendo estabelecido, com o planejamento ocorrendo de forma simultânea a dois outros mecanismos, política fiscal e monetária. Dessa maneira, as metas trocaram seus objetivos quantitativos para um foco macroeconômico quanto às estratégias e os

problemas que a transformação da estrutura econômica apresentava. Em outras palavras, seu objetivo passou a ser a manutenção do equilíbrio da oferta e demanda na sociedade (HEILMANN; MELTON, 2013, p. 584).

Em termos práticos, esse processo político ainda ocorre através dos planos quinquenais. Durante a preparação para o 9º Plano Quinquenal (1996 – 2000), teria sido realizado o primeiro esforço em termos de colocar em prática essa nova abordagem. Seguindo os princípios citados, a Comissão de Planejamento Estatal determinou que o novo plano deveria abranger novas abordagens para a reestruturação econômica. Seus objetivos não mais seriam imperativos, mas indicativos prognósticos mais amplos, com exceção de grandes projetos nacionais de investimento, que seguiam imperativos (HEILMANN; MELTON, 2013, p. 584).

Hu (2013, p. 633-634) utiliza a elaboração do 12º Plano Quinquenal (2011 – 2015) como estudo de caso para demonstrar a ocorrência desse processo. O autor descreve como a preparação do plano se estendeu por um período de dois anos, que pode ser dividido em quatro etapas básicas: uma avaliação intercalar do 11º Plano Quinquenal (2006 – 2010), em execução ao momento do estudo; pesquisa das diretrizes do novo plano; preparação das “sugestões” do Comitê Central do Partido; e “esboço” do plano pela Assembleia Nacional Popular. De forma resumida, a elaboração de fato se inicia com as diretrizes do Comitê Central, que são levadas ao escrutínio da Assembleia Nacional Popular, esta, enriquece esses objetivos segundo suas discussões internas e divulga uma série de documentos, comumente referidos como plano quinquenal.

Com espectro menos abrangente, também são elaborados planos especiais temáticos, com objetivos mais claros, como a coordenação de investimentos, regulações e ações administrativas. Assim como os Planos Quinquenais, eles podem ter abrangência regional ou nacional, mas necessitam aprovação do Comitê Central e geralmente envolvem grandes investimentos (HEILMANN; MELTON, 2013, p. 594-596). Sobre a mencionada elaboração de planos quinquenais locais, eles seguem o mesmo rito do nacional, sendo as diretrizes elaboradas pelos governos locais e os documentos finais oriundos de discussões nas assembleias locais. Dessa forma, autoridades de cada localidade devem seguir os objetivos centrais ao mesmo tempo que buscam a realização de seus próprios (HU, 2013, p. 635).

Em termos de percepção de problemas e formação da agenda para que se elaborem as diretrizes dos planos de ação, Heilmann e Melton (2013, p. 604) colocam

que a nível nacional, sob o espectro do Comitê Central, estão envolvidas duas figuras principais, o presidente do conselho e seu vice, responsável por assuntos econômicos. Estes, são subsidiados por demais planejadores dos níveis mais altos do Comitê, bem como conselheiros da Comissão para Assuntos Econômicos, departamentos da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reformas, pesquisadores ligados a institutos de pesquisa e economistas conceituados. Os autores descrevem esse grupo como tecnocraticamente isolado dos interesses setoriais, regionais e burocráticos, mas próximo o suficiente do processo político para absorver informações através de debates e consultas públicas.

Após o processo inicial de elaboração das diretrizes básicas, Hu (2013), a partir de suas observações sobre a elaboração do 12º Plano Quinquenal, aponta que as discussões na Assembleia Nacional Popular⁴ seriam compostas por cinco rodadas de “chuvas de ideias”.

⁵Cada passo na “chuva de ideias” envolveu cinco conexões. Primeiro, a do pensamento divergente: mobilização de todas as partes para que forneçam opiniões e sugestões através de mecanismos da fase de iniciação de preparação. Em segundo lugar, a da sabedoria coletiva: coleta de informações para análise, comparação e identificação para “livrar-se do não refinado e manter a essência, livrar-se do falso e manter o real” 去粗存精、去伪存真 e com base nisso, redigir o texto político. Em terceiro lugar, solicitação de opiniões: após a elaboração do texto, ele é enviado às partes relevantes para que emitam opiniões. Em quarto lugar, tomada de decisão coletiva: o projeto é determinado por líderes ou instituições líderes através de discussões em diferentes níveis de tomada de decisão até que o nível mais alto finalmente confirme e valide o documento. Em quinto lugar, comunicação e implementação: o documento político circula entre todas as partes com o objetivo de solicitar opiniões para a tomada de decisões a níveis inferiores ou determinar as bases para a implementação da política oficial. (HU, 2013, p. 643, tradução nossa).

⁴ A Assembleia Nacional Popular é o nível mais alto do legislativo chinês. Seus membros iniciam o trajeto até ela ao nível político de municípios e vilas, através de eleições diretas. A partir do nível regional, ocorrem eleições internas, onde os membros dos legisladores determinam por meio do voto os que devem seguir para instancias superiores.

⁵ Texto original: Each step in the “brainstorming” involved five links. First, divergent thinking: mobilizing all parties to provide opinions and suggestions through some mechanism in the early stage of preparation. Second, collective wisdom: collecting information for analysis, comparison, and identification to “get rid of the unrefined and keep the essence, get rid of the fake and keep the real” 去粗存精、去伪存真 and, on that basis, drafting the policy text. Third, soliciting opinions: after the draft of the phased policy was formed, sending it to relevant parties for their views. Fourth, collective decision making: the draft of the policy was determined by leaders or leading institutions through discussion at different decision-making levels until the highest decision-making level finally confirmed and validated the policy document. Fifth, communication and implementation: circulating the policy document among all the parties for the purpose of soliciting opinions for decision making at the lower level or laying a foundation for consensus on the implementation of the official policy.

Para o autor, esse processo de decisão política seria uma particularidade chinesa, baseada no centralismo democrático. Este, por sua vez, tem suas origens em Lenin (1977, 2018, 2020) e podemos sintetizá-lo como a liberdade na discussão e a unidade na ação. Em outras palavras, diante da tomada de decisões, há liberdade de crítica e participação. Uma vez que a decisão é tomada, sua prática requer unidade. Caso a decisão inicial demonstre-se equivocada, o processo se repete (LAZZARETTI, 2007, p. 135).

Lin e Lee (2013, p. 151) descrevem como o PCCh adota o Marxismo-Leninismo, e por consequência o Centralismo Democrático, desde sua fundação⁶. Na prática, observaremos durante a revisão bibliográfica a presença das duas modalidades de formalização de diretrizes: planos quinquenais “comuns” e os especiais. No entanto, mais recentemente, alguns autores discutem os impactos das decisões judiciais na tomada de decisões na China, fato que pode enfraquecer a noção de que a política no país seria baseada na concepção leninista.

Diversos são os autores que descrevem a descentralização como um dos impactos das reformas, tanto em âmbito regional, quanto no das entidades de governo. Kellog (2009, p. 218) chama de “judicialização” o processo no qual decisões tomadas pelos tribunais passam gradualmente a ter relevância em termos de lei. Embora o autor descreva alguns casos ainda na década de 80, o estabelecimento de um sistema formal para jurisprudências teria ocorrido apenas em 2010, quando a Suprema Corte Popular e a Suprema Procuradoria Popular publicaram as “Disposições relativas ao trabalho em casos orientadores”⁷, segundo Xingliang (2013, p. 216).

Apesar das mudanças sofridas durante o processo de reformas, a estrutura de governança chinesa ainda guarda fortes semelhanças com a soviética. Apesar da proeminência do Comitê Central do PCCh, a Assembleia Nacional Popular seria o órgão máximo de poder, criando e interpretando leis e exercendo autoridade significativa sobre o que apenas para fins didáticos podemos nos referir como “executivo” e “judiciário”. Isso porque a teoria legal marxista não teria o objetivo de moderar as relações entre indivíduos, mas manter a estabilidade do Estado operário,

⁶ O PCCh foi fundado em 1921, para Angle (2015, p. 524-525) o centralismo democrático teria sido absorvido a partir de 1927, como ferramenta de defesa contra as hostilidades vividas diante da instável conciliação com o partido nacionalista.

⁷ “Provisions Concerning Work on Guiding Cases”

aquele que efetivamente representaria os interesses da classe, em contraposição ao que ocorreria em países onde as instituições representariam a burguesia. Assim, é rejeitada a noção associada à Montesquieu da separação dos poderes, sendo o “legislativo” o órgão máximo de força. Sobre a constituição a ser interpretada nesse processo, desde a fundação da república popular, a China passou por quatro, promulgadas respectivamente em: 1954, 1975, 1978 e 1982. A mais recente, em vigor, seria baseada na primeira constituição do país, que, por sua vez, teria utilizado a constituição soviética de 1936 como inspiração (KELLOG, 2009, p. 218-219).

Por fim, considerando o paralelo construído entre conceitos e prática, nos resta colocar que a pesquisa foi dividida em três grandes partes. Na primeira, que se encerra, buscamos trazer alguns insumos com base nos conceitos cuja interação se buscará contrastar com a realidade. Em seguida, apresentaremos as reformas econômicas sob um ponto de vista estrutural, organizando cronologicamente as novas possibilidades econômicas e institucionais, e introduzindo a nova dinâmica econômica. Com esta base, partimos para investigar as reformas com foco no emprego. Assim, tratamos das mudanças institucionais ligadas ao trabalho e seus impactos sociais, descrevendo os fatos e suas contradições conforme ocorreram historicamente, avançando até as contradições que se apresentam no momento em que se escreve e os desafios que elas representam aos formuladores de políticas públicas e planejadores de maneira geral. Por fim, colocamos em perspectiva as decisões políticas tomadas na China.

3. REFORMAS DE PROPRIEDADE E NOVA ESTRUTURA PRODUTIVA

Embora as reformas iniciadas ao final da década de 70 possam ser referidas pelo ano em que começaram, é importante apontar que elas se tratam de um processo gradual, com o objetivo de colocar em prática uma “economia de mercado socialista” (IMAI, 2006, p. 3). Assim, devemos considerar seu caráter amplo, que não se restringe a elementos econômicos, mas também promove mudanças institucionais mais profundas.

Já nos referimos à importância da China rural, tanto em termos de contribuição para a construção da República Popular, quanto pela quantidade de trabalhadores dedicados às atividades agropecuárias. No sentido de estabelecer o equilíbrio campo/ cidade, as reformas se iniciam visando o campesinato. Assim, foram estabelecidos contratos de responsabilidade da produção agrícola (HRS), ou o “Household Rural Responsibility System”, permitindo comércio da produção que superasse quotas pré-estabelecidas (MASIERO, 2006, p. 430). Seu resultado foram significativos aumentos de renda e produtividade (JABBOUR, DANTAS, 2017, p. 792-793). Os primeiros contratos registrados datam do ano de 1983, quatro anos depois os grupos de produção e as comunas⁸ haviam sido dissolvidas quase que em sua totalidade. Basicamente, existiam três tipos possíveis de contratos, aponta Masiero (2006, p. 430).

Em um primeiro tipo, grupos pequenos de famílias, lares ou trabalhadores individuais assumiam um contrato com sua vila para realizar atividades agrícolas como semear, irrigar, colher etc., com indicadores fixos de desempenho em termos de quantidade, qualidade, custos, pagamento de taxas e lucros.

Em um segundo tipo, as famílias se comprometiam a um determinado nível de produção numa área específica, podendo ficar com o excedente quando existisse. No terceiro tipo, o contrato exigia que as famílias entregassem a produção líquida para o Estado após fornecer uma parcela do excedente para seu próprio grupo de trabalhadores. Em contrapartida os mesmos desfrutavam da liberdade completa sobre os métodos de produção e maior autonomia na utilização de implementos agrícolas e outras ferramentas colocadas a sua disposição. (MASIERO, 2006, p. 430).

Estes contratos eram firmados com as autoridades dos municípios e vilas. O dinamismo desta inovação fará com que agricultores passem a comercializar seus

⁸ Durante a década de 50, verifica-se a organização em cooperativas. Com a deflagração do Grande Salto Adiante (1958-1962) ocorre seu agrupamento, formando comunas. Assim, alguns parâmetros para divisão da produção são alterados, além do estabelecimento de fundos para avanço infraestrutural das comunas (AFE, 2023, não p.).

excedentes nos mercados rurais e urbanos, além de adquirirem insumos de produção. Desta maneira, surgem as empresas de municípios e vilas (MASIERO, 2006, p. 430).

As empresas de municípios e vilas, ou “Townships and Village Enterprises” (TVEs), se iniciam compostas por unidades familiares que se especializam em atividades ligadas à produção agrícola, carecidas pelos produtores rurais, como: aluguel de máquinas e equipamentos, transporte, assistência técnica, sistemas de irrigação, combate de pragas; ou especializam suas atividades produtivas como: avicultura, suinocultura e piscicultura. Em um segundo momento, ainda nos anos 80, algumas TVEs também passam a se dedicar a atividades industriais, produzindo eletrodomésticos, por exemplo. Durante todo esse período, as TVEs cooperam com as empresas urbanas⁹, provendo insumos, ao mesmo tempo que competem com seus próprios manufaturados. Esta concorrência não se limitou ao mercado interno chinês, visto que as reformas permitiram às TVEs o estabelecimento de canais diretos de exportação. Assim, no ano de 2002, as TVEs foram responsáveis por 40% da produção industrial da China (MASIERO, 2006, p. 430-440).

A competição imposta pelas TVEs trouxe efeitos negativos para as Empresas Estatais, ou “State Owned Enterprises” (SOEs), principalmente as pequenas e médias, dedicadas à produção de bens de consumo (JABBOUR, DANTAS, 2017, p. 800-801). Assim, no ano de 1992 é iniciado um processo de privatização das SOEs (NOGUEIRA, 2017, p. 10-13).

A redução na quantidade de SOEs foi bastante profunda entre os anos de 1995 e 2005. A principal modalidade foi a abertura de capital, com vendas de ações (WANG, GUTHRIE, XIAO, 2012, p. 3). Entre as SOEs pequenas e médias, boa parte foi vendida para os próprios funcionários e gestores, diretamente ou por meio da formação de sociedade (CARVALHO, 2013, p. 86). Imai (2006, p. 4) descreve a ocorrência de outras modalidades, como a abertura de capital sem perda do controle por parte do Estado e fusões de SOEs que seguem estatais. Assim, passam a existir também empresas de capital majoritariamente estatal (SHEs), ou “State-holding Enterprises” (GABRIELE, 2010, p. 5). Quanto ao processo de fusões, Carvalho (2013, p. 86) o descreve como a formação de grandes grupos nacionais, operando em

⁹ Neste período existiam diversos tipos de unidades de produção urbanas. Entre elas estão as empresas estatais (SOEs), empresas domésticas privadas e empresas estrangeiras operando sob diferentes formas de *joint-ventures* (MASIERO, 2006, p. 431), como será tratado adiante.

setores estratégicos, como indústria bélica, metalúrgica, energética, de telecomunicações, e setores intensivos em capital e com economias de escalas significativas.

Além das SOEs e das SHEs, Ding (2014, p. 184) ainda considera as empresas com investimento estatal, ou “State-Invested Enterprises”. Assim, a autora organiza as três formas de empresas com participação do Estado chinês.

QUADRO 1 - TIPOS DE PROPRIEDADE ESTATAL DA PRODUÇÃO

SOE “PURA”	Estado possui todos os ativos.
COMPANHIA CONTROLADA PELO ESTADO	Estado possui mais de 50% das ações ou obtém o controle através de acordos.
COMPANHIA COM INVESTIMENTO ESTATAL	Estado possui ações, mas não controla diretamente a companhia.

FONTE: Ding (2014, p. 184). ELABORAÇÃO: Ding (2014, p. 184). ADAPTAÇÃO E TRADUÇÃO: O Autor (2023).

As empresas controladas pelo Estado exercem papel fundamental no avanço da infraestrutura do país, com importante presença nos setores de energia e transporte. Neste sentido, é interessante observar o funcionamento de um “sistema dual de coordenação da atividade produtiva”, no qual mecanismos de mercado eram adotados desde o campo até as cidades, ao passo que empresas estatais atuam para garantir a continuidade do crescimento (CARVALHO, 2013, p. 75). No entanto, a divisão entre privado e estatal na China é relativamente complexa e envolve questões econômicas e sociais. Empresas privadas de capital aberto, frequentemente têm SOEs, autoridades locais, fundos e agências governamentais como sócios minoritários. Além disso, as empresas privadas dependem profundamente da relação com representantes do governo e do partido (CHAVANCE, 2017, não p.).

Outro fator que colabora para dificultar a catalogação das propriedades na RPC é a existência de diversas formas de posse e arranjos institucionais. Um exemplo dentro das SOEs são as SOEs Centrais e Locais. Enquanto o primeiro tipo está sob a égide do Conselho de Estado, o outro responde às autoridades locais, mas pode ser supervisionado pelo Conselho de Estado caso integre a carteira de uma comissão com este fim, chamada de SASAC.

Considerando o papel preponderante do Estado na gestão do investimento, em 2002 é fundada a Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais

(SASAC), ou “State-Owned Assets Supervision and Administration Commission”. Seu objetivo era supervisionar e coordenar empresas estatais operando em setores estratégicos, transformando-as em executoras de tarefas alinhadas às políticas estatais (JABBOUR, DANTAS, 2017, p. 802). Carvalho (2013, p. 88) aponta ainda que esta comissão garante o poder governamental nas decisões estratégicas das empresas, como no caso de parcerias com transnacionais. Neste sentido, a SASAC não atua sobre todas as SOEs, mas aquelas que supervisiona geralmente estão ligadas a setores estratégicos (JABBOUR; DANTAS, 2017, p. 802).

Embora a SASAC realize a indicação dos diretores destas SOEs, além de supervisionar suas operações através de subsidiárias regionais, Ding (2014, p. 186) aponta não existir controle direto sobre a operação. No entanto, assim como Carvalho (2013, p. 88), Jabbour e Paula (2018, p. 17) defendem que a coordenação do investimento, realizado pela SASAC, e o robusto sistema financeiros chinês elevam significativamente o patamar da atuação estatal.

Ainda que estes autores não demonstrem total alinhamento na compreensão da atuação da comissão, Jefferson (2017, p. 3) aborda o fato a partir do entendimento de que a supervisão prevista em lei aborda a necessidade das SOEs atuarem com uma missão “quase pública”. Neste sentido, sua responsabilidade não seria a maximização do lucro, mas o cumprimento de sua responsabilidade social dentro da perspectiva de desenvolvimento da China. O autor pontua também o fato de tratarmos de SOEs Centrais e Locais. Embora ambos os tipos sejam supervisionados pela Comissão, fica claro que institucionalmente o poder de intervenção no dia-a-dia das SOEs Centrais é superior, enquanto as Locais dispõem de mais autonomia, mas seguem responsáveis por cumprir com suas responsabilidades de promotoras de uma “sociedade socialista harmoniosa”.

Apesar desse compromisso das SOEs e da SASAC com o projeto nacional chinês em detrimento da maximização do lucro, em 2003, um total de 12 empresas chinesas integraram a lista “Fortune Global 500”¹⁰. Destas 6 eram SOEs Centrais. Já em 2021, a China contou com 135 empresas na lista, das quais 49 eram SOEs Centrais e subordinadas, e 33 SOEs Locais (YILIN, 2021, não p.). Ou seja, embora as Centrais não representem mais metade das empresas, o número de SOEs

¹⁰ A lista “Fortune Global 500” classifica as maiores empresas do mundo em termos de receita.

Centrais com relevância global cresceu significativamente, além de mais da metade das empresas chinesas na lista serem estatais, centrais ou locais.

Como já apontado, as SOEs, de maneira geral, mantiveram-se em setores estratégicos da economia chinesa, embora tenham passado por um extenso processo de liquidação. Em um sentido oposto, o setor industrial chinês cresceu exponencialmente durante os anos 80 e início dos 90. Jabbour e Gabriele (2021, p. 159-160) atribuem este crescimento à transformação na estrutura de propriedade, aliada à integração financeira e produtiva global, que juntas, transformaram a RPC na “fábrica do mundo”. Neste sentido, já sabemos da participação das TVEs e das SOEs no processo citado. Agora, discutamos o setor privado mais “tradicional” para compreender o fenômeno das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs).

As ZEEs foram iniciadas entre 1979 e 1980, estrategicamente instaladas na região costeira sul da China pela proximidade com Hong Kong, Macau e Taiwan. Seus objetivos eram acelerar as exportações, através de *joint-ventures* entre empresas chinesas e transnacionais, além de atrair IDE (Investimento Direto Estrangeiro). Inicialmente foram quatro ZEEs, nas cidades de Shenzhen, Zhuhai, Shantoun e Xiamen, todas localizadas na região costeira. Para promover seus objetivos, regulações para facilitar exportações foram colocadas em prática, como isenção fiscal e maior liberdade cambial (CARVALHO, 2013, p. 73).

Jabbour e Gabriele (2021, p. 160-161) apontam os primeiros passos das reformas como “escolhas ativas” da RPC, estrategicamente condicionantes diante da dinâmica global de seu tempo. Dinâmica esta, por sua vez, marcada pelo intenso processo de liberalização financeira, altas taxas de juros nos EUA no início dos anos 80, e os Acordos de Plaza de 1985¹¹. Assim, o processo de reorganização da divisão internacional do trabalho é acelerado, acarretando em novos arranjos produtivos que dialogam positivamente com as estratégicas reformas, beneficiando a economia chinesa.

Em 1984, foi expandida a autorização para investimentos estrangeiros em mais 14 cidades, com incentivos fiscais um pouco menores. Carvalho (2013, p. 74) aponta que estas novas áreas foram denominadas de Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDET). Já nos anos 90, a autorização para IDE se

¹¹ Os Acordos de Plaza provocaram uma série de valorizações do iene, acompanhadas por realocação industrial no exterior e surtos especulativos no Japão (Torres Filho, 1997, p. 5-6).

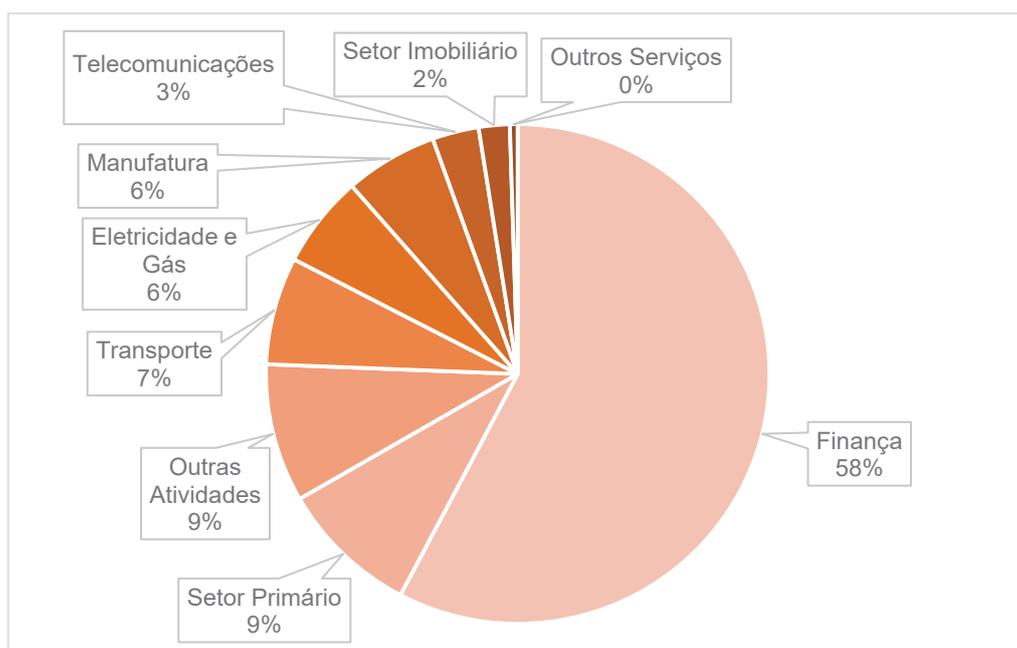
expande para todas as capitais de província, regiões autônomas e 52 cidades fronteiriças (JABBOUR; PAULA, 2018, p. 13). Apesar da expansão para outras regiões, a estratégia inicial de proximidade com territórios chineses não integrados à China Continental se demonstra robusta, visto que entre os anos de 1990 e 2008, 45% do IDE chinês teve como origem Hong Kong e Macau, e 9% Taiwan (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 161).

Anteriormente às reformas, remessas provenientes de exportações eram retidas pelo governo. Assim, para permitir a maior liberdade cambial citada, foi introduzido um sistema de “quotas de retenção”, onde os exportadores recebiam o valor parcial das remessas, segundo o câmbio oficial. Em 1981, foi lançado um sistema de duplo câmbio, formado por uma taxa de liquidação interna fixa, mais desvalorizada perante ao dólar estadunidense, e uma taxa de câmbio oficial, ajustada a partir de uma cesta de moedas (SI, 2014, p. 2-3). Esse sistema durou até 1993, quando foi substituído pelo Sistema Chinês de Comércio Cambial, que formava um mercado interbancário de câmbio para empresas domésticas (YI, 2008, p. 6-12).

Diversas foram as mudanças e novas regulações promovidas no setor bancário chinês para comportar as reformas, uma vez que as relações se alteraram não apenas em função das ZEEs, mas em basicamente todos os aspectos produtivos até aqui abordados. Neste sentido, procuremos compreender um pouco mais a fundo a questão financeira, diante das mudanças internas e suas relações com o panorama internacional.

3.1 SETOR BANCÁRIO

O sistema financeiro seria parte do “núcleo duro” da experiência chinesa, responsável pelo financiamento da atividade produtiva e pela transformação estrutural da economia da RPC, apontam Jabbour e Gabriele (2021, p. 129). Em 2010, 67% dos ativos no sistema bancário chinês estavam concentrados nos cinco maiores bancos do país (MENDONÇA, 2015, p. 361). Dentro do universo das SOEs, o setor financeiro se destaca por apresentar maior valor de mercado (GRÁFICO 1)

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DE MERCADO DAS SOES AO FINAL DE 2015¹²

FONTE: OCDE (2017, p. 18). ELABORAÇÃO: OCDE (2017, p. 18). ADAPTAÇÃO E TRADUÇÃO: O Autor (2023).

O período entre 1978 e 1984 é apontado por Mendonça (2015, 343-360) como um momento de desenvolvimento do setor bancário. Até 1978, o Banco Popular da China (PBC), ou “*People’s Bank of China*”, tinha funções de banco central e comercial, sendo a única instituição a atuar no sistema. Assim, ao início das reformas foram criados 4 grandes bancos comerciais, conforme o QUADRO 2.

QUADRO 2 - GRANDES BANCOS COMERCIAIS CRIADOS AO INÍCIO DAS REFORMAS

Nome	Sigla	Origem da Sigla	Função
Banco da China	BOC	“ <i>Bank of China</i> ”	Operações de comércio exterior
Banco da Construção da China	CCB	“ <i>China Bank</i> ” <i>Construction</i>	Grandes projetos de investimento
Banco da Agricultura da China	ABC	“ <i>Agricultural Bank of China</i> ”	Negócios rurais
Banco Industrial e Comercial da China	ICBC	“ <i>Industrial and Commercial Bank of China</i> ”	Financiamento de transações comerciais

Fonte: Mendonça (2015, 343). Elaboração: O Autor (2023).

¹² A OCDE não especifica quais são as atividades e serviços indicados como “outros”.

Além disso, há o estabelecimento de instituições não bancárias na China rural. Recordemos que as reformas se iniciam com aumento na autonomia dos camponeses e a possibilidade de formalização de contratos de responsabilidade com os órgãos locais, permitindo a abertura das TVEs. Este movimento é acompanhado pela abertura de cooperativas rurais de crédito supervisionadas pelo ABC¹³, buscando atender o produtor rural com serviços bancários (MENDONÇA, 2015, p. 343).

Entre 1984 e 1988, ocorreu o período de expansão, com ampliação das atividades dos 4 grandes bancos, expansão das cooperativas de crédito para ambiente urbano, e autorização para a abertura de bancos de capital misto e entrada de bancos estrangeiros nas 4 primeiras ZEEs. Com a aceleração da inflação, este processo é contido entre 1988 e 1991. Assim, houve recuo e centralização de decisões. Os 4 grandes bancos passaram a restringir seus empréstimos às suas respectivas áreas de especialização, além de perderem flexibilidade na determinação das taxas de juros (MENDONÇA, 2015, p. 343-346).

De 1992 a 1997, ocorreu um novo momento de expansão e descentralização. Os quatro grandes bancos passam a operar como bancos comerciais. Para aliviar seus balanços, são criados três “policy banks”¹⁴, com o objetivo de financiar a política de desenvolvimento determinada pelo Governo Central. Neste período, cooperativas de crédito urbanas sofrem fusões e são transformadas em “bancos urbanos comerciais”. Este processo acompanhou o enrijecimento na administração de riscos, e fez com que estes bancos passassem a prover menos, embora mais volumosos, aportes à tomadores de empréstimos, desvirtuando a função original das cooperativas (MENDONÇA, 2015, p. 347-348).

Após a eclosão da crise asiática de 1997, é iniciada uma fase de reestruturação dos bancos estatais, que se estende até 2008. Adiante trataremos mais a fundo a inserção da China neste evento sob o ponto de vista da dinâmica institucional, por ora, cabe apontar que internamente buscou-se lidar com a elevada taxa de empréstimos de liquidação duvidosa no sistema financeiro. Em 1998, ocorreu a recapitalização dos bancos, com a emissão de títulos especiais pelo governo

¹³ Cooperativas rurais de crédito existiram na China durante os anos 50, com o objetivo de balancear o fluxo monetário durante o ano, dada a sazonalidade agrícola (WEBER, 2023, p, 153-154).

¹⁴ Eram eles: Banco de Desenvolvimento da China (CDB), Banco de Importações e Exportações da China (China Ex-Im) e Banco de Desenvolvimento da Agricultura da China (ADBC).

central, transferência de seus ativos de liquidação duvidosa para Companhias de Administração de Ativos (AMCs) e abertura para a participação de investidores privados (MO, 1999, p. 93).

A renegociação de dívidas por parte das AMCs (MARTIN, 2012, p. 30) e a capitalização dos quatro grandes bancos, geraram uma injeção no sistema bancário de um valor correspondente a quase um quarto do PIB do país em 2004 (GARCÍA-HERRERO; GAVILÁ; SANTABÁRBARA, 2005, p. 17). Pistor (2009, p. 6-7) aponta que a capitalização tinha o objetivo de estabilizar os grandes bancos, sem que se perdesse o controle dessas instituições. Por isso, investidores estrangeiros foram autorizados a participar de forma minoritária, não superando 19,9% de participação.

Entre 2008 e 2014 ocorreu uma maior liberalização, apesar da crise que se iniciou na economia estadunidense e afetou o mundo. No entanto, as medidas mais liberalizantes viriam a se concretizar ao final do período. Primeiramente, as AMCs passam a cumprir um papel mais amplo, atuando como instituições financeiras bancárias e não bancárias. Além disso, tornam-se empresas de capital misto, sem abandonar seu objetivo inicial, que era sanear os ativos ruins dos grandes bancos. Esse período registra também intenso crescimento das dívidas de governos locais, advindas de políticas voltadas ao enfrentamento da crise mundial. Em 2013, após longos debates sobre o controle de taxas de juros para empréstimos, o PBC o extinguiu (MENDONÇA, 2015, p. 356-359). Após a nova fase de expansão, medidas restritivas e centralizadoras voltam a ser adotadas a partir de 2015, quando é estabelecido o seguro de depósito para transações bancárias (SUN; YAMORI, 2016, p. 7-8).

Em 2018, a Comissão de Regulação Bancária da China (CBRC) foi fundida à Comissão de Regulação de Seguros da China (CIRC) e à Comissão de Valores Mobiliários da China. Para mensurar a relevância desse acontecimento, é necessário considerarmos a importância dessas comissões para a política monetária chinesa. Desde o início dos anos 2000, a regulação financeira poderia ser definida pela frase “um banco, três comissões”, dado que o PBC vinha delegando algumas de suas funções. O movimento de 2018 seria uma recentralização, com o objetivo de adaptar o aparato regulatório à nova realidade financeira do país, na qual gigantes da tecnologia participam cada vez mais de atividades bancárias, explorando diferentes produtos (CHINA BANKING NEWS, 2018, não p.).

3.2 PRATICANDO O LEVE E O PESADO

Até esse ponto, foram apresentados mecanismos considerados essenciais para a compreensão das mudanças institucionais que reorganizaram a China, determinando como o país chegaria ao século XXI. Embora o item 4 desta pesquisa se aprofunde nas questões sociais, com foco na situação do emprego no país asiático, acaba por ser indissociável apontar alguns destes fatores neste subitem, ao passo que se busca demonstrar como os aspectos até aqui abordados se relacionam.

Do ponto de vista produtivo, podemos delimitar as reformas econômicas chinesas a partir de duas principais inovações institucionais¹⁵. Primeiramente, temos as liberalizações no campo, entre 1979 e 1983. Este período, apontado como o primeiro ciclo de inovações por Jabbour e Paula (2018, p. 11-13), dá conta das primeiras transformações na China rural. Com a liberalização comercial, a autorização para operação das TVEs e o fomento ao crédito, ocorrem aumentos significativos de renda e produtividade, além do aumento na demanda por bens industrializados (JABBOUR; DANTAS, 2017, p. 794).

Nas cidades costeiras, temos a segunda inovação, com a gradual abertura de ZEEs. É importante ressaltar que quando tratamos da China urbana, estamos basicamente nos referindo ao leste do país até a primeira década dos anos 2000. Em 1950, cerca de 89% dos chineses residiam no campo. Apenas em 2013, os residentes urbanos teriam superado os rurais. A abertura das ZEEs, por exemplo, pode justificar parcialmente a grande mobilização de mão-de-obra na China urbana, colaborando para a migração. A instauração das ZEEs e das ZDETs, aliada às novas regulamentações trabalhistas e a migração, colaboram também para o crescimento da informalidade nas cidades (MORAIS, 2011, p. 110). No campo, as graduais reformas proporcionam novas ocupações, passando a permitir a agricultura comercial a partir da negociação do direito de uso da terra.

Do ponto de vista comercial, o modelo adotado visando avançar as forças produtivas, registra forte elevação das exportações e da atração de IDE, com o crescimento de 30% ao ano das vendas ao exterior entre os anos de 2004 e 2007

¹⁵ Esse é o termo utilizado por Jabbour e Paula (2018, p. 11-13) para delimitar as mudanças regulatórias gradualmente conduzidas através das reformas. Naughton (2021, p. 38-42), por sua vez, utiliza “ondas de vivacidade” com objetivo similar.

(NAUGHTON, 2021, p. 42). Além disso, a participação das exportações líquidas na composição do PIB é positiva desde 1993 (CARVALHO, 2013, p. 96).

Sem dúvidas, o posicionamento chinês como “fábrica do mundo” teve relevância para alçar o país ao posto de potência global. No entanto, as mudanças institucionais relatadas não serviram pura e simplesmente para atrair IDE. A observação da construção institucional de um robusto e capilarizado sistema financeiro pode colaborar para a compreensão do fenômeno. Medeiros (2013, p. 468) aponta que durante a década de 80, o Estado passa a praticar política monetária expansionista, superando um sistema centrado no orçamento e na poupança pública, e estabelecendo um centrado no crédito. Assim, durante a segunda metade da década, ocorreu uma grande aceleração da formação bruta de capital fixo, nos setores público e privado, além de expansão no consumo. A política cambial praticada também é apontada como ponto fundamental para desenvolver a dinâmica discutida. Esta combinação entre uma política cambial sólida e um vigoroso sistema financeiro, fizeram florescer o que Paula e Jabbour (2017, p. 8) chamam de crescimento liderado por exportações e por investimentos.

Até o momento, já discutimos a dinâmica exportadora e compreendemos a base para um sistema financeiro engajado no desenvolvimento nacional. Propõe-se agora, investigar como e onde estes investimentos ocorrem. Para tanto, julga-se produtivo iniciar esta discussão abordando momentos de instabilidade, por facilitarem a visualização da ação estatal. A crise asiática de 97 nos apresenta a primeira oportunidade para tanto.

O abalo teve como epicentro a Coreia do Sul, mas repercutiu em toda a região do sudeste asiático. Sua característica básica foi uma volumosa fuga de capitais, resultando em acentuada desvalorização das moedas em relação ao dólar estadunidense e redução das reservas cambiais dos países da região (CANUTO, 2000, p. 26). Para Medeiros (1997, p. 163-171), a crise na Coreia do Sul e em outros países teve como elemento básico, segundo diversas abordagens, a valorização cambial das moedas asiáticas em relação ao dólar estadunidense, a partir de 1995. Segundo o autor, a desregulação dos fluxos de capitais, levou países da região a abrirem mão do controle cambial e da alocação de investimentos, contribuindo para a crise. Além disso, a ascensão da China na década de 90, contribuiu para perda da proeminência de outros países da região na exportação de manufaturas de baixo

valor unitário, sobretudo após a formação do Sistema Chinês de Comércio Cambial, que acompanhou desvalorização do RMB.

Do ponto de vista chinês, Sharma (2002, p. 244-246) justifica a resiliência da economia à crise em função de sua rigidez financeira, originada de um restrito controle de capitais, combinado a um balanço de pagamentos superavitário e uma dívida externa de médio prazo, composta em grande medida por IDE, majoritariamente direcionado a *joint-ventures*. Ainda assim, Jabbour (2006, não p.) aponta o período pós-crise como marcado por intervenção estatal no sentido de alavancar o mercado interno através de robustos investimentos em infraestrutura. Entre os anos de 1998 e 2005, foram 800 bilhões de dólares destinados a estes investimentos, sustenta o autor. Durante este período ocorreu o Programa de Desenvolvimento do Grande Oeste, por exemplo, buscando integrar o país, visto que as ZEEs, grandes indutoras de IDE estavam inicialmente concentradas no litoral, como mencionado.

Embora a participação ativa do Estado seja clara, Paula e Jabbour (2017, p. 5) alertam para a predominância do consumo em detrimento do investimento durante toda a década de 80 na composição PIB chinês. Nos anos 2000, este quadro se inverte, por meio de pesados investimentos em infraestrutura com o objetivo de conectar mercados regionais, superar as desigualdades mencionadas entre litoral e interior e executar políticas anticíclicas de maneira geral.

Pouco mais de uma década após a crise financeira asiática, mais uma crise afeta a economia mundial. Inicialmente estadunidense, a crise financeira de 2008 teve início no mercado imobiliário do país americano. Após a quebra do banco de investimentos Lehman Brothers, ela tomou proporção internacional (MENDONÇA, 2015, p. 356). Para compreender o potencial da crise sobre a economia chinesa, devemos lembrar que as exportações do país em direção aos EUA eram crescentes na década de 90. Após sua entrada na Organização Mundial do Comércio, a China tornou-se o principal parceiro comercial do país (GUO et al., 2018, p. 106-107). Assim, a crise afetou as exportações chinesas, levando o país asiático a aumentar o volume de investimentos que já vinha sendo praticado. Em novembro daquele ano, foi anunciado um pacote de 586 bilhões USD, 12% do PIB chinês à época (JABBOUR, GABRIELE, 2021, p. 126).

Para além de investimentos em infraestrutura, também temos a execução de políticas industriais. Naughton (2021, p. 49-97) descreve este processo a partir de três etapas: o programa de ciência e tecnológica de médio e longo prazo em 2006, a

política de indústrias estratégicas emergentes (IES), em 2009, e a política de integração intersetorial (IDDS), em 2015. A primeira delas focava no aprimoramento de tecnologias específicas pelo setor secundário e atuaria sobre os Mega Projetos¹⁶. A IES buscou evoluir as áreas costeiras, onde se localizavam as ZEEs, de “fábricas do mundo” para polos de pesquisa e desenvolvimento de alto padrão. A IDDS busca integrar os avanços obtidos com as duas políticas anteriores, compondo uma onda ressonante intersetorialmente cujo alvo é a formação de uma superpotência tecnológica até 2050. Esta política é composta por duas ramificações, a “Feito na China 2025” e a “Internet +”.

A pandemia de COVID-19 pôs à prova a capacidade chinesa de intervenção e coordenação à nível regional e tais desenvolvimentos tecnológicos teriam sido de profunda importância para a contenção de impactos. Além das formas mais tradicionais de organização e planejamento, de acordo com Jabbour, Boa Nova e Vadelì (2024, p. 384-385) as inovações tecnológicas disruptivas alcançadas pelo país estariam fazendo surgir uma forma superior de planificação econômica, na qual a utilização em larga escala de plataformas de “*big data*” e inteligência artificial teriam contribuído para a reação à pandemia.

Por fim, assumimos que, em um primeiro momento, pode parecer contraditório falar em “forma superior de planificação econômica”, quando estamos diante de uma hipótese que trata justamente da introdução de mecanismos de mercado à economia da China. Por outro lado, ao considerar a abordagem estatal diante das contradições e instabilidades, internas e externas, direta ou indiretamente ligadas ao processo de reformas, percebemos uma atitude do Estado que se traduz em números, levando à popularização da expressão “níveis de crescimento chineses” em meados dos anos 2000.

Esta atitude, por sua vez, vem sendo descrita segundo as teorias ocidentais como ir além das políticas anticíclicas keynesianas, dirigindo investimentos a segmentos específicos (MAZZUCATO, 2014, p. 23) ou ainda como a garantia da efetivação da demanda (JABBOUR et al., 2020, p. 21-22). De toda forma, o que esses autores colocam, é que por meio do financiamento público que, por muitas vezes, vai além de meras políticas anticíclicas, a China mantém um caminho de

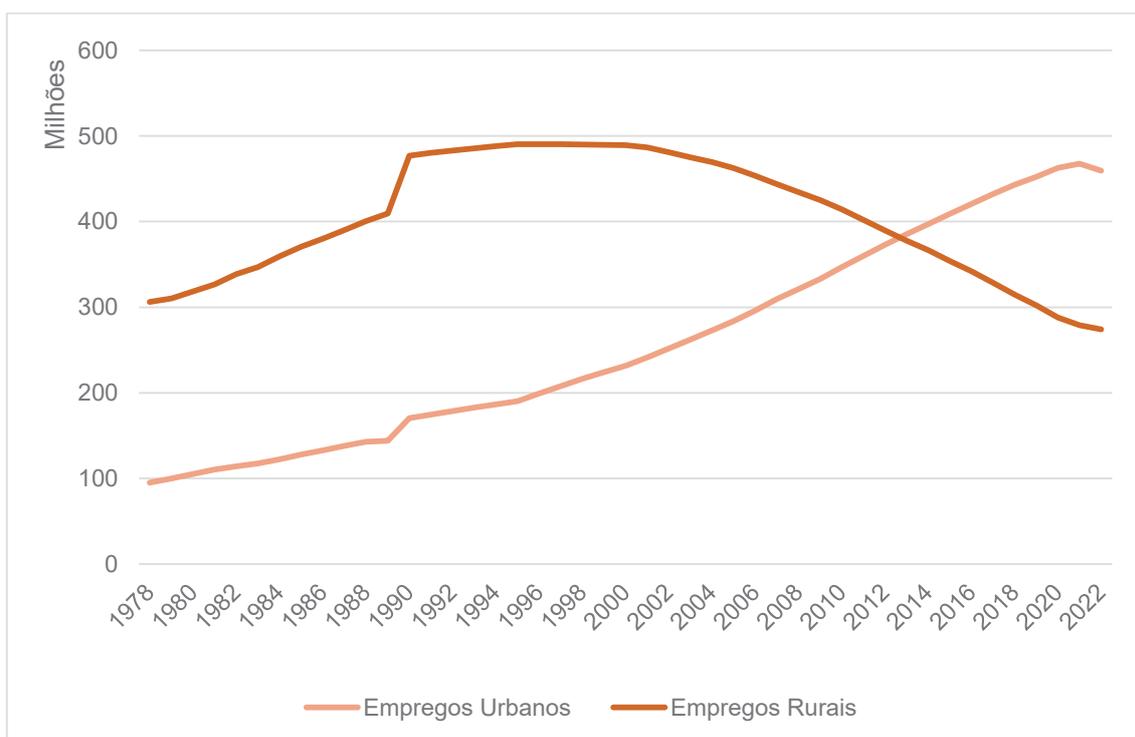
¹⁶ Os Mega Projetos eram focados no desenvolvimento técnico para o domínio de novas tecnologias e incremento produtivo do setor industrial (NAUGHTON, 2021, p. 49-59).

desenvolvimento estável. Esta capacidade, por sua vez, de compreender a realidade e direcionar recursos conforme as necessidades para a garantia da estabilidade, é o que Jabbour et al. (2020, p. 20) chamam de “uma economia da prontidão”, caracterizada pela busca pela superação da incerteza, recorrendo à Keynes (1996) mais uma vez. Nesse contexto, nada nos impede de remeter ao *Guanzi* para relacionar o princípio do leve e pesado e as funções públicas diante do desequilíbrio. Logo, é cabível assumir que o cerne do que esses autores buscam compreender encontra-se na habilidade pública de gerir recursos, destinando-os “para um lado ou para o outro” a depender das necessidades da sociedade. Esta seria, portanto, a forma de planificação superior? Como isso se diferencia das formas de intervenção praticadas no período maoísta? Quais escolhas públicas levam a elas? Poderíamos dizer que estamos tratando simplesmente do Estado em sua função alocativa, no entanto é interessante notar que, embora o exemplo primordial trate recursos financeiros, a partir da garantia do investimento, a “estabilização de fluxos de recursos” aparenta não se restringir ao aspecto financeiro, podendo se estender à capacidade de intervenção do Estado nas relações sociais mais básicas, como os fluxos de pessoas ou a mobilização de voluntários, no caso da pandemia de Covid-19. Com relação ao objeto de pesquisa, a garantia de emprego, e, por sua vez, de manutenção do consumo, como descreve Weber (2023, p. 41-136) segundo o *Guanzi*. Neste sentido, busquemos agora compreender as relações entre reformas e emprego, para enfim retornar à discussão levantada pelo item que se encerra.

4. MERCADO DE TRABALHO EM FORMAÇÃO

As graduais reformas econômicas e institucionais não alteraram a China apenas do ponto de vista produtivo e de posicionamento global, como discutimos. Elas também tiveram significativa influência sobre a organização daquela sociedade, até meados dos anos 2010, por exemplo, a maior parte da população chinesa viveu no campo. O GRÁFICO 2 demonstra onde estavam situados os trabalhadores chineses a partir de 1978, mas devemos nos atentar para possíveis distorções nos dados da NBS acerca dos empregos. Morais (2011, p. 20-21) alerta para a existência de informalidade urbana a partir dos anos 90, o que poderia indicar uma superação dos empregos urbanos mais recente que a demonstrada.

GRÁFICO 2 - EMPREGOS URBANOS E RURAIS (1978 – 2021)



FONTE: NBS (2023) ELABORAÇÃO: O Autor (2023)

Para melhor compreender este fenômeno, precisamos primeiramente nos debruçar sobre as mudanças na alocação do emprego colocadas em prática, visto que até o início das reformas, os trabalhadores eram alocados segundo um sistema centralizado, que garantia o pleno emprego (BRAGA; NOGUEIRA, 2020, p. 55). Esse período teve início com a fundação da RPC. Já sabemos da importância da população

rural para a viabilização da revolução que levou à fundação do país, sendo executada uma profunda reforma agrária. Segundo Pomar (2003):

Nos dois anos posteriores [à implantação do novo sistema agrário, em 1950], foram distribuídos 47 milhões de hectares, ou cerca de 50% das terras cultivadas, entre trezentos milhões de lavradores, cabendo a cada família cerca de 0,4 hectare. Enquanto os camponeses médios continuaram com as parcelas e instrumentos de trabalho que possuíam anteriormente, os camponeses ricos tiveram reduzidas suas parcelas a um tamanho correspondente ao que poderiam efetivamente trabalhar com seu próprio esforço. E os antigos latifundiários, não culpados de crimes, receberam parcelas de terra necessárias para trabalhar por sua conta. (POMAR, 2003, p. 83-84).

É importante ressaltar que a distribuição ocorreu em termos de direito de uso, visto que toda terra pertencia ao Estado. Durante o período maoísta, o regime de produção sofreu algumas alterações, como a instituição de mecanismos similares aos contratos de responsabilidade de produção durante os primeiros anos da RPC, a posterior instituição de cooperativas e sua transformação em comunas¹⁷. De toda forma, cabe aqui apontar a forte relação entre moradia e emprego, segundo a qual cada família tem direito a uma propriedade, tratada como “*homestead*” (imóvel e adjacências) pela literatura. A coletividade, termo utilizado em referência à institucionalidade rural, define sua localização e o camponês fica responsável pela construção da casa (BIAN, LU, 2014, p. 181-182/ WANG et al., 2020, p. 2). Além disso, os serviços básicos, embora escassos, também eram providos pela comunidade rural.

Da maneira similar, nas cidades a moradia era determinada em função do emprego, sendo administrada pelas SOEs e cedida a seus funcionários. Este sistema de proteção social, que também incluía serviços como previdência e assistência médica, era conhecido como “*tie fan wan*” ou tigela de arroz de ferro¹⁸. Além disso, já sabemos, esses sistemas eram complementados pelo “*hukou*”, que atrelava os serviços básicos à província de registro, onde, conseqüentemente, estava o emprego do trabalhador. Portanto, a mobilidade era praticamente inexistente.

¹⁷ A Campanha das Três Liberdades (“San-tzu i-piao”) pode ser considerada um prelúdio das reformas, ela estabeleceu um mecanismo similar aos contratos de responsabilidade, mas foi interrompida sob o contexto da revolução cultural, em meados dos anos 60 (GONÇALVES, 2006, p. 5-6).

¹⁸ Também é utilizado o termo “*dānwèi*” em referência ao sistema de proteção social urbano (NOGUEIRA, 2017, p. 12).

4.1 FIM DA ESTRUTURA DE SEGURIDADE MAOÍSTA

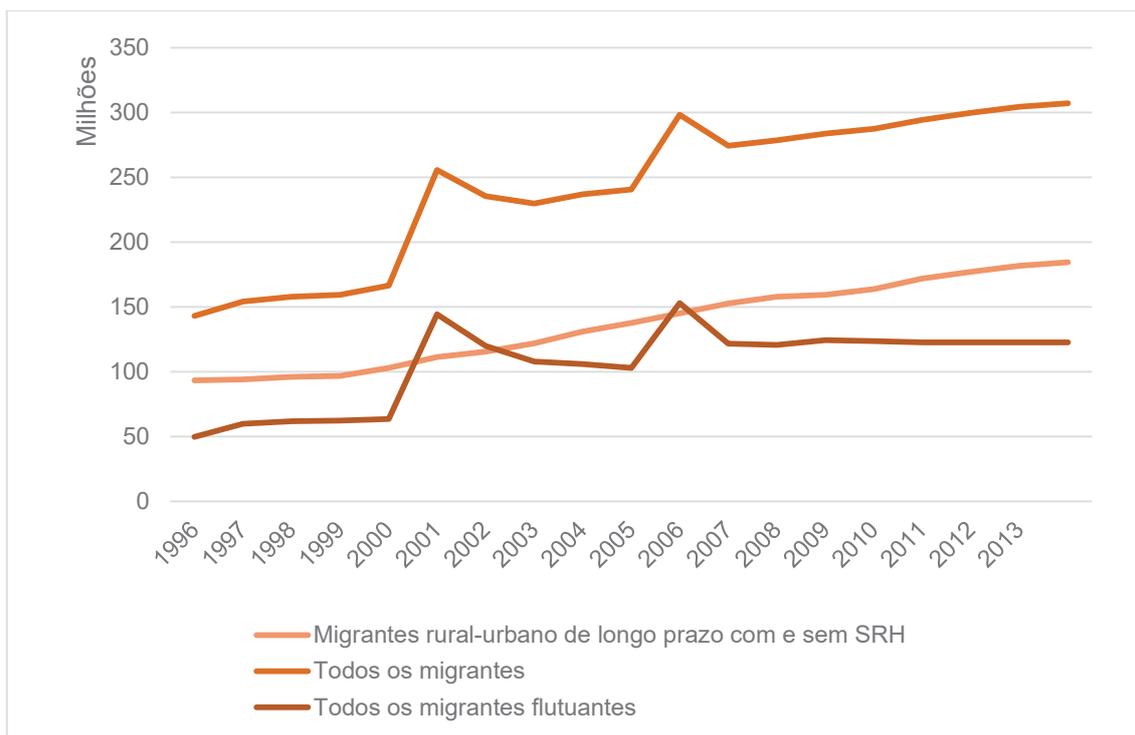
Com as reformas, o Sistema de Registro “*hukou*” passou a ser gradualmente flexibilizado a partir de 1983 (CHEN; ZHANG, 2009, p. 832). O “*hukou*” registra o local de moradia de cada cidadão e vincula serviços básicos como emprego, moradia, saúde e educação a esta localidade (CARVALHO, 2013, p. 41), dificultando a mobilidade. Com esta flexibilização, mais trabalhadores passam a migrar para as cidades costeiras, considerando as possibilidades de emprego trazidas pelas ZEEs e ZDETs (MAJID, 2015, p. 7).

Embora a permissão para instalação dessas áreas date da primeira metade dos anos 80, foi com a flexibilização do *hukou* que a migração de fato acelerou. Morais (2011, p. 85) aponta que em 1978, 17,9% dos chineses viviam em ambiente urbano, e 15,8% possuíam registro urbano. Ou seja, 2,1% teriam migrado sem registro. Já em 1985, eram 23,7% vivendo nas cidades¹⁹, sendo 3,4% migrantes sem registro urbano.

O GRÁFICO 3 demonstra este movimento entre 1996 e 2013, o último, ano em que os empregos urbanos superaram os rurais, segundo dados do NBS.

¹⁹ Neste ano também houve reclassificação, fazendo com que algumas áreas rurais passassem a ser consideradas urbanas e colaborando para o crescimento da população com registro urbano.

GRÁFICO 3 - MIGRAÇÃO INTERNA NA CHINA (1996 – 2013)



FONTE: Majid (2015, p. 43). ELABORAÇÃO: Majid (2015, p. 43) ADAPTAÇÃO: O autor (2023)

Por tanto, a flexibilização do “*hukou*” significou um grande crescimento para a população vivendo nas cidades costeiras, embora a migração “por fora” do sistema também aconteça em grandes proporções. No entanto, aqui optamos por iniciar tratando dos empregos “já existentes”, que sofrem mudanças com o decorrer das reformas.

A reformulação das SOEs envolveu também uma profunda alteração nas relações trabalhistas. Além das privatizações, nos anos 90 ocorreu a destruição da “*tie fan wan*”: a tigela de ferro de arroz, que garantia aos trabalhadores urbanos emprego vitalício, moradia, assistência médica e previdenciária. Com a crescente competição das TVEs, aliada ao extenso processo de privatizações, SOEs e empresas coletivas demitiram em torno de 50 milhões de trabalhadores entre 1993 e 2004. Deste modo, em 2003 apenas 4% dos trabalhadores seguiam empregados em SOEs e 1,3% em empresas coletivas. O restante dos trabalhadores urbanos que conseguiram um novo emprego formal, passou a ser gradualmente absorvido por firmas privadas. Morais (2011, p. 131-132) categoriza esse período de flexibilização trabalhista como o “*big bang*” das reformas, que causará dois grandes resultados:

informalidade e desemprego. Se ao início das reformas o setor público era o único empregador urbano, nos anos 90 passa a existir emprego informal urbano²⁰. Em 1990, Morais (2011, p. 131-135) aponta que seriam 17% dos trabalhadores urbanos, já Majid (2015, p. 56) calcula 13,5%.

Morais (2011, p. 131-135) propõe que consideremos também trabalhadores de pequenos negócios precários como informais. Assim, 58,4% dos trabalhadores urbanos em 2003 e 63,6% em 2008 seriam informais. Muitos desses eram migrantes sem registro urbano, o que acaba por distorcer também as estatísticas oficiais sobre o desemprego, como veremos adiante.

Outra questão a ser aprofundada é a migração temporária (GRÁFICO 3). Com a flexibilização do sistema de registro, passou a ser permitida a migração temporária “dentro do sistema”, embora estes trabalhadores não pudessem usufruir de serviços básicos nas cidades. Esta era a principal modalidade de migração²¹ em exercício até a década de 90, caracterizada por seguir o ciclo sazonal agrícola. A partir de 2001, qualquer pessoa vivendo há mais de dois anos em uma região rural e com um emprego não-agrícola passou a ser automaticamente elegível ao registro urbano, contanto que abrisse mão de sua terra (MORAIS, 2011, p. 146-147). Em 2003, oficialmente eram contabilizados 110 milhões de trabalhadores migrantes, dos quais 60% havia se deslocado para grandes cidades (XIANGDONG, 2004, p. 6). Diante da significativa migração “por fora” do sistema, as estatísticas sobre desemprego acabam sendo afetadas. Morais (2011, p. 131-135) aponta que o desemprego urbano em 2003 estaria em torno de 9%, ao passo que Majid (2015, p. 49) estima 4,7%²². As estatísticas oficiais para o período dão conta de 3,2%.

Enquanto no ambiente urbano, as reformas dificultam a mensuração da real situação dos trabalhadores, em função da informalidade, no campo ocorre o processo contrário. Como demonstrado, a formação do mercado de trabalho chinês contribuiu para o grande movimento migratório em direção às cidades costeiras. No entanto, o GRÁFICO 4 nos mostra que os empregos formais rurais também teriam crescido significativamente durante os anos 90, embora este aumento englobe também a formalização de empregos já existentes. Neste sentido, devemos considerar o fato de

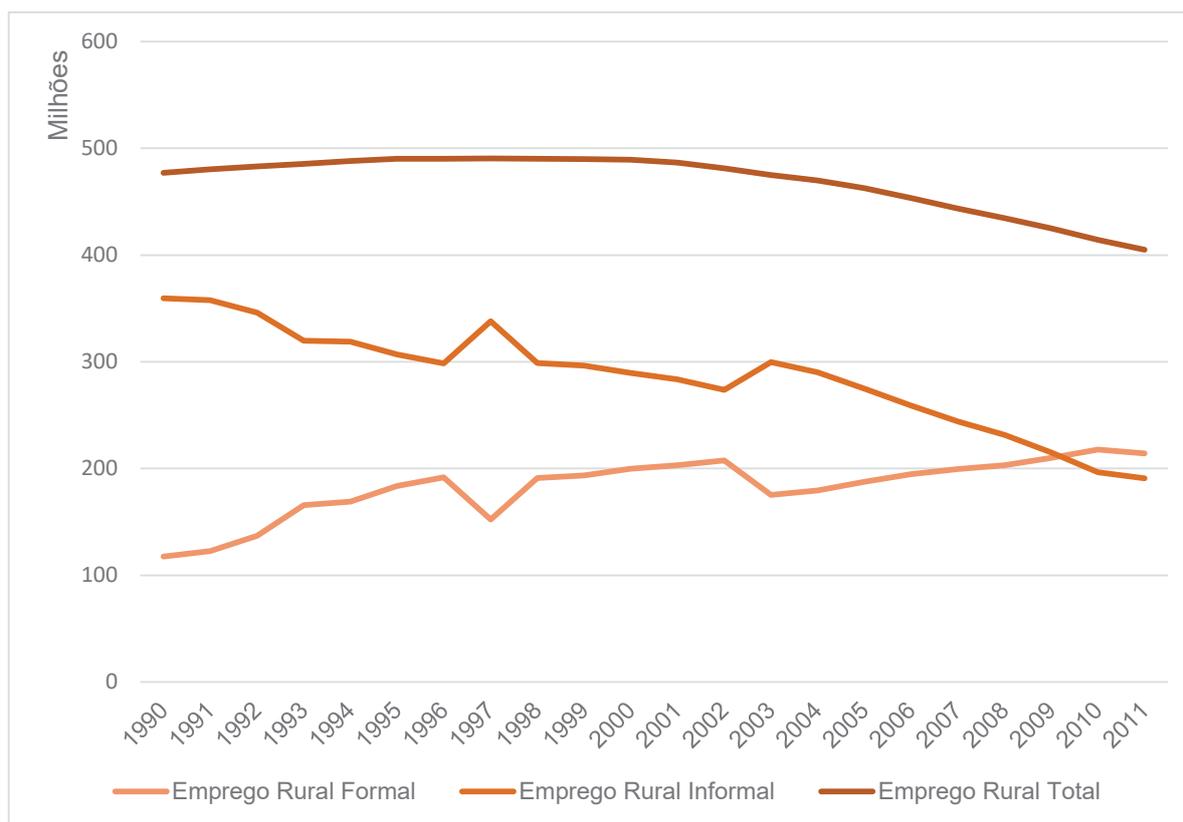
²⁰ Não existe uma definição do governo chinês para classificar os trabalhadores informais, sendo os números utilizados advindos de cálculos próprios de pesquisadores.

²¹ Também ocorria migração sazonal “por fora” do SRH. Sendo realizadas fiscalizações e taxação de empregadores caso utilizassem mão-de-obra sem registro.

²² Por sua vez, Cai e Wang (2010, p. 77) indicam 6% para o ano.

boa parte dos empregos urbanos formais e informais serem de fato “novos empregos”, com a criação de um setor privado da economia. Já no caso do ambiente rural, passamos a ter a formalização de trabalhadores na própria agricultura, bem como pela criação de novos empregos, a partir da contratação pelas TVEs (MAJID, 2015, p. 25-27). O GRÁFICO 4 demonstra este movimento entre 1990 e 2010.

GRÁFICO 4 - EMPREGOS RURAIS FORMAIS E INFORMAIS (1990 – 2010)



FONTE: Majid (2015, p. 25). ELABORAÇÃO: Majid (2015, p. 25).

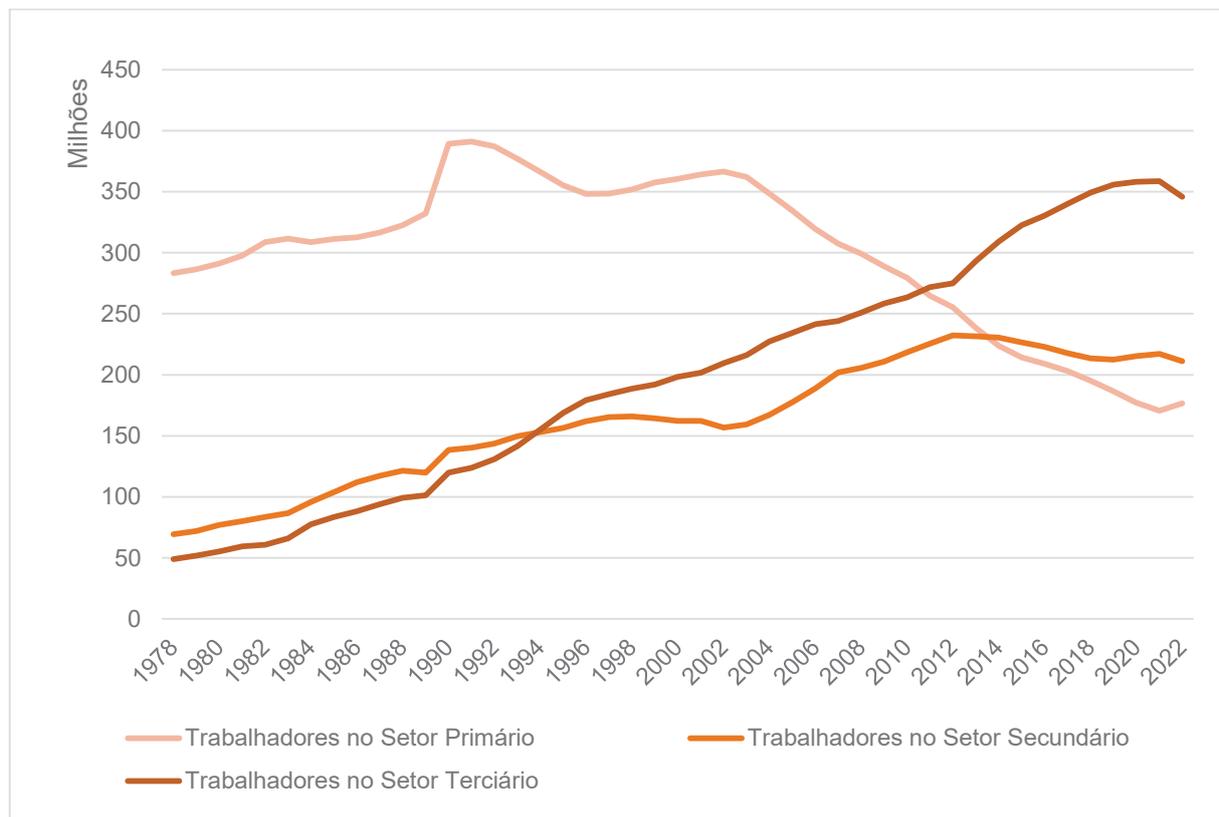
Em 2003, 65% dos trabalhadores vivendo em ambiente rural estavam empregados em atividades agrícolas e os 35% restantes em demais ocupações não ligadas diretamente à agricultura (XIANGDONG, 2004, p. 6). Para este mesmo ano, Majid (2015, p. 55) indica que 28,5% do total de trabalhadores rurais estariam empregados nas TVEs²³.

O GRÁFICO 5 demonstra como está dividido o emprego em termos de macro setores. Notamos então que a partir das reformas, os setores secundário e terciário

²³ Dentre todos os empregos gerados pelas TVEs, o autor aponta que em 1990 apenas 2,5% estavam em empresas envolvidas na agricultura. Reduzindo para 1,2% em 2011.

são os que mais avançam em termos de trabalhadores empregados. Como já discutido, o setor primário também cresce por um período de tempo, mas em parte dada a formalização. Já sabemos também das distorções existentes quanto ao desemprego e a informalidade.

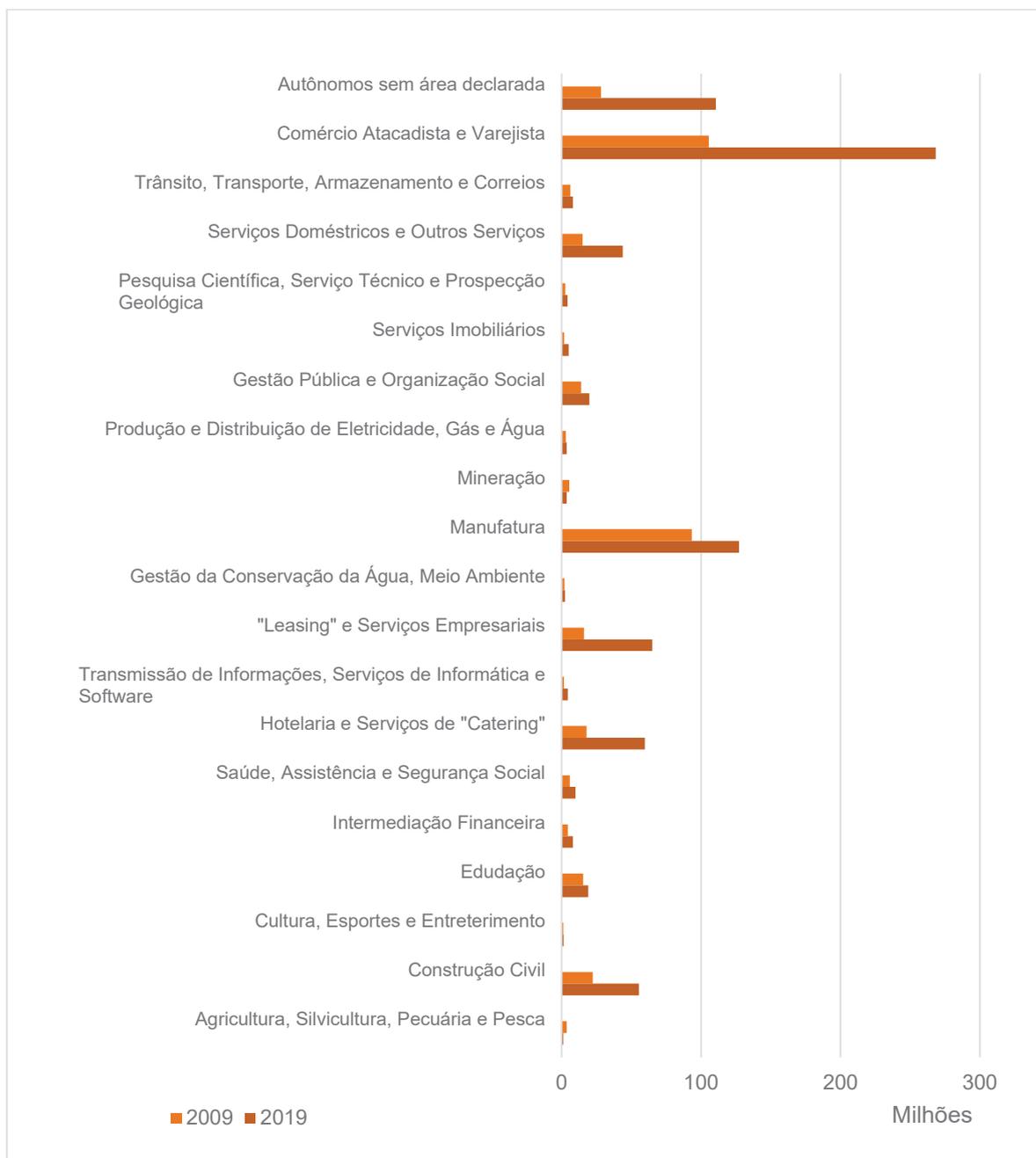
GRÁFICO 5 - DIVISÃO INTERSETORIAL DO EMPREGO (1978 – 2020)



FONTE: NBS (2023), ELABORAÇÃO: O Autor (2023)

Podemos aguçar a representatividade desses números, observando onde dentro dos macros setores estão os empregos urbanos. Para tanto, o NBS dispõe de dados a partir de 2004. Optamos por contrastar os anos de 2009 e 2019, conforme expressa o GRÁFICO 6.

GRÁFICO 6 - EMPREGOS URBANOS EM MÚLTIPLOS TIPOS DE UNIDADES DE PRODUÇÃO²⁴, 2009 E 2019



FONTE: NBS (2023), ELABORAÇÃO: O Autor (2023)

Observamos, portanto, duas áreas como principais empregadoras. Comércio varejista e atacadista, e a manufatura. Além disso, ao passo que, no início dos anos 2000, a manufatura era a principal empregadora nas zonas urbanas, ela é ultrapassada pelo comércio. No período podemos observar também o expressivo

²⁴ São eles: Empresas Privadas, Privadas Urbanas, Coletivas Urbanas, SOEs, outros tipos de propriedade e trabalhadores autônomos sem área declarada.

crescimento dos empregos na construção civil. Além disso, existe um intrigante crescimento no número de trabalhadores autônomos²⁵ formais. A parte desse grupo que possui área declarada está em sua maioria no comércio. Zhang et al. (2006, p. 6) descrevem se tratarem de estabelecimentos que comercializam uma variedade de itens, desde commodities até alimentos, utensílios domésticos e materiais de construção. Alguns são bastante simples, sendo estabelecidos no mesmo local de moradia do trabalhador autônomo.

Sobre os trabalhadores sem registro, Li (2008, p. 9) aponta que em 2004, em torno de 30% estavam empregados na manufatura, 23% na construção civil e 22% nos serviços. De toda forma, o NBS classifica os trabalhadores como autônomos ou empregados pelos seguintes tipos de unidades de produção: Unidades Urbanas, SOEs, Cooperativas Urbanas, Empresas Privadas e Empresas Privadas Urbanas.

Com a flexibilização da mobilidade de trabalhadores, compreendida pela transição do “emprego centralizado” para a nova institucionalidade gradualmente estabelecida, a população chinesa passou a ser predominante urbana, em meados de 2010. Além disso, a maior parte dos empregos não está mais na manufatura, mas no setor de serviços (GRÁFICO 5). A bem da verdade, este último fenômeno não é restrito à esta economia, mas abrange o sudeste asiático de maneira geral (NOLAND, PARKS, ESTRADA, 2012, p. 10). Dentro desse setor, já sabemos que a atividade que mais emprega nos centros urbanos é o comércio (GRÁFICO 6).

Para além dos efeitos imediatos da formação do novo ambiente institucional, com a flexibilização do “*hukou*” possibilitando a disponibilidade de trabalhadores para os novos tipos de unidades de produção que surgiam, ocorre simultaneamente a “destruição da tigela de ferro de arroz” bem como a liberalização no campo. Isso significa que, além da facilitação da migração, o emprego deixa de vincular serviços básicos, impondo aos trabalhadores novos gastos.

Já sabemos que ao início das reformas, a vasta maioria dos trabalhadores urbanos estava empregada nas SOEs. Embora a renda urbana fosse baixa, 48,02 USD²⁶, o Estado se encarregava de prover a grande maioria dos bens e serviços,

²⁵ O trabalho autônomo se diferencia do trabalho informal por ser registrado junto às autoridades locais. Ele é regulado pela “Lei de Propriedade Individual de Companhias”, em vigor desde primeiro de janeiro de 2000 (CHINA, 1999, não p.).

²⁶ Valor ajustado pelo NBS considerando a inflação do período e convertido a 1 RMB para cada 0,14 USD, segundo a cotação de 09/08/2023.

incluindo moradia. Com o desmanche desse sistema, a renda passa a ser utilizada para mais finalidades, como educação, saúde e moradia.

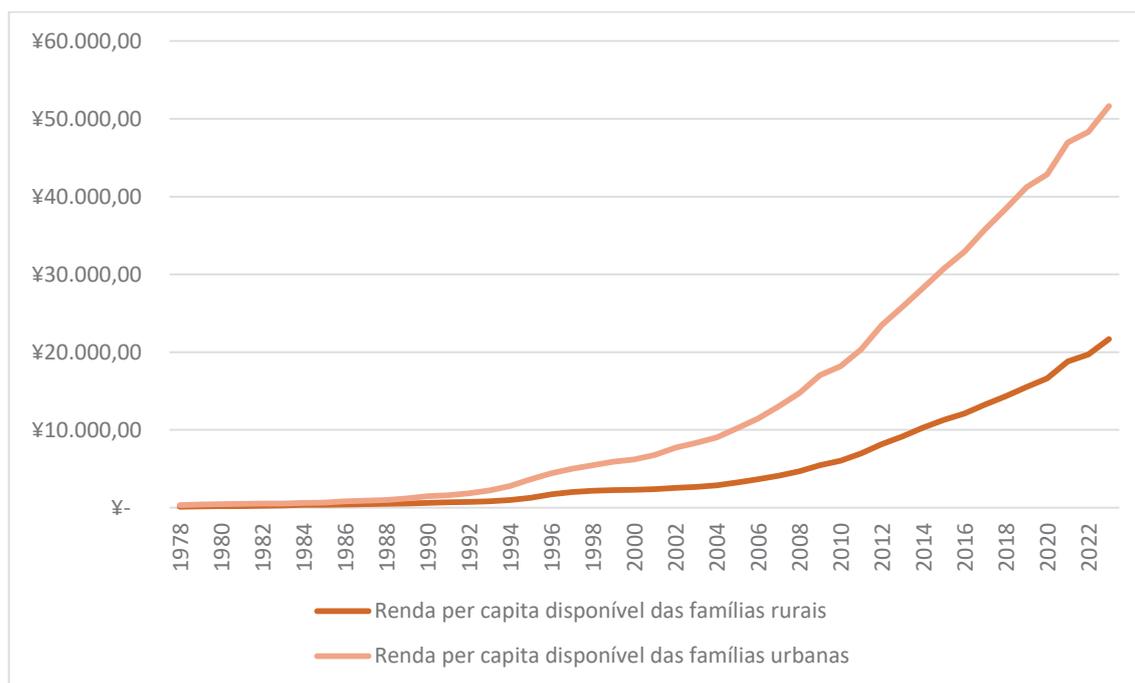
Sabemos também que as estatísticas oficiais não dão conta da significativa quantidade de trabalhadores migrantes “por fora” do “*hukou*”. Shi (2008, p. 10-15) utiliza a base de dados do CHIP Project²⁷, que não faz discernimento entre migrantes registrados e não registrados, para apontar que em 2002, 45% desses trabalhadores tinham entre 16 e 25 anos, sendo o grupo composto por 66% de homens. 65% dos migrantes e das migrantes não possuíam ensino fundamental completo. No mesmo ano, seu salário médio mensal era de 100 USD por mês²⁸. Mais de 80% desses indivíduos trabalhavam os sete dias da semana e quase 35% entre 9 e 10 horas diárias.

Em 2004 o salário mínimo foi institucionalizado, com a introdução de um piso universal e previsão de reajustes no mínimo a cada dois anos. Assim, as províncias projetam os reajustes, com base nas estatísticas locais de custo de vida, emprego e pobreza, e negociações sindicais. Sendo os resultados das discussões locais enviados ao Governo Central para aprovação (BRAGA, NOGUEIRA, 2020, p. 59-60).

Entre 1979 e 2022, a renda per capita chinesa cresceu a uma média de 2,2% ao ano. Em fevereiro de 2021, Xi Jinping anunciou que o país teria superado a extrema pobreza. No entanto, ao observar estes dados para o ambiente rural e urbano, ainda percebemos uma disparidade significativa. O GRÁFICO 7 demonstra a evolução para o período citado.

²⁷ O CHIP Project (Chinese Household Income Project) é um projeto que coleta dados sobre renda e consumo na China desde 1989.

²⁸ Para 2002, o salário médio urbano era de 2096,58 USD anuais, ou 293,52 USD por mês.

GRÁFICO 7 - RENDA PER CAPITA URBANA E RURAL²⁹ (1978 – 2022)

FONTE: NBS (2023 não p.). ELABORAÇÃO: O Autor (2023)

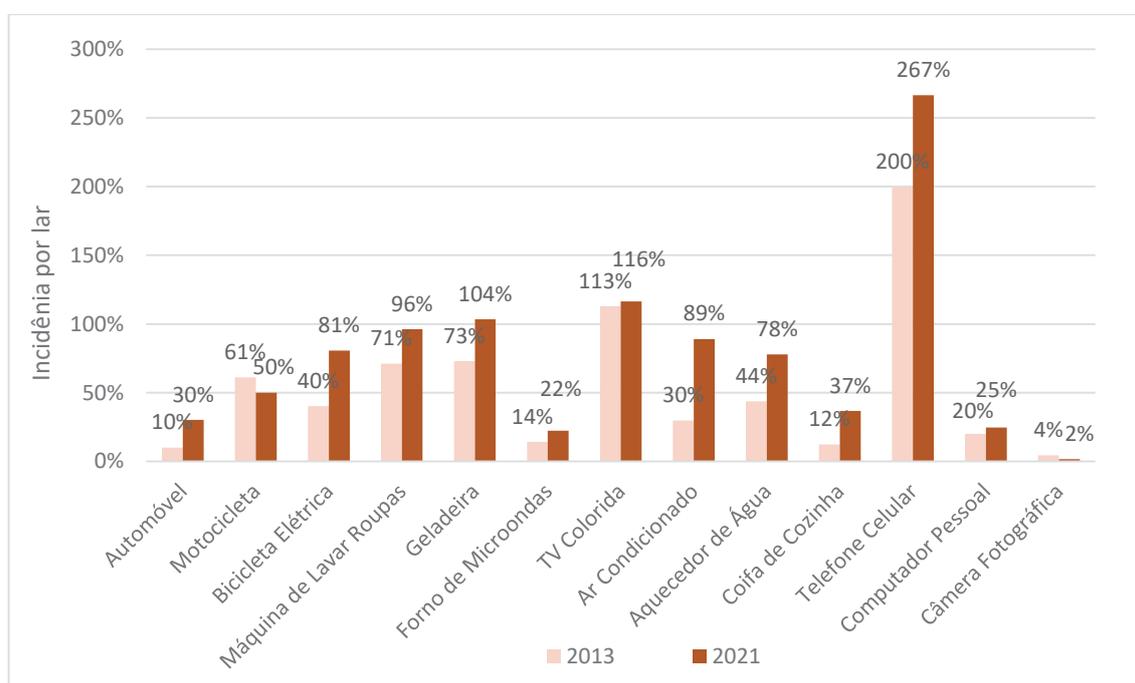
Embora os números apresentados ainda coloquem a China atrás de países como o Brasil, que registrou em 2021 uma renda per capita 7507,16 USD, segundo dados do Banco Mundial (2023, não p.), o país asiático vem demonstrando avanços significativos no que tange ao avanço das condições materiais e do bem-estar de sua população.

Já sabemos da importância das reformas para a dinâmica do projeto de desenvolvimento chinês. No entanto, seu estabelecimento foi contemporâneo aos avanços no consumo dos trabalhadores. Medeiros (2013, p. 450-451) descreve como antes das reformas, o padrão de consumo era baseado em bens essenciais e pouco diversificados, como vestuário, habitação e bicicleta. Posteriormente, ocorreu a adoção de novos bens de consumo, com a aquisição de bens duráveis. Deve-se ressaltar que este processo também afeta diferentemente campo e cidade, dada a disparidade de renda já abordada. Assim, em 1985 48% das famílias urbanas possuíam máquina de lavar roupas e 17% televisão colorida. Em 2007, eram 96% e uma TV ou mais por lar. Já no meio rural, as estatísticas eram 1,9% e 0,7% para os mesmos bens no mesmo ano inicial. Estes números mudam para 46% e 94% em

²⁹ Valores deflacionados com base nos índices de preços ao consumidor urbano e rural, respectivamente.

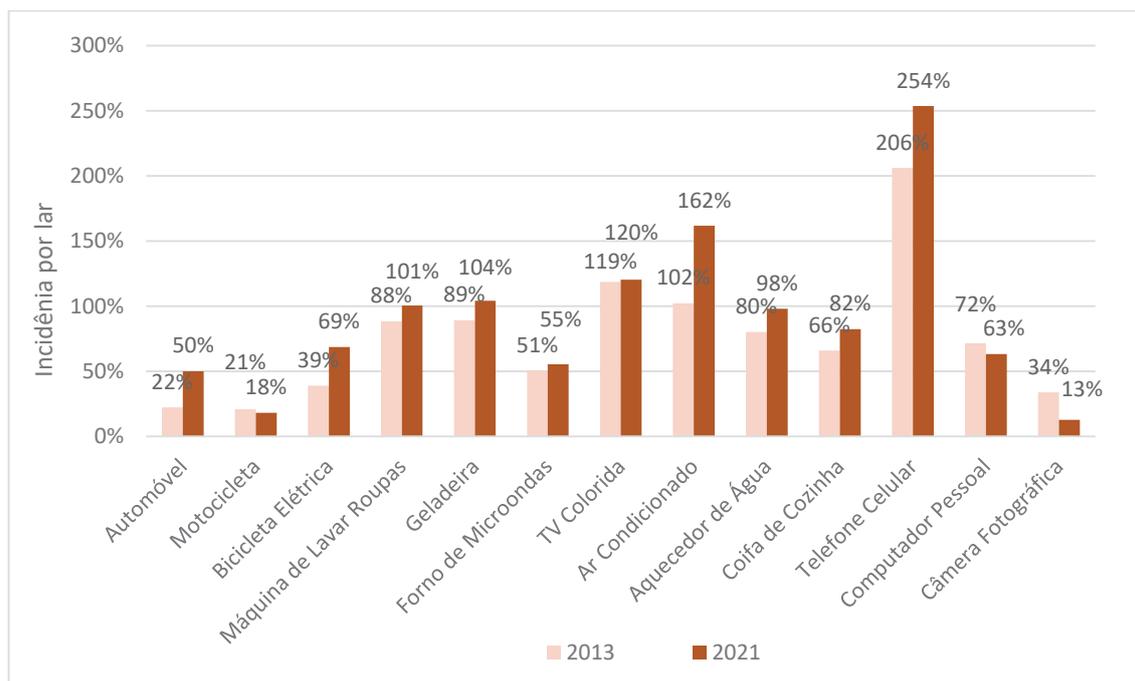
2007. Além disso, na China rural destaca-se o consumo de motocicletas. Se em 1985 o bem era praticamente inexistente, em 2007 quase metade das famílias possuíam uma e em 2014 ocorre o pico histórico, quando 67,6 % dos lares possuíam uma. Desse momento em diante, os dados sugerem que elas estejam sendo substituídas por bicicletas elétricas. Os GRÁFICOS 8 e 9, trazem a incidência de itens selecionados nos lares rurais e urbanos, para o período mais amplo que obtivemos acesso direto aos dados.

GRÁFICO 8 - INCIDÊNCIA DE BENS DE CONSUMO SELECIONADOS EM LARES RURAIS, 2013 E 2021



FONTE: NBS (2023, não p.), ELABORAÇÃO: O Autor (2023).

GRÁFICO 9 - INCIDÊNCIA DE BENS DE CONSUMO SELECIONADOS EM LARES URBANOS, 2013 E 2022

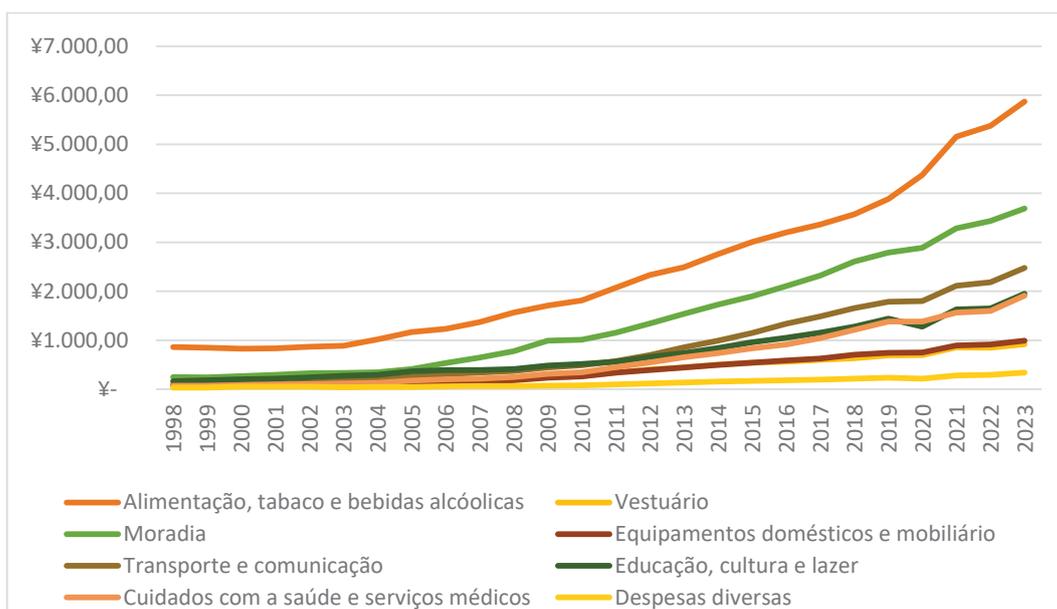


FONTE: NBS (2023), ELABORAÇÃO: O Autor (2023)

Para além dessa breve reflexão sobre os padrões de consumo, neste item buscamos descrever como ocorreu a cisão entre emprego e direitos sociais a partir do impacto financeiro que tais mudanças significaram para os trabalhadores.

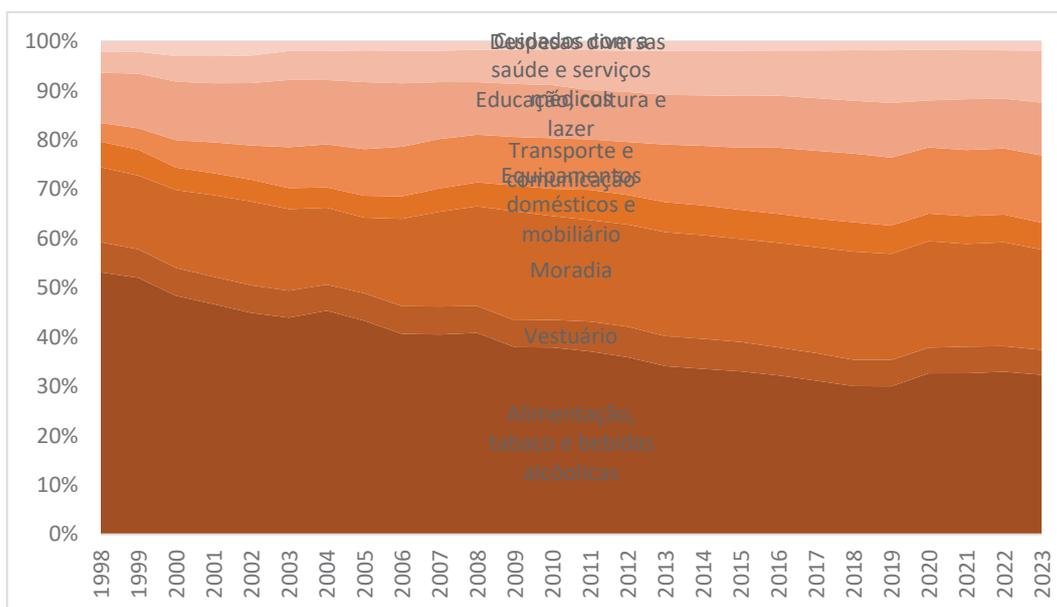
Portanto, assim como com as novas possibilidades de consumo, a crescente renda dos trabalhadores chineses também passou a ser dirigida a serviços que até as reformas eram providos pelo Estado, em ambiente urbano, ou pela coletividade, em ambiente rural. Do ponto de vista quantitativo, podemos recorrer aos dados do NBS que retratam a renda per capita dirigida ao consumo entre os anos de 1998 e 2022. De maneira geral, podemos indicar que “Alimentação, Tabaco e Bebidas Alcoólicas” e “Moradia” são os principais gastos dos trabalhadores para o período, seguidos por “Transporte e Comunicação”, “Educação, Cultura e Lazer” e “Cuidados de Saúde e Serviços Médios”, seja em ambiente rural ou urbano.

Diante dessa realidade, propomos abordar como esses gastos foram introduzidos na vida dos trabalhadores e como evoluíram ao longo do tempo, com o objetivo de compreender os impactos da desvinculação do emprego dos serviços básicos. Primeiramente verifiquemos os GRÁFICOS 10, 11, 12 e 13, que demonstram esta realidade.

GRÁFICO 10 - GASTO PER CAPITA RURAL COM CONSUMO³⁰ (1998 – 2022)

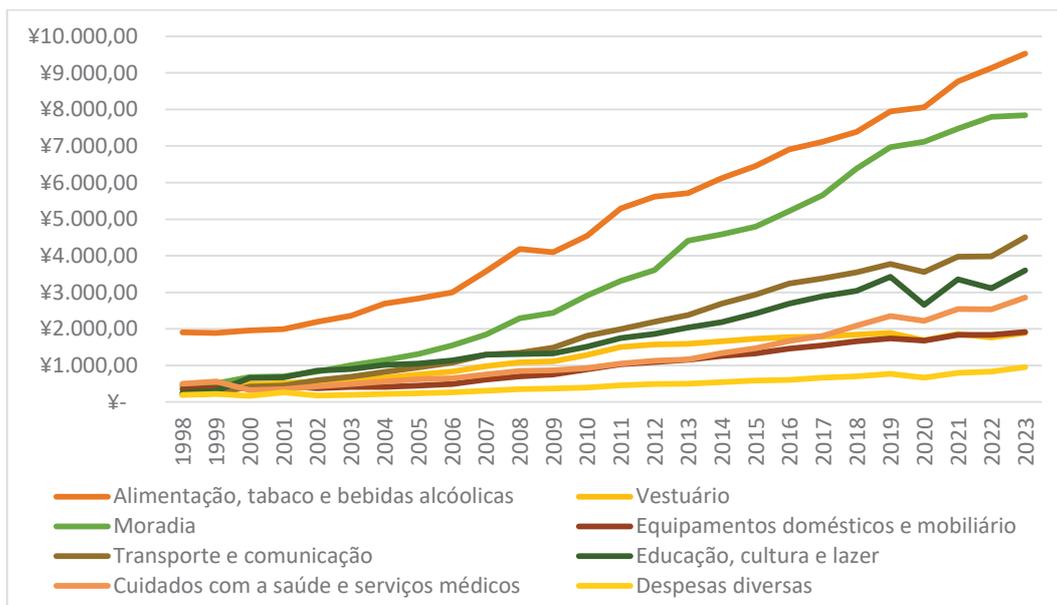
FONTE: NBS (2023), ELABORAÇÃO: O Autor (2023)

GRÁFICO 11 - GASTOS PER CAPITA RURAL EM FUNÇÃO DA RENDA (1998 – 2022)



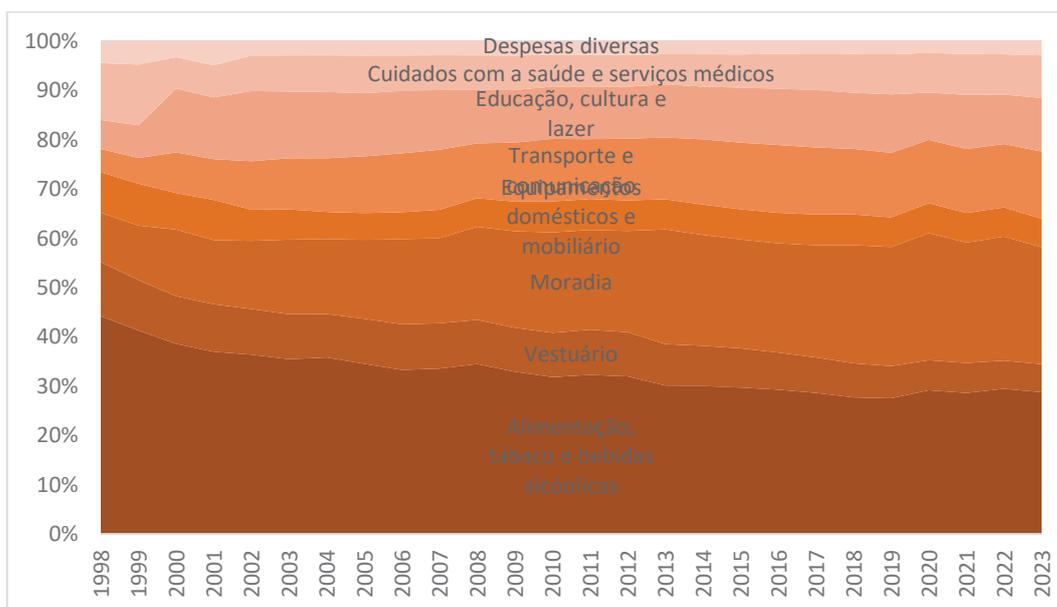
FONTE: NBS (2023), ELABORAÇÃO: O Autor (2023)

³⁰ Valores deflacionados com base no índice de preços ao consumidor rural do Birô Nacional de Estatísticas da China.

GRÁFICO 12 - GASTO PER CAPITA URBANO COM CONSUMO³¹ (1998 – 2022)

FONTE: NBS (2023), ELABORAÇÃO: O Autor (2023)

GRÁFICO 13 - GASTO PER CAPITA URBANO EM FUNÇÃO DA RENDA (1998 – 2022)



FONTE: NBS (2023), ELABORAÇÃO: O Autor (2023)

Com estes dados em mente, selecionamos algumas das categorias para aprofundar nosso entendimento, utilizando como critério para esta seleção sua relação com as alterações institucionais no emprego, representatividade orçamentária e acontecimentos conjunturais. Assim, aprofundaremos a discussão

³¹ Valores deflacionados com base no índice de preços ao consumidor urbano do Birô Nacional de Estatísticas da China.

sobre quatro categorias: “Alimentação, Tabaco e Bebidas Alcoólicas”, “Moradia”, “Educação, Cultura e Lazer” e “Cuidados com a Saúde e Serviços Médicos”. A categoria que abrange a alimentação por representar o maior gasto das famílias; a moradia por possuir forte ligação com o emprego antes das reformas; a “Educação, Cultura e Lazer” em função das reformas liberalizantes e da desigualdade regional, o mesmo valendo para saúde, que ainda está ligada ao envelhecimento populacional e às pandemias de SARS e Covid-19.

Dessa forma, abordaremos primeiramente alimentação e educação, por representarem questões indiretamente ligadas ao trabalho que dizem mais a respeito da qualidade de vida dos trabalhadores e opções específicas do governo do que sobre as mudanças no emprego propriamente. Posteriormente, abordaremos a moradia e a saúde, essas sim, mudanças diretamente provocadas pela transição do regime de emprego.

Em conjunto com a renda, o consumo de alimentos na China cresceu significativamente nos últimos anos. Mesmo que seu peso no orçamento familiar tenha perdido importância relativa, a renda direcionada a “Alimentos, Tabaco e Bebidas Alcoólicas” ainda é o principal gasto das famílias urbanas e rurais. Ressalta-se, no entanto, que o consumo de outros gêneros fora o alimentício possa distorcer as estatísticas oficiais³².

Tratando especificamente do consumo de alimentos, Huang e Gale (2009, p. 395) descrevem como os padrões de consumo alimentícios dos chineses mudaram em função do aumento de renda vivido nas últimas décadas. Desse modo, os consumidores passaram a buscar produtos de maior qualidade, de marcas renomadas e cortes de carnes mais nobres, mesmo que faixas de renda diferentes reajam de maneiras diferentes ao novo cenário. De maneira geral, a dieta dos chineses se diversificou e se aproxima da saturação para os grupos de renda mais alta. Para chegar a tal conclusão Huang e Gale (2009, p. 395) utilizaram estatísticas oficiais do NBS para verificar a elasticidade de renda e cruzada da demanda dos chineses em ambiente urbano diante de uma série de produtos.

³² Wang, Sindelar e Busch (2005) conduziram uma pesquisa a fim de mensurar o peso do consumo de tabaco no orçamento das famílias da China rural. Os pesquisadores verificaram que para o grupo pesquisado, no ano de 2002 os gastos com alimentação corresponderiam a 15,7% da renda das famílias, ao consumo de bebidas alcoólicas, 1,9%, e ao de tabaco, 6,5%.

A mesma dificuldade que a ampla abrangência da categoria “Alimentos, Tabaco e Bebidas Alcoólicas” nos traz, se repete quando tratamos da “Educação, Cultura e Lazer”. Os GRÁFICOS 10 a 13 são a forma mais próxima que temos para demonstrar a renda direcionada à educação, embora ele também considere gastos com cultura e lazer. Primeiramente, trataremos da educação tradicional, posteriormente abordando a educação suplementar, um fenômeno de grandes proporções que vem sendo lidado pelo governo central nos últimos anos.

Segundo dados do Banco Mundial (2023, não p.), em 1982 a RPC contava com uma alarmante taxa de analfabetismo. Apenas 66% das pessoas com 15 anos ou mais sabia ler e escrever. Em 1990, eram 78% de alfabetizados e 91% no ano 2000. Com as reformas, o sistema básico de educação foi alterado seguindo o padrão de descentralização. Assim, durante os anos 80 e 90 o financiamento privado da educação se consolidou como prática comum. Na China rural, as escolas privadas se multiplicaram ao passo que a educação pública atrofiou em função do subfinanciamento (GUIMARÃES COSTA, 2018, p. 17). Apesar dos avanços registrados pelo Banco Mundial, Morais (2011, p. 192-193) aponta que entre os anos de 2000 e 2005 houve retrocesso, com o número absoluto de analfabetos aumentando em 30 milhões de pessoas.

Diante desse cenário, entre 2003 e 2013, ocorre uma gradual reformulação das políticas educacionais. Com o governo central atuando de forma mais incisiva, e com a combinação da indexação dos investimentos em educação ao acelerado crescimento econômico, a China atinge ao final dos anos 2000 um sistema de educação publicamente financiada em sua maioria, o que não significa que ela seja gratuita em sua integralidade (GUIMARÃES COSTA, 2018, p. 20).

Instituído em 1986, através da Lei de Educação Compulsória, o sistema educacional atualmente em vigor determina que os primeiros 9 anos de educação sejam gratuitos e mandatórios (GLAZEBROOK; SONG, 2013). No entanto, o país ainda enfrenta algumas dificuldades em termos educacionais, sobre tudo em termos regionais. Estudantes de Pequim Xangai, Jiangsu e Zhejiang; aferem os melhores resultados dentre todos os países participantes do teste de PISA. Por outro lado, crianças migrantes “por fora” do “*hukou*” tendem a atender a uma educação de baixa qualidade em escolas particulares, visto que não são elegíveis à educação pública fora de sua província de registro (GUO; HUANG; ZHANG; 2019, p. 15). Ademais, até o ano de 2014, jovens migrantes nessa situação, só poderiam realizar os testes

seletivos para universidades (“*gaokao*”) em locais de prova situados em sua província de registro (OCDE, 2016, p. 11).

Nas últimas décadas, a China aumentou significativamente o número de alunos na educação terciária. Em 1980, foram em torno de 3,9 milhões de admissões, chegando a 7,3 no ano 2000, 31 milhões em 2010 e 46,9 em 2020. No entanto, há de se considerar o grande volume de estudantes de nível técnico (tecnólogo)³³, que dão conta de 20 milhões das admissões em 2020 (BANCO MUNDIAL, 2024, não p.). Guo, Huang e Zhang (2019, p. 13) apontam que a qualidade da educação vem sendo um ponto de destaque na agenda de reformas chinesa. Para os autores, sociedade e autoridades demonstram consenso quanto às críticas sobre a educação enrijecida e voltada à memorização, que está em exercício. Esse primeiro problema derivaria do “*Gaokao*”.

O acesso ao ensino superior ainda é uma questão problemática, que vem sendo abordada pelas autoridades nos últimos anos. Além das pressões impostas aos estudantes, e das disparidades regionais já discutidas, a seletividade desse exame também promove a “educação informal”, referida pela literatura como “*shadow education*”. Essa modalidade, amplamente difundida no país, trata-se basicamente de uma réplica do currículo oficial, com o objetivo de consolidar os conhecimentos obtidos na educação formal. Para Liu e Bray (2016, p. 11-12) esse modelo educacional, que combina as duas modalidades, colabora para aumentar as distorções entre estudantes. Os autores apontam que estudantes com registro urbano possuem mais chances de acesso a esse tipo de educação, ao passo que filhos de migrantes urbanos sem registro tem acesso reduzido à modalidade, dada a renda mais baixas dessas famílias, fato que também afeta os estudantes em áreas rurais.

Em julho de 2021, o Conselho de Estado e o Comitê Central do Partido lançaram em conjunto uma série de orientações na busca por reduzir as pressões enfrentadas por estudantes e famílias, tanto em termos de volume de trabalho escolar quanto de tutorias privadas. Além de se promover a melhor gestão em nível escolar do volume de lição de casa, estipulando-se uma quantidade máxima diária e também com o intuito nivelar o grau de dificuldade em termos nacionais. Sobre a “educação

³³ O Banco Mundial (2024) considera a Classificação Internacional Normalizada da Educação, estipulada pela UNESCO. Nesta, a educação terciária divide-se em Educação Terciária de Curto Ciclo (ISCED 5), que aqui chamamos de Tecnólogo, Graduação (ISCED 6), Mestrado ou Especialização (ISCED 7) e Doutorado ou Pesquisa Avançada (ISCED 8).

informal”, ficou proibida a prática com fins lucrativos para as empresas voltadas a atender o currículo escolar básico.

Quanto à educação formal, as tentativas governamentais de melhorar a qualidade do ensino e desonerar as famílias inicia-se na pré-escola. O Plano Nacional de Médio e Longo Prazo para Reforma e Desenvolvimento da Educação (2010-2020) estipulou o dever dos governos locais de promover a uniformização e o desenvolvimento do ensino infantil. Entre os anos de 2010 e 2018, o número de pré-escolas na China saltou de 150 mil para em torno de 266 mil. Já o investimento nessa etapa da educação avançou de 21,8 bilhões RMB para 154,6 RMB (JIANG et al., 2022, p. 347).

Com estas medidas, espera-se não só reduzir a pressão sobre os estudantes mas aliviar o peso da educação sobre o orçamento das famílias. Tal fenômeno, por sua vez, pode estar relacionado a desaceleração demográfica da China, mesmo após a suspensão da Lei do Filho Único³⁴. Do ponto de vista prático, ainda não é possível observar esta redução no dispêndio das famílias com educação. Embora verifique-se uma redução dos gastos com “Educação, Cultura e Lazer” a partir de 2020, é aceitável supor que a pandemia Covid-19 contribua significativamente para esses resultados. Já os gastos com “Cuidados de Saúde e Serviços Médicos”, à revelia do que se poderia supor, oscilaram negativamente em 2021, embora tenham crescido novamente no ano seguinte. Nesse sentido, busquemos compreender as ligações entre as condições gerais de vida dos trabalhadores e as reformas na saúde, estas sim, mudanças diretamente ligadas à transição no regime de emprego.

Além da educação, os serviços de saúde também sofreram com as reformas e a liberalização na China, embora a expectativa de vida tenha seguido crescendo. Em 1949, a expectativa de vida na China era de 35 anos (CHINA DAILY, 2019, não p.). Em 1985, ela era de 68,5 (OMS, 2023, não p.), e, em 2020, a China alcançou a expectativa de 78 anos segundo o Banco Mundial (2023, não p.).

Até 1981, a saúde nas áreas rurais era tarefa do programa de assistência mútua médica. Com a descentralização do financiamento, este sistema colapsa. Diante desse cenário, trabalhadores da saúde acabaram por se tornar profissionais

³⁴ Estabelecida em 1980 e revogada em 2016, a Lei do Filho Único estabelecia que casais poderiam ter apenas um filho. Em caso de descumprimento, era exigido pagamento de multa para que a criança obtivesse acesso aos serviços sociais. Esta lei não abrangia etnias minoritárias e permitia algumas exceções a famílias em área rural. Em conjunto com a legalidade do aborto, esta medida colaborou para frear a natalidade no país (MULLEN, 2021, não p.).

particulares, como descreve Silva (2018, p. 376-377) ao citar o desmonte do Programa Médicos Descalços³⁵.

Na saúde pública remanescente, foi adotado um sistema de “cooperação”, no qual o governo financiava entre 25% e 30% do custo de operação dos hospitais, ao passo que essas instituições receberam liberdade para cobrar taxas dos usuários³⁶. Dessa maneira, entre 1990 e 2002, o gasto nominal per capita com saúde aumentou quase sete vezes em áreas rurais e mais de oito em urbanas. Embora as melhoras mais consideráveis em termos de saúde pública tenham sido obtidas entre 1949 e o início das reformas, de 1980 a 1995 a taxa de mortalidade infantil caiu de 49/1000 para 42/1000. Outro fator que se observa é a mudança do padrão epidemiológico, dada a urbanização. Com aumento do sedentarismo e uma dieta mais desequilibrada, doenças infecciosas dão lugar as cardiovasculares, pulmonares, hipertensão e diabetes (SILVA, 2018, p. 375-378).

Após o período de contenção de gastos, é implementado um Seguro Médico Básico para o todo o território. A pandemia de SARS, na primeira década dos anos 2000 contribuiu para a implementação, por expor as fragilidades do sistema em vigor. Sob a égide das medidas anticíclicas voltadas ao combate a crise de 2008, 850 milhões RMB foram destinados à saúde (YIP et al. 2012, p. 833/ HE, 2021, p. 7).

Para o trabalhador urbano, o seguro é de adesão obrigatória. Crianças, estudantes, idosos sem emprego formal prévio e migrantes (em algumas cidades), também são cobertos e os custos divididos entre províncias e governo central, o mesmo ocorre para trabalhadores em ambiente rural (YIP et al. 2012, p. 835).

Em 2019, a reforma da saúde completou uma década. He (2021, p. 12-14) aponta que boa parte dos estudos avaliam de forma positiva os resultados dessa política pública, sobretudo no sentido de ampliar a quantidade de chineses cobertos e quanto ao alívio financeiro das famílias mais pobres. Entre 2005 e 2019, a relação de contribuição se inverteu. No ano inicial, mais de 50% dos gastos eram financiados

³⁵ O Programa Médicos Descalços foi uma experiência exitosa baseada em trabalhadores rurais treinados para atuar como médicos. Estes profissionais estudavam terapêutica e profilaxia com base nos conhecimentos médicos ocidentais e tradicionais chineses.

Após a perda de apoio institucional e financeiro, o título de “médico descalço” foi cancelado pelo Ministério da Saúde em 1985 (WEN, 1975, não p.).

³⁶ Embora houvesse liberdade quase irrestrita para a cobrança de taxas de utilização, os serviços básicos de saúde tinham preço regulado pelo governo central para procedimentos de rotina (SILVA, 2018, p. 377).

pelos usuários (“*out-of-pocket*”), com o seguro gradualmente passando a ser a fonte principal de financiamento.

Com relação aos dados apresentados sobre orçamento familiar, o estabelecimento dos seguros de saúde parece ter arrefecido esse tipo de despesa em ambiente rural e urbano durante os anos 2000 (GRÁFICOS 10 e 12). De todo modo, Zhou et al. (2020, p. 3-4) aferiu que mais da metade dos lares rurais pobres atribuem sua condição financeira a membros das famílias doentes³⁷, embora não se refira diretamente aos custos médicos.

A pandemia de Covid-19 impôs um grande desafio ao sistema estabelecido em meados dos anos 2000. He (2021, p. 14-15) aponta que seu desempenho sob este contexto fortaleceu a confiança dos planejadores no sistema de saúde do país. O motivo seria sua capacidade de contenção do grande surto infeccioso, registrado entre janeiro e fevereiro de 2020, de maneira ágil, sem que apresentar gargalos significativos.

Além disso, a capilaridade do Estado a nível local³⁸ pode ser apontada como um dos postos-chaves para a viabilização do rigoroso isolamento social imposto durante o momento de exceção, desacelerando o contágio. Também sob esse contexto, em janeiro de 2020, autoridades chinesas anunciaram que os custos médicos ligados ao tratamento de COVID-19 seriam cobertos pelo seguro saúde e pelo governo em sua integralidade, mesmo para migrantes fora de suas províncias de registro (KE, ZHANG, 2020, não p.). De acordo com Yu, Xueqiao e Liu (2023, não p.) a medida se estendeu até o final de 2022.

As mudanças na saúde estão diretamente ligadas às reformas no emprego, no entanto, as situações calamitosas trazidas pelas pandemias de SARS e de COVID-19, evidenciam no primeiro caso, a capacidade do governo de perceber gargalos e corrigi-los, ao passo que a segunda demonstra a efetividade das políticas tomadas diante do primeiro desequilíbrio, bem como escancara parte do ferramental do qual o

³⁷ A pesquisa entrevistou pouco menos de 30 mil pessoas, em 1223 vilas nas regiões central e oeste da China.

³⁸ Di (2013, p. 7) aponta três autoridades de base na China urbana. O Comitê do Partido das Comunidades de Bairro (“*dangwei*”), O Comitê de Moradores (“*juweihu*”) e a Estação de Trabalho das Comunidades de Bairro (“*gongzuozhan*”), todos gerenciados por membros do PCCh, embora ocorram eleições locais para a escolha dos encarregados. Ren (2020, p. 2-5) descrevem estas organizações como a ponte entre partido e sociedade, referindo-se também aos equivalentes rurais destas organizações. Durante o período de isolamento, estas instituições teriam realizado não apenas o controle de circulação dentro dos bairros e vilas, mas também organizado a distribuição de equipamentos de proteção pessoal e alimentos a nível local.

Estado dispõe para fazer cumprir suas políticas, evidenciado pela capitalizada penetração social. Além da saúde, a moradia também passou por um ciclo similar, no qual grandes mudanças vieram com a reforma do emprego e grandes desafios foram enfrentados dentro da nova realidade.

A construção civil é um dos grandes empregadores na China, dando conta de algo em torno de 50 milhões de empregos urbanos formais em 2019 (GRÁFICO 6). Além de perder apenas para a alimentação, em termos de gastos per capita das famílias. Com o início das reformas econômica e institucionais, ao final dos anos 70, reformas fundiárias foram realizadas para viabilizar as novas instituições atuantes na economia chinesa. Zhang (1997, p. 189) observa a instauração das TVEs como um período de descoletivização da terra embora a maior autonomia dos trabalhadores rurais não alterasse a posse da terra, o gradual afrouxamento do controle da terra passou a possibilitar o arrendamento fundiário (XIE; PARSA; REDDING, 2002, p. 1376-1377). Segundo Zhang (1997, p. 189), essa decisão trataria a terra como um fator de produção, e, por consequência, voltaria a atribuir valor a ela. Ou seja, mesmo que o regime socialista de propriedade fundiária não fora desmontado por completo, a propriedade estatal das terras não mais evitaria a realização de lucros fundiários.

De maneira geral, a questão da moradia ainda é bastante diferente no campo e nas cidades. Se a mercantilização da moradia é um fenômeno que se desenvolveu aceleradamente na China urbana, no campo, mesmo com o estabelecimento das TVEs, dos contratos de responsabilidade de produção e com o grande fluxo de trabalhadores em direção às cidades, é vedado o comércio imobiliário. A bem da verdade, pouco mudou em termos de moradia. Segundo Wang et al. (2020, p. 2) depende das autoridades locais a gestão da terra. Assim, estes órgãos alocam as terras contratadas para as novas instituições, seja determinando o local de produção agrícola para um contrato de responsabilidade de produção firmado, ou indicando onde as instalações físicas de uma TVE devem ser construídas.

Em termos específicos de moradia, os princípios básicos seguem inalterados desde o período maoísta. Cada família tem direito a uma propriedade, tratada como "*homestead*" (imóvel e adjacências) pela literatura. A coletividade define sua localização, e o camponês fica responsável pela construção da casa. As condições de transferência do direito de uso são bastante rígidas, podendo ocorrer apenas entre membros da vila/ município e no formato de permuta de casas, impedindo a

mercantilização da moradia no campo (BIAN, LU, 2014, p. 181-182/ WANG et al., 2020, p. 2).

No entanto, a expansão da fronteira urbana causou uma grande onda de expropriações a partir dos anos 2000. Uma vez que a terra é pública, governos locais passam a recorrer a sua prerrogativa, tomando a terra para atender ao “interesse público”, em um momento em que buscavam superar restrições orçamentárias. Assim, estima-se que 70 milhões de camponeses tenham sido “expropriados” até 2006, recebendo pequenas indenizações (NOGUEIRA, 2017, p. 14-15). Para Cai (2016, p. 3) este fato faz surgirem trabalhadores rurais sem-terra. Heder (2021, p. 336-344), por outro lado, aponta que estes indivíduos são oficialmente tratados como “aldeões realocados”, “população rural transformada”, ou ainda “novos residentes urbanos”, por se tratarem de ex-moradores rurais, compensados por suas terras, integrados ao sistema de proteção social urbano e realocados em moradias providas pelo Estado. Ou seja, do ponto de vista dos trabalhadores, esse processo significa a troca do registro rural pelo urbano de maneira forçada. Para os governos provinciais, são novas áreas a serem desenvolvidas sob padrões urbanos, possibilitando a comercialização de direitos de uso fundiários.

Nas cidades, ocorreu a privatização da moradia, como já sabemos. Esse processo durou cerca de três décadas. Com o estabelecimento das primeiras ZEEs, são iniciadas cobranças por utilização do solo. Estas, eram baseadas no período de utilização da terra e uma estimativa de seu possível valor considerando sua localização, já que a posse era estatal e a comercialização dos direitos de uso entre partes privadas seguia proibida (ZHANG, 1997, p. 189). A primeira cidade a colocar em prática esse processo foi Shenzhen, em 1982, ocorrendo a expansão por outras ZEEs a partir de 1984 (XIE; PARSAS; REDDING, 2002, p. 1377). A taxa por utilização do solo era baseada no período de utilização e uma estimativa de seu possível valor considerando a localização, já que a posse era estatal, e a comercialização dos direitos de uso entre partes privadas seguida proibida (ZHANG, 1997, p. 189). Para Xie, Parsa e Redding (2002, p. 1377) o objetivo inicial das cobranças era utilizar os recursos advindos do arrendamento fundiário para promover melhorias na infraestrutura urbana, e, por tanto, não haveria relação direta com o desenvolvimento de um mercado imobiliário. No entanto, os autores indicam que esse processo teria sido positivo para este fim, uma vez que a localização passara a ser reconhecida como determinante para a taxa de utilização do solo.

Em 1988, com abrangência nacional, ocorreu o primeiro marco constitucional para a existência de um mercado imobiliário na China. A partir da adição de uma cláusula, permitindo a transferência de direitos de uso da terra. Em seguida, institucionalizou-se a “Portaria do Imposto de Uso do Solo Urbano”, com o objetivo de ajustar retornos diferenciais entre os usuários das terras em diferentes regiões. Essa medida regulatória unificou a taxaço para áreas urbanas e industriais, que já vinha ocorrendo desde 1982, com a inauguração da primeira ZEE. Assim, os direitos de uso da terra passaram a ser transferíveis por um período de 50 anos, bem como serem utilizados como garantia para a tomada de empréstimos. Dois anos mais tarde, foram detalhados os termos para transferência do direito de uso do solo. A Portaria de Transmissão e Transferência de Direitos de Uso da Terra estabeleceu que os direitos de uso poderiam ser transferidos por meios de contrato privado, leilão ou concurso público. Os períodos de duração de direitos de uso para fins industriais mantiveram-se em 50 anos; para fins residenciais, seriam de 70 anos; e para o comércio, turismo e recreação, 40 anos. Uma vez transmitidos pelo governo, os direitos podem ser transferidos, sublocados ou hipotecados. Ao final do período, são novamente transmitidos para o Estado (XIE; PARSA; REDDING, 2002, p. 1378-1379).

Embora algumas iniciativas a fim de desenvolver o mercado imobiliário para habitação tenham ocorrido durante os anos 80 em cidades selecionadas, foi a partir da década de 90 que a prática se consolidou. Seguindo as discussões iniciadas dez anos antes, ocorre entre 1994 e 1998 a Reforma da Moradia, afetando os imóveis urbanos de propriedade das SOEs. Como apontado, no período maoísta a moradia era vista com um benefício atrelado ao emprego. Assim, trabalhadores urbanos residiam de maneira virtualmente gratuita em imóveis de responsabilidade de suas empresas. Sob o contexto das liquidações e fusões das SOEs, esses imóveis foram privatizados. Tal processo envolveu a venda aos moradores dos próprios imóveis, a preços subsidiados, fato que não foi capaz de evitar o aumento no preço dos imóveis nos anos posteriores. Descrevendo o contexto, Chen, Hu e Lin (2021, não p.) apontam que de início não foi registrado um grande “boom” imobiliário, ocorrendo aquecimento significativo do setor a partir de 2004, com a introdução de regras de listagem e leilões para a transferência dos direitos de uso fundiário.

Para justificar a introdução desses mecanismos, Zhang (1997, 196) aponta que o rápido desenvolvimento de um mercado, com uma regulação ainda pouco sofisticada, abre espaço para a existência de um mercado paralelo de transferência

de direitos de uso do solo. Xie, Parsa e Redding (2002, p. 1386) evidenciam este mesmo fenômeno no evento de sublocações, que, segundo os pesquisadores, são mais comuns no mercado paralelo que no regulado. Além disso, verificam-se distorções no mecanismo de preços, sobretudo ao se considerar os meios de transmissão dos direitos de uso do solo. A fragilidade regulatória previamente assinalada ao tratar do mercado paralelo tem participação nessa situação, mas não é o único fator. Xie, Parsa e Redding (2002, p. 1391) argumentam que valores formados por acordos privados apresentavam distorções significantes quando contrastados aos concursos públicos para aquisição de direitos de uso do solo. No sentido de atacar esse problema, foram instituídas algumas medidas visando a promoção de transparência no mercado fundiário chinês. Em julho de 2002, o Ministério de Terras e Recursos chinês iniciou a implementação de uma nova política de transmissão para direitos de uso do solo urbano. Esta ação se baseou em três pontos principais. Primeiramente, foram instituídos anúncios públicos para concursos promovidos para a aquisição de direitos de uso, buscando promover uma maior quantidade de participantes. Outro ponto instituído foram os leilões, que se diferenciam dos concursos por transparecer ao público os lances oferecidos por aqueles que almejam adquirir os direitos de uso do solo. Por fim, instituiu-se o processo de “listagens” para regular o comércio de direitos de uso entre concedentes privados. Assim, ficou definido que as partes privadas interessadas em negociar seus direitos de uso da terra previamente adquiridos, devem informar publicamente os termos e condições do negócio para que interessados façam propostas (DU; MA; AN, 2011, p. 21).

Do ponto de vista econômico, precisamos retornar ao ano de 1998 para tratar das medidas que levarão ao “boom” mencionado. Nesse ano, com o objetivo de conter os efeitos macroeconômicos da crise asiática, são adotadas políticas de estímulo ao mercado imobiliário, com linhas de financiamento subsidiadas. Dessa forma, o setor imobiliário não será abalado pelos efeitos da crise e as políticas de incentivo serão interrompidas em 2003, com aumento do valor de entrada e da taxa de juros dos financiamentos imobiliários (XU; CHEN, 2012, p. 64-65).

Nesse ano também, o Conselho de Estado divulgou o “Nota sobre a promoção saudável e sustentável do desenvolvimento do mercado imobiliário”. O documento transformou o mercado imobiliário em um pilar industrial (BIAN; LU, 2014, p. 183), fato que contribuiu para a manutenção do crescimento chinês durante a crise

de 2008. Nesse sentido, em resposta ao eclodir da crise, foram intensificados os esforços de construção de moradias populares e estabelecimentos comerciais (XIN, 2017, p. 11), fato suportado pelo retorno da política expansionista voltada ao setor imobiliário, com a redução da taxa de juros. Em 2010, com uma nova aceleração do preço dos imóveis, o Conselho de Estado emite algumas diretrizes restritivas, com o objetivo de desestimular a compra do segundo imóvel pelas famílias chinesas. Em Beijing, por exemplo, ficou proibido o financiamento do terceiro imóvel em diante (XU; CHEN, 2012, p. 64-65).

Entre 2007 e 2016, o valor adicionado pelo setor imobiliário chinês cresceu de 1,4 trilhões RMB para 4,8 trilhões RMB, comercializando um total de 774 milhões de metros quadrados em 2007 e 1,573 milhões em 2016. Dentro da atividade, a principal modalidade foi a construção de moradias populares, fato que não impediu o aumento do preço dos imóveis e a especulação (XIN, 2017, p. 12).

A transição entre o modelo mais próximo ao soviético para a criação de uma espécie de mercado imobiliário na China, desvinculou o imóvel do emprego, sobretudo em ambiente urbano. Assim, os trabalhadores passaram a ser obrigados a adquirir um imóvel ou arcar com o aluguel. Nesse sentido, é interessante observar que apesar do “boom” imobiliário apontado pela literatura, os preços dos imóveis na China apresentaram menor crescimento com relação as economias emergentes e avançadas desde 2014. Além disso, segundo Clarck, Huang e Yi (2019, p. 2-19) a China registra uma das maiores proporções de sua população com imóvel próprio no mundo. Os pesquisadores estimam que em 2017, 80,1% das famílias chinesas possuíam imóvel próprio. Em termos regionais estes dados são bastante similares, com as regiões Leste, Central e Oeste contabilizando uma proporção de 80,1; 80,8 e 79,4; respectivamente. Já uma pesquisa publicada pelo banco HSBC (2017, p. 1), identificou que 70% dos “*millennials*”³⁹ possuem casa própria na China, número bastante superior aos outros países pesquisados, sobretudo considerando que apenas 1% dos chineses entrevistados vivia em área rural⁴⁰, onde o regime de moradia segue similar ao período anterior às reformas. A critério de comparação, na

³⁹ Nascidos entre 1981 e 1998.

⁴⁰ A pesquisa indicar que para o caso da China, 85% dos entrevistados vivia em ambiente urbano, 14% em subúrbios e 1% em ambiente rural. No entanto, não é definido pelo documento o que seria um subúrbio visto que as estatísticas oficiais do país não utilizam esta categoria.

Austrália eram 28%, na França 41%, na Malásia 35%, no México 46% e nos EUA 35%.

Apesar dos números impressionantes em contraste com o grupo de países selecionados, a setor da construção civil tem sido uma questão delicada para China.

Segundo Zhang et al. (2024, p. 49)

⁴¹Pelo lado da demanda, desde a reforma institucional do mercado imobiliário, em 1998, a China criou uma estrutura de oferta desequilibrada caracterizada por um “boom” de habitações construídas por incorporadoras imobiliárias e uma escassez de habitações de baixa renda, bem como de habitações para aluguel de longa duração, com a maioria das famílias dependendo de hipotecas e outros instrumentos financeiros para satisfazer suas necessidades de habitação. Além disso, a financeirização da terra e a mercantilização da habitação reforçam-se mutuamente, fortalecendo a dependência dos governos locais com relação à terra, incentivando as incorporadoras a aumentarem suas dívidas e a se alavancarem, orientando a atribuição de empréstimos bancários ao mercado imobiliário. O problema foi agravado pelas ligações entre os bancos e algumas empresas imobiliárias. (ZHANG et al., 2024, p. 49, tradução nossa).

Entre os aspectos mais recentes no momento em que se realiza esta pesquisa, podemos mencionar a quebra da Evergrande. Em meados de 2021, foram tornados públicos problemas de liquidez da gigante incorporadora. Diante das dificuldades da empresa em honrar seus compromissos, governos locais assumiram o controle das contas da empresa, para garantir a continuidade das obras (YU, 2021, não p.). Embora tenha sido criado grande alarde midiático quando os problemas de solvência vieram a público, até o momento que se escreve, o caso segue sem desfecho.

De maneira geral, o que se colocou em questão com a quebra da incorporadora são dúvidas quanto à capacidade chinesa de sustentar seu crescimento. Neste mesmo sentido, e como desfecho para a cronologia proposta, analisaremos os grandes desafios a serem enfrentados pela China a partir do que observamos nas reformas institucionais do emprego e suas relações com a experiência de desenvolvimento chinesa.

⁴¹ Texto original: On the demand side, since the institutional reform of the housing market in 1998, China has created an imbalanced supply structure characterized by a boom in developer-built housing and a shortage of low-income housing as well as long-term rental housing, with the majority of households relying on mortgages and other financial instruments to meet their housing needs. Moreover, the financialization of land and the commoditization of housing are mutually reinforcing, strengthening the dependence of local governments on land, incentivizing developers to raise debt and leverage, and guiding the allocation of bank loans to the housing market. The problem has been exacerbated by the connections between banks and some real estate companies.

4.2 NOVA DINÂMICA CHINESA

Com a revisão bibliográfica até aqui realizada, podemos afirmar que a China da segunda década do século XXI não é mais a mesma do início do século. Em termos sociais, regionais, produtivos e de renda, o país passou por mudanças significativas, que impactaram não apenas o método de alocação dos trabalhadores, mas também como levam suas vidas do ponto de vista material. O consumo de bens duráveis e não duráveis evoluiu, ao passo que o acesso à serviços demonstra-se contraditório. Dentro dessa realidade, uma variável significativa para consolidar a presente discussão é a demografia, dado que o aumento da expectativa de vida e a redução da natalidade, podem ser evidências da melhora nas condições de vida dos trabalhadores, mas também podem comprometer a dinâmica econômica descrita pelo terceiro capítulo dessa pesquisa.

Lu e Liu (2019, p. 25) apontam os anos recentes como o início de uma nova fase demográfica para a China. Se durante o início das reformas o país possuía uma população madura, agora ela é envelhecida. Segundo o NBS, a população chinesa em 2022 era de 1,412 bilhões de pessoas. Nesse mesmo ano, sua taxa de crescimento registrou retração pela primeira vez, o que não seria uma surpresa, visto que a população com 65 anos ou mais cresce desde 2003, ao passo que a população com 15 a 64 anos encolhe desde 2014 (NBS, 2023, não p.). A expectativa de vida na China em 2020 foi de 78 anos, segundo o Banco Mundial (2023, não p.), ano em que a população economicamente ativa inicia tendência de queda. Seu pico histórico foi em 2019, quando totalizou 790 milhões de pessoas. Nesse contexto, aproveitamos para colocar em debate mais uma das mudanças institucionais no emprego, a reforma nos regimes de previdência.

Em 1997, foi lançado o Plano para Funcionários Urbanos (PFU). Nesta modalidade de pensão, a adesão é compulsória, o trabalhador contribui com 8% de seu salário e o empregador com 20%⁴². A idade para aposentadoria é de 60 anos para homens e varia entre 50 e 55 para mulheres. Em 2014, foi criado o Plano Básico de Residentes, para unificar a aposentadoria rural e a pensão para trabalhadores urbanos sem emprego formal. Esta modalidade prevê pequenas contribuições individuais e é subsidiada pelo governo. Em 2015, foi lançado um novo programa,

⁴² Para trabalhadores autônomos a contribuição é de 20%.

visando os funcionários públicos. Até então, esses trabalhadores se aposentavam segundo o regime do período anterior às reformas. Não havia contribuição e as pensões estavam em torno de 80% a 100% do antigo salário. Com o Plano para Funcionários Públicos (PFP) o objetivo era integrar os trabalhadores do setor público ao regime geral. Assim, as contribuições do PFP eram similares ao PFU, bem como as idades para aposentadoria e o cálculo de pensões (KIM, DOUGHERTY, 2020, p. 78-80). Em 2021, o PFU contava com 349 milhões de trabalhadores ativos e 131,5 milhões de aposentados. Já o Plano Básico conta com em torno de 380 milhões⁴³ de trabalhadores e 162 milhões de aposentados (NBS, 2023, não p.). Mais recentemente, existem discussões buscando aumentar as idades mínimas para aposentadoria (LAHIRI, 2022, não p.).

Retomando ao envelhecimento populacional, ao tratar da demografia chinesa e sul coreana, Fang et al. (2020, p. 35) defendem que o envelhecimento da força de trabalho pode causar diversos efeitos macroeconômicos, que vão desde a escassez de vagas de trabalho para as gerações mais novas, até desequilíbrios fiscais. Nesse sentido, o desemprego entre jovens de 16 a 24 anos se aproximava de 20,8% em maio de 2023 (SUN, 2023, não p.). Desde a virada do século, o ensejo pelo aprimoramento dos recursos humanos na China fica claro em vários planos quinquenais. De fato, há um aumento significativo no número de graduados no ensino superior, já discutimos, no entanto, Chan (2015, p. 35-45) aponta que em 2013, 2 milhões, de um total de 6,99 milhões graduados, estavam desocupados após a obtenção do nível superior, está disparidade entre empregos e trabalhadores jovens é mais severa nas cidades costeiras. Emont (2023, não p.) descreve como os jovens asiáticos não querem mais trabalhar nas fábricas. Este fenômeno estaria relacionado às mudanças demográficas, visto que, diferentemente de seus países, os jovens na faixa dos 20 anos de idade estão tendo menos filhos, e, portanto, sofrendo menos pressões para aumentar sua renda. Além disso, este processo também freia o desenvolvimento industrial, ao passo que a jovens qualificados a operar máquinas mais complexas, preferem se colocar em outras profissões. Por outro lado, os menos qualificados, mas não apenas eles, participam de um fenômeno crescente: a economia das plataformas, ou economia dos “bicos” (“*gig economy*”).

⁴³ Os dados do NBS dão conta de 548 milhões de participantes, entre os quais estão 162 milhões de aposentados.

Já sabemos, entre os efeitos principais da formação do mercado de trabalho chinês está a informalidade. Este fenômeno teria surgido a partir da flexibilização das relações trabalhistas no período de liquidações e fusões das SOEs, em meados dos anos 90 (MORAIS, 2011, p. 131-132). Xu (2022, p. 5) contrasta estes acontecimentos com o mercado de trabalho chinês da segunda década do século XXI para defender que a informalização do emprego estaria passando por um novo momento no país. Para o autor, com o avanço das plataformas de comércio digital, os algoritmos passaram a fazer parte desse processo, configurando um novo padrão de trabalho informal, no qual a informalidade é elevada a um novo patamar. Nele, o capital monopolista não estabelece relação formal de trabalho com o empregado, mas é capaz de monitorá-lo rigidamente, através dos algoritmos.

A China é um dos maiores mercados de comércio digital, fato que já poderíamos supor em função do grande crescimento no consumo das famílias, previamente exposto, combinado a uma população economicamente ativa de pouco menos de 800 milhões de pessoas. Zhou (2020, p. 7) coloca as plataformas de comércio digital dentro do escopo da “economia do compartilhamento” (“*sharing economy*”). Esta seria o encontro em tempo real entre a demanda e a oferta de bens, serviços e informações, suportado por algoritmos controlados pelas plataformas digitais. Na China, essas aplicações se concentram nos negócios de “caronas”, entregas de alimentos e transportes gerais, consultoria profissional para serviços financeiros e digitais, serviços domésticos e serviços médicos. Em 2018, seriam cerca de 75 milhões de trabalhadores dedicados a essas atividades. A autora também realiza um recorte demográfico bastante interessante. Temos no QUADRO 4 alguns dados sobre o perfil desses trabalhadores para três plataformas: “*Meituan*” (entrega de refeições), “*DiDi*” (“caronas”) e “*Zhubajie*” (prestação de serviços diversos).

QUADRO 3 - PERFIL DOS TRABALHADORES EM PLATAFORMAS SELECIONADAS (%)

Demografia		“Meituan” (2018)	“DiDi” (2018)	“Zhubajie” (2019)
Sexo	Masculino	90	92,6	73
	Feminino	10	7,4	27
Faixa Etária	Nascido nos anos 50	-	-	2,6
	Nascido nos anos 60	2	7,1	22,9
	Nascido nos anos 70	15	24,4	61,9
	Nascido nos anos 80	43	47	12,6
	Nascido nos anos 90	39	21,5	-
	Até o Ensino Fundamental	34	18,5	5,6
Educação	Ensino Médio	21	21,9	-
	Escola Técnica	29	26,9	6,3
	Curso Técnico	13	21	38,1
	Graduação ou acima	3	11,7	50
	Solteiro	33	15,9	56,7
Status legal	Casado	67	84,1	43,3
	Rural	17	-	28,3
Status de registro “hukou”	Rural fora do local de registro	58	-	29,4
	Urbano	15	55,2	31,4
	Urbano fora do local de registro	10	44,8	11

FONTE E ELABORAÇÃO: Zhou (2020, p. 15). TRADUÇÃO: O Autor (2024).

Observa-se nos números disponibilizados pelas próprias empresas padrões diferentes para as atividades desempenhadas nas plataformas. As plataformas de entregas e “caronas” empregam mais homens. As entregas, em específico, mais jovens, com menos qualificação formal e migrantes. Já o “Zhubajie”, que oferta atividades diversas, como serviços de programação digital e serviços contábeis, conta com mais mulheres, bem como profissionais mais qualificados e de mais idade.

Como anteriormente descrito, a disparidade de forças entre empregados e empregadores, mesmo que não estabeleçam vínculo legal, teria alcançado um novo patamar, através dos algoritmos. Sob esse contexto, Xu (2022, p.) aponta que os trabalhadores envolvidos nesse processo têm cada vez mais se organizado para a realização de greves, reivindicando sobretudo aumento em suas compensações. Se por um lado, o governo chinês tenha fomentado a criação de conglomerados de tecnologia nos últimos anos, sob a bandeira do Internet+ e das “startups” de base, algumas medidas pró-trabalho vêm sendo tomadas diante das reivindicações trabalhistas.

Em julho de 2021, foi publicado o primeiro marco voltado à regulação das relações de trabalho na economia das plataformas⁴⁴. Este, determinava a criação de aparatos regulatórios para assegurar os direitos dos trabalhadores e boas condições de trabalho nas “novas formas de emprego”. Dessa forma, no mesmo mês é emitindo um documento voltado exclusivamente aos aplicativos de entregas⁴⁵. Este, por sua vez, busca regular os algoritmos, sobretudo “relaxando” os antes curtos prazos estabelecidos para a realização das entregas. Além disso, ele obriga as plataformas à contribuírem para os serviços básicos, como o seguro saúde, sob o regime de empregadoras. Em novembro do mesmo ano, mais diretrizes foram publicadas⁴⁶. Dessa vez, o objetivo foi regular os algoritmos das plataformas de “carona” (BOLETIM TRABALHISTA DA CHINA, 2024, não p.).

Diante dessas duas grandes questões, nos resta finalizar a exposição das mudanças sociais enfrentadas pela sociedade chinesa a partir das reformas no emprego. Assim, espera-se construir um paralelo entre as mudanças econômicas gerais, discutidas no capítulo 3, e as recém tratadas questões específicas do emprego.

4.2.1 FRAGILIDADES DOMÉSTICAS E A QUESTÃO GLOBAL

Com a discussão até aqui desenvolvida, podemos afirmar que durante as transformações do emprego na China, a renda e as possibilidades de consumo dos trabalhadores foram ampliadas, mesmo que parte dessa renda passe a ser destinada à serviços antes providos pelo Estado. A bem da verdade, quase todos os serviços passaram a ser diretamente financiados pelos trabalhadores e gradualmente contaram com contribuições dos empregadores e do Estado. A moradia já não está ligada ao emprego, mas pode ser subsidiada pelo Estado, bem como a saúde. O presente item tem o objetivo de estabelecer como se encontra a situação dos trabalhadores após quatro décadas de reformas, para, por fim, discutir os possíveis

⁴⁴ “Guiding Opinions of the Ministry of Human Resources and Social Security, the National Development and Reform Commission, the Ministry of Transport, and Other Ministries and Commissions on Protecting the Labor Rights and Interests of Workers Employed in New Forms”.

⁴⁵ “Guiding Opinions on Implementing the Responsibilities of Online Catering Platforms and Effectively Safeguarding the Rights and Interests of Takeaway Delivery Workers”.

⁴⁶ “Opinion on Strengthening Rights and Interest Protection for Employees in the New Transport Industry”.

impactos da atual situação do emprego na China, trazendo elementos da conjuntura econômica como evidências para indicar possíveis desdobramentos.

Sabemos que durante as reformas, foram ampliadas a renda e as possibilidades de consumo, mas isso não significa dizer que os trabalhadores estejam satisfeitos. A China é um dos países em que mais se registram greves no mundo. Segundo o banco de dados do Boletim Trabalhista da China (2024, não p.), entre 2011 e 2023, foi registrada uma média de 1300 greves anuais no país. As principais reivindicações são salariais, seja o pagamento de vencimentos atrasados ou a luta por aumentos. Além disso, os benefícios trabalhistas também estão entre os principais motivadores.

Sabemos também que a China se transformou na “fábrica do mundo” na virada do século XX para o XXI. Seu desenvolvimento tem sido justificado pela combinação entre exportações e investimentos. Verificamos também que a postura dos criadores de políticas, ou planejadores, é categorizada como um Estado de prontidão, executando reformas e criando instituições que geram crescimento e ampliam o bem-estar da população, ao passo que desequilíbrios internos e internacionais demandarão que se demonstre a prontidão uma vez mais, para que ocorra continuidade do processo de desenvolvimento.

Assim, é possível afirmar que a organização do emprego no país está diante de alguns desafios, os quais dividimos em dois espectros: domésticos e globais. Do ponto de vista doméstico, apontamos dois como principais. A desigualdade regional e transição demográfica. Por fim, do ponto de vista global, temos as tentativas de isolamento impostas contra o país, na esteira de uma possível reorganização geopolítica em curso. Assim, tratemos inicialmente da questão regional, por seu caráter histórico, para então evoluir até os desafios mais recentes.

Entre 1978 e 2022, a potência total do maquinário em quilowatts cresceu quase 9,5 vezes (NBS, 2023, não p.). Wang, Yamauchi e Huang (2016, p. 310-312) demonstram que entre os anos de 1984 e 2012, os preços de maquinário agrícola mantiveram-se relativamente estáveis, em contraste com os salários na agricultura, que cresceram significativamente a partir dos anos 90.

Se nas cidades costeiras, ou no leste do país de maneira geral, observamos o aumento da participação do setor de serviços, a partir dos anos 2000, passa a ser identificado um movimento migratório reverso, mas não necessariamente causando crescimento dos empregos na agricultura. A migração reversa se expande

gradualmente ao final da primeira década dos anos 2000. Fatores como o elevado custo de vida nas cidades costeiras, além da vulnerabilidade social dos migrantes que se dirigiram a esses locais, fizeram o fenômeno se acelerar a partir de 2008, apontam Tadevosyan, Chen e Liu (2020, p. 11). Além disso, Zhou e Fang (2023, p. 13) descrevem a colaboração da estratégia de transferência industrial implantada pelo país para tal fenômeno. O movimento de interiorização industrial teria iniciado ainda no começo dos anos 2000, com fábricas se deslocando para as regiões Central e Oeste da China. Em 2015, o investimento doméstico dirigido a cinco províncias centrais⁴⁷ foi 2,5 vezes maior que todo o fluxo de IDE para RPC no mesmo ano. Ang (2017, p. 2) descreve como as políticas de estímulo ao investimento nas regiões costeiras têm se voltado à produção mais avançada, províncias interioranas acabam por receber investimentos de ramos industriais menos tecnológicos. Essa estratégia é referida através da expressão “esvaziar a gaiola para mudar os pássaros”⁴⁸, e descreve como esse movimento abre espaço para a manufatura de ponta e as atividades terciárias nas zonas costeiras.

No final de 2021, o Ministério da Indústria e da Tecnologia da Informação publicou uma série de diretrizes a serem seguidas pelos governos provinciais das regiões central, oeste e nordeste do país, no sentido de atrair a manufatura menos complexa (KOTY, 2022, não p.). Entre os anos de 2006 e 2022, os salários médios cresceram cerca de 182,36% em termos nominais. A região Oeste, contabilizou 202,87% de crescimento para o período, ao passo que as regiões Central e Leste registraram 175,88% e 172,92%, respectivamente (NBS, 2024). Há de se ressaltar, no entanto, que um fator determinante para chegarmos a esses números foi a inclusão dos valores relativos ao Tibet, em 2013. Até esse ano, eles não eram calculados pelo NBS. Assim, fica enfraquecida a representatividade do crescimento percentual, sobretudo da região Oeste. De toda forma, se consideramos de 2014 em diante, o crescimento da região acompanha a média nacional, superando-a em alguns anos e crescendo menos em outros.

Quanto à dinâmica regional, podemos apontar um esforço político no sentido de superar a disparidade ainda visível entre interior e litoral do país. As já mencionadas políticas de interiorização, passaram a ser executadas em resposta à

⁴⁷ São elas: Jiangxi, Henan, Hunan, Hubei e Anhui (ANG, 2017, p. 1).

⁴⁸ “Emptying the cage to change the bird” ou “tenglong huanniao”.

crise asiática, nos anos 90. Em 1996, durante a elaboração do nono plano quinquenal, o Presidente Hu Jintao e o Primeiro Ministro Wen Jiabao já expressam preocupação com crescentes desigualdades regionais. Sob o contexto da crise asiática, é anunciado o Programa de Desenvolvimento do Grande Oeste, no ano 2000, e o Programa de Levante das Regiões Centrais, em 2004.

Embora essas políticas buscassem aprofundar a integração regional do país e reduzir desigualdades entre as províncias costeiras e o restante do país, isso foi realizado através de benefícios fiscais e obras de infraestrutura, sem que se abordasse diretamente a transferência industrial. De toda forma, a construção de estradas, linhas férreas de alta velocidade e pontes, fortaleceu a conexão entre províncias litorâneas e interioranas, facilitando a migração produtiva subsequente (ANG, 2017, p. 7-9). Além disso, durante os anos 90, a autorização para ingresso de IDE se expande em escala nacional (JABBOUR; PAULA, 2018, p. 13). A partir de fevereiro do ano 2000, o Conselho de Estado passa a aprovar a instalação de Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDETs) em províncias nas regiões central e oeste, fato que desde a década de 80 se restringia ao litoral. Esse estímulo ao ingresso de IDE, ocorre em zonas de funcionamento semelhante às ZEEs, com subsídios fiscais, prioridade de investimentos e financiamento de infraestrutura (CARVALHO, 2013, p. 72).

Em um sentido similar, a crise de 2008 também veio acompanhada de medidas anticíclicas de cunho regional. A abrupta redução da demanda externa levou à publicação do documento “Princípios guia de transferência industrial para as regiões central e oeste”, pelo Conselho de Estado. Ocorrendo uma nova onda de investimentos focalizados nessas regiões, com o objetivo de expandir a urbanização chinesa, fortalecer o mercado interno e atrair investimentos para regiões carentes. Simultaneamente, as ZDETs têm mais um período de expansão nas regiões Central e Oeste (ANG, 2017, p. 8).

Com base na promoção de investimentos em regiões interioranas, uma nova dinâmica é retratada por Tadevosyan, Chen e Liu (2020, p. 11). Se a partir dos anos 80 o que se viu foi um fluxo massivo de trabalhadores para as províncias costeiras, a partir de 2008, ocorre aceleração da migração reversa. Os autores justificam este movimento a partir do elevado custo de vida nas cidades costeiras, e da vulnerabilidade social dos migrantes nesses locais. Do ponto de vista das empresas, Ang (2017, p. 9) descreve a pressão de custos como motivador para a transferência

regional da manufatura, dado o aumento nos preços do trabalho e da terra nas províncias costeiras. Assim, desde 2012, o investimento doméstico dirigido às províncias centrais de Anhui, Jiangxi, Hebei, Hunan e Henan, já supera o IDE dirigido ao país, sendo possível observar uma tímida mudança no padrão industrial regional, de acordo com Ang (2017, p. 3-6).

Para tanto, o autor demonstra que entre os anos de 2005 e 2010, o produto da indústria sofreu uma tímida alteração sob o aspecto regional, de acordo com quatro categorias industriais propostas. São estas: Energia e mineração; intensivas em trabalho; intensivas em capital; e intensivas em tecnologia. Com base na proposta de Ang (2017, p. 5), optamos por repetir o exercício, mas estendendo o horizonte de análise para a especificidade de cada atividade. Para tanto, utilizamos os dados regionais disponibilizados pelo NBS.

As estatísticas com o recorte regional são menos completas em comparação com as agregadas do país. Isso significa que não tivemos acesso a todas as atividades produtivas para elaborar a TABELA 14⁴⁹. De toda forma, as informações utilizadas contam com atividades produtivas de graus diferentes de complexidade. (1980 – 2022)⁵⁰.

Sobre os resultados que obtivemos, primeiramente devemos ressaltar que nominalmente o produto da maioria das atividades cresce no período, sendo o processo de “transferência” regional melhor descrito como crescimento desigual do produto entre regiões, ocasionando as variações de participação observadas. De acordo com a análise, podemos apontar que a concentração do produto das indústrias extrativistas (petróleo e gás natural) transitou da região Central para a Oeste. A produção de químicos e a metalurgia apresentou uma pequena retração no Leste e crescimento modesto no Oeste e na região Central. Em termos da produção de bens de consumo não duráveis (Sal, Açúcar Refinado, Cerveja, Têxteis), o produto destas atividades tem um momento de pico nas regiões Leste e Central na década de 2010, quando começa a reduzir nominalmente, fato verificável apenas para a produção de Sal no Oeste. Por fim, a fabricação de bens de consumo duráveis segue concentrada na região Leste, embora a região Oeste tenha ampliado significativamente a

⁴⁹ Ver apêndice.

⁵⁰ Entre 1980 e 1980 a produção de maior complexidade não reduziu nominalmente na região Central, mas avançou exponencialmente no Leste e em menor grau no Oeste. Este crescimento nas duas regiões proeminentes foi fortemente impulsionado pela produção de Geladeiras Domésticas, Aparelhos de Ar-Condicionado e Máquinas de Lavar Roupas.

fabricação de veículos e de equipamentos de microcomputador a partir dos anos 2000 e 2010, respectivamente. Em outras palavras, observamos claramente uma tendência de espalhamento das atividades produtivas, sendo possível observar o padrão de interiorização descrito por Ang (2017, p. 2) mas não apenas ele, visto que também ocorre o crescimento da participação das regiões Central e Oeste na produção de Equipamentos de Microcomputador e Circuitos Integrados (TABELA 1). Por fim, embora tenhamos utilizados métodos diferentes, obtivemos resultados minimamente alinhados à análise de autor.

O movimento de interiorização conta também com projetos relacionados à Nova Rota da Seda (BRI). A BRI foi anunciada ao final do ano de 2013, por Xi Jinping. Segundo o presidente chinês, o projeto conta com dois objetivos principais. O primeiro é integrar o oeste chinês à Europa e à Ásia Central e Ocidental. O segundo, aprofundar a conexão do país com o Sudeste Asiático, através de uma rota marítima. Do ponto de vista regional, o grandioso projeto pode ser observado paralelamente a abertura das primeiras ZEEs, no litoral. Sua instalação na costa, contribuiu para o escoamento marítimo da produção. Assim, entre os impactos da BRI, está o estímulo ao desenvolvimento do sistema de transporte que une a China central à Europa, através de linhas férreas, emulando a lógica que privilegiou anteriormente as províncias litorâneas. Entre 2012 e 2017, o volume de carga transportado na conexão férrea euroasiática cresceu 50% ao ano, com em torno de 1 bilhão USD em subsídios de transporte custeados por autoridades locais chinesas (BARISITZ, 2020, p. 60).

As medidas apresentadas, podem significar novas reações do “Estado de Prontidão” às mudanças e instabilidades criadas pelas medidas iniciais das reformas. No entanto, diante da “prontidão estatal” é relevante considerar que mudanças externas, no sentido geopolítico, estão além de seu poder de planejamento, podendo impactar os objetivos das políticas em execução, sobretudo considerando o cenário geopolítico instável, marcado pelo questionamento da supremacia do bloco capitaneado pelos Estados Unidos. Contudo, antes de nos voltarmos para fora, ainda precisamos compreender como as relações entre as mudanças nos padrões sociais vividas pelo país, para agregar ao raciocínio do cenário externo.

O avanço da expectativa de vida na China é um fenômeno de amplitude nacional, embora a questão regional ainda seja marcante. De maneira geral, a expectativa de vida é maior onde a renda é maior, ou seja, na região Leste. No entanto, a grande migração do início dos anos 2000 pode ter colaborado para o

rejuvenescimento da população nesta região. Por mais que China esteja envelhecendo como um todo, a região Oeste ainda concentra população mais jovem, seja pela mais elevada taxa de natalidade, ou pela menor expectativa de vida. De maneira similar, a região Oeste apresenta um nível de escolaridade mais reduzido. É possível observar que, em 2022 a escolarização na região Oeste apresenta, com exceção do nível superior, números bastante próximos aos da região Leste 20 anos antes (NBS, 2024). Fato que pode reforçar a hipótese sobre a reprodução de parte do mecanismo responsável pelo acelerado desenvolvimento do litoral.

Se por um lado os projetos de interiorização da China demonstram potencial não só de ampliar a integração das partes mais pobres do país ao projeto de desenvolvimento nacional executado, a conjuntura internacional não aparenta ser tão favorável quando na virada do século. Do ponto de vista externo, as décadas discutidas de crescimento e desenvolvimento econômico da China se basearam na expansão quantitativa dos fluxos comerciais em um primeiro período, e complexificação da pauta exportadora a partir de meados dos anos 2000. Nesse processo, os EUA acabaram por se tornar o principal destino das exportações chinesas, descrevem Pautasso *et al.* (2021, p. 4). O fim dos anos 70 significou a derrubada do embargo à RPC e o reestabelecimento completo de relações diplomáticas entre os países, em 1979. Em 2001, a China entrou para a OMC. Entre 1979 e 2017, as trocas comerciais Sino-Estadunidenses evoluíram de 2 bilhões USD para 636 bilhões USD (GUO; WANG; XU, 2021, p. 18).

Desde a normalização das relações, a chegada do Presidente Donald Trump ao poder representou as maiores mudanças na política externa do país americano, principalmente com relação à China, apontam Pautasso *et al.* (2021). Guo, Wang e Xu (2021), por outro lado, ressaltam que essas “fricções” comerciais entre os dois países teriam iniciado em 2003, embora também indiquem seu aprofundamento durante a administração Trump.

Com a deterioração de sua balança comercial em relação a China e a redução do atraso tecnológico chinês com relação aos países centrais, os EUA passam a reagir na busca pela manutenção de sua hegemonia. Apenas em 2018, impuseram um total de 50 bilhões USD em tarifas de 25% sobre uma lista de 1333 produtos chineses, sobretudo os beneficiados pelo Feito na China 2025. Essa medida foi seguida por tarifas de 10% sobre o equivalente a \$200 milhões USD de importações

provenientes da China. Como contramedida, a China adotou uma barreira de 25% sobre \$16 milhões USD de produtos estadunidenses.

Além das barreiras tarifárias, a operação de empresas chinesas de telecomunicações ficou proibida no país americano, sob o contexto da implementação do 5G. Em termos globais, companhias de qualquer país que utilizem tecnologia ou equipamentos estadunidenses são proibidas de firmar contratos com as empresas chinesas Huawei e a ZTE⁵¹.

Do ponto de vista do emprego na China, as medidas estadunidenses refletem a expansão da capacidade produtiva chinesa, ao passo que a exportação de produtos de baixo valor agregado possivelmente passa a dividir espaço com pautas mais complexas. Fica evidente, portanto, que ocorreu um avanço produtivo no país, e a nós, cabe refletir se essa nova indústria, denominada por alguns economistas como “intensiva em capital/ tecnologia” convive harmonicamente com aquelas por eles denominadas de “intensivas em trabalho”.

De maneira geral, já sabemos que o emprego dentro do setor da transformação vem perdendo espaço para o em serviços, mas isso não significa, necessariamente, que a China esteja convergindo em direção à indústria mais complexa e abandonando a produção menos refinada, com vimos ao discutir a transferência regional da indústria. Por outro lado, é interessante observar como as sanções e os obstáculos impostos ao país, confirmam seu avanço em direção ao desenvolvimento e à implementação de inovações tecnológicas, que, por sua vez, devem demandar o avanço de novos tipos de empregos no país, sobretudo aqueles ligados à pesquisa e ao desenvolvimento. O avanço tecnológico vem sendo tratado como uma das pautas centrais do governo chinês. Já sabemos, o Feito na China 2025 e o Internet+ combinam o ensejo por ampliação da competitividade do país e redução de custos.

4.3 O “PESO” DO EMPREGO E DA INDUSTRIALIZAÇÃO

O conceito de “prontidão” com o qual já nos deparamos algumas vezes, nos leva a recuperar reflexões trazidas pelas discussões gerais desta pesquisa, a fim de

⁵¹ A Huawei trata-se de uma cooperativa chinesa, em 2012 a empresa se estabeleceu como líder global na fabricação de equipamentos de telecomunicações. A ZTE está entre as maiores fabricantes de aparelhos celulares no mundo.

“preparar o terreno” para as conclusões que viremos a construir sobre a hipótese lançada. Em outras palavras, ao passo que no início desse estudo, buscamos definir características de um mercado de trabalho e ações estatais diante de suas falhas, agora julgamos ter argumentos suficientes para constatar o que ocorre na China desde 1978, com os conceitos que definem o que seria um mercado de trabalho e o que as escolhas públicas podem nos dizer sobre a conjuntura política.

Primeiramente, a partir do sistema “*hukou*” podemos observar a flexibilização na mobilidade de trabalho, mesmo que limitada. Esse limite, por sua vez, pode conferir um grau superior de controle aos criadores de políticas e planejadores, no sentido de lidar com a quantidade de mão de obra, se consideramos o equilíbrio proposto pelos clássicos. Tratando da alocação do fator trabalho na China, Nogueira (2011, p. 127) traz a Teoria de Lewis para aprofundar a aplicabilidade da visão clássica para essa situação. A revisão bibliográfica realizada pela autora apresenta essa proposta como a divisão entre um setor capitalista e um tradicional, na qual o tradicional utiliza-se muito mais do fator trabalho que o outro. A divisão, no entanto, considera um setor capitalista moderno e um de subsistência tradicional, assim, até mesmo a agricultura poderia compor o moderno, desde que ocorresse sob relações de produção capitalistas. Nesse raciocínio, o salário de subsistência atuaria como base para o salário no setor moderno.

Diante dessas colocações, podemos abrir essa discussão colocando o “*hukou*” no centro do debate. Isso porque, segundo a Teoria de Lewis, o setor moderno pode se manifestar até mesmo na agricultura. De fato, os novos tipos de unidades de produção introduzidas no campo permitiriam a transição entre setores sem migração regional, fato que reduziria a relevância do “*hukou*”. Por outro lado, a persistente disparidade de renda rural-urbana colabora para enfraquecer tal hipótese.

Em sentido contrário, entendemos o “*hukou*” como instrumento de grande relevância para a alocação geográfica de trabalhadores. Chegamos a tal conclusão considerando que um imigrante por fora do sistema arca com custos relativos a serviços aos quais residentes urbanos tem acesso no mínimo subsidiado, mesmo após algumas décadas de reformas. Assim, a migração sem registro é desestimulada, até porque, para além de acesso a menos serviços, sabemos que a renda desses trabalhadores tende a ser inferior que a dos trabalhadores formais.

Isso posto, sabemos que com as reformas, a lógica de mercado é introduzida às antigas instituições, como as SOEs⁵², e novas são criadas sob essa perspectiva, como TVEs e ZEEs. A aproximação das relações de trabalho privadas no emprego público, o setor privado e a informalidade, poderiam representar a introdução de relações de equilíbrio de mercado à economia até então planificada. Nesse contexto, a flexibilização do “*hukou*”, com o objetivo de viabilizar a estratégica voltada às exportações, significou um influxo de trabalhadores para as cidades, sendo cabível assumir que esse movimento pressionaria salários urbanos para baixo, sobretudo se consideramos que o salário mínimo fora instituído apenas em 2004. No campo, temos o efeito contrário, sobretudo na agricultura, como apontam Wang, Yamauchi e Huang (2016, p. 310-312), os salários agrícolas registraram crescimento em relação aos preços de maquinário durante os anos 90.

Diante do cenário descrito, tanto as teorias econômicas ocidentais que lidam com a oferta e a demanda pela lógica do excedente, quanto os princípios do “leve-pesado” são visualizáveis parcialmente. Primeiramente, temos a abertura para relações de mercado, mas com restrições ainda presentes, como o “*hukou*”, fato que atua contra a ideia de um livre equilíbrio entre oferta e demanda. Mesmo se consideramos a impossibilidade de um equilíbrio perfeitamente livre de interferências externas, é fato que o “*hukou*” não é comum aos demais países. Além disso, diante do princípio do “leve-pesado”, a flexibilização do “*hukou*” pode ser vista como o Estado buscando torna-lo mais leve nas cidades. Ou seja, aumentar a oferta de trabalho nas cidades e pressionar salários urbanos para baixo, interferindo no equilíbrio. No entanto, isso significaria que todo o resto estaria constante, e, como nossa revisão bibliográfica demonstra, outros movimentos são contemporâneos à flexibilização do “*hukou*”.

Assim, a interpretação heterodoxa pode nos trazer algumas respostas. Keynes (1996, p. 59-66) propõe que se observe a importância do emprego sob o ponto de vista de demanda, visto que a manutenção da última significaria evitar crises, por sua vez, advindas de sua desaceleração. Nesse sentido, o que se busca não são as relações de equilíbrio de mercado, pelo menos diretamente, mas a manutenção

⁵² Aqui nos referimos às relações de emprego em comparação ao que se tinha antes das reformas, já discutimos como as SOEs não atuam, necessariamente, sob a lógica da maximização de lucros.

da renda agregada direcionada ao consumo pela sociedade e do investimento, para que então seja mantido o equilíbrio.

Para tanto, novamente a “economia de prontidão”, proposta por Jabbour *et al.* (2020), agrega alguns elementos caros a esse raciocínio e que dialogam diretamente com a manutenção do nível de emprego dentro da perspectiva do mercado. Embora os autores utilizem mais referências para elaborar seu argumento, o cerne de sua proposta repousa sobre a efetivação da demanda. Logo, a fim de evitar crises, deve-se buscar a manutenção do nível de consumo e de investimento, por esses serem os determinantes da demanda efetiva. Garantir a manutenção do consumo, por exemplo, dependeria diretamente do nível de emprego, considerando uma propensão marginal ao consumo constante. Assim, para garantir a estabilidade das duas componentes, o governo deveria agir. Para nosso raciocínio, identificar essa ação governamental, evidencia não só a existência das relações de mercado que buscamos, mas também a presença de um Estado planejador, que maneja fluxos de trabalhadores e investimentos.

Dentro desse raciocínio, o investimento está presente em muitas das medidas retratadas pela cronologia de fatos aqui exposta. Considerando aos anos iniciais das reformas, temos o estabelecimento das cooperativas de crédito rural e a consequente especialização agrícola, estabelecimento de empresas prestadoras de serviços relacionados à esta produção e até indústrias. Nas cidades, temos a expansão dessas cooperativas, nos anos 90, além dos bancos de desenvolvimento e o incentivo ao ingresso de IDE. Além disso, sob o contexto de combate a crises externas, grandes investimentos em infraestrutura vêm sendo realizados desde o final dos anos 90. Por fim, observamos a presença da SASAC desde 2002, com o objetivo de manejar o investimento destinado às empresas controladas pelo governo. Essa relação implicaria em grandes e estratégicos conglomerados, comprometidos com o projeto político.

Do ponto de vista da renda destinada ao consumo, poderíamos iniciar apontando a manutenção de um baixo nível de desemprego, mas sabemos também que esse tipo de dado apresenta distorções. Por essa razão, foquemos no campo. A reforma agrária e a relação com o campesinato são um dos traços mais marcantes da revolução que deu origem à RPC. Considerando o regime de propriedade fundiária estabelecido no campo e o fato da grande maioria da população não ser urbanizada ao início das reformas, podemos assumir que a atividade rural seria um dos pilares

do emprego, visto que, diferentemente de países com outras dinâmicas de acumulação, todos os que vivem no campo tem acesso à terra para produzir se assim desejarem. Esse fato sozinho já colaboraria para a manutenção de um nível de renda, mesmo após o estabelecimento dos contratos de responsabilidade de produção. Ademais, outras novas formas de unidades de produção colaboram também para a criação de novos tipos de emprego no campo, como as TVEs. Da mesma forma, nas cidades, são abertos milhões de postos de trabalho, fato facilmente visualizado no aumento geral do número de empregos formais urbanos.

Além do volume de empregos, a remuneração também é um fator ao qual devemos nos atentar quando tratando da renda destinada ao consumo. Nesse sentido, vimos que a renda do país avançou e embora um avanço nominal não seja um dado tão significativo, o avanço na qualidade do consumo das famílias, bem como dos indicadores sociais, nos leva a crer que de fato houve melhoria na vida dos trabalhadores.

Por outro lado, a desvinculação da seguridade social do emprego pode ter colaborado também para estimular o consumo, pelo menos em termos nominais, visto que o dado com que trabalhamos para sustentar nosso raciocínio não engloba apenas a renda destinada aos bens materiais, mas também aos serviços. Assim, é interessante notar que, se por um lado, do ponto de vista nominal, os serviços têm potencial de estímulo ao consumo, por outro, podem atuar de maneira negativa se consideramos conceitos microeconômicos de elasticidade de preço de demanda. Com a necessidade de arcar com saúde e educação, mesmo que suplementar, famílias chinesas dirigem uma renda que, a princípio, poderia ser destinada a bens materiais ou outros serviços. Embora seja necessária a realização de uma análise mais robusta para comprovação de tal fenômeno para o caso estudado, por razões práticas, sabemos que a demanda por um medicamento ou atendimento médico é menos elástica que a destinada ao consumo da grande maioria dos bens e serviços, conferindo maior poder de determinação de preços a esses negócios quando privados, e, por consequência, potencialmente afetando o consumo real.

Assim, podemos justificar através das posteriores medidas corretivas, como estabelecimento de seguro saúde, pode estar ligado à conservação do consumo, sob a perspectiva da demanda agregada, ou a regulação da divisão do excedente, considerando a visão clássica. Por fim, fazemos menção à teoria marxista, que,

mesmo considerando o equilíbrio clássico, volta-se para questões políticas no sentido da determinação dos salários.

A instituição de mecanismos de mercado nas relações de emprego chinesas, trouxe de fato a figura do capitalista e a disparidade de forças para boa parte dos trabalhadores, sobretudo os informais. Além disso, as recentes intervenções governamentais nessa última modalidade de emprego demonstram que de fato estas relações existem a partir de avanços tecnológicos e detenção do capital que permitem a exploração de uma classe sobre a outra. Nesse sentido, sabemos que as décadas de reformas chinesas alteraram como as decisões políticas são tomadas no país, seja a partir de planos quinquenais menos impositivos, ou atribuindo mais responsabilidades às cortes de justiça.

Um ponto que pode nos ajudar a fundamentar nossa percepção sobre essa realidade é o documento que guia as tomadas de decisão. A constituição chinesa, já sabemos, foi fortemente inspirada na soviética, e, embora tenha passado por modificações, carrega ainda a noção de que todos os órgãos devem agir de acordo com o centralismo democrático para a manutenção da República Popular. No entanto, as considerações gerais dessa pesquisa deixam bastante claro que a realidade material deve pressupor as ideias, e, por isso, basear nossas conclusões nessa simplificação dos objetivos constitucionais não faria sentido. O que nos faz questionar como esses elementos se relacionam com a realidade é justamente o registro histórico de decisões políticas naquele país. Embora não possamos afirmar que a nova institucionalidade do emprego foi a única variável responsável por melhorar a vida dos chineses, podemos dizer que as mudanças criaram fenômenos diretos indesejados, como a informalidade, custos com saúde, moradia e o fenômeno da educação privada suplementar.

Se decisões no espectro “legislativo” e “judiciário” tem amenizado as contradições dos mecanismos de mercado. Ainda assim, é possível argumentar que o simples fato das reformas terem criado a necessidade de medidas corretivas, enfraqueceria o argumento de que as instituições trabalham de acordo com os mesmos interesses de classe estabelecidos pela revolução de 49.

Diante desse paradoxo, podemos dar um passo atrás e utilizar os elementos por essa pesquisa abordados para apontar que o processo de reformas como um todo, considerando a dinâmica global em que está inserido e não as reformas na questão dos empregos apenas, pode de fato estar diretamente ligado ao acelerado

desenvolvimento chinês. Assim, o estabelecimento de um setor exportador, combinado à uma sólida estrutura bancária e de investimento, teria potencial para alavancar a capacidade produtiva e tecnológica do país, aprimorando as condições sociais e mantendo a estabilidade política e a soberania do país.

Embora apenas a prática ainda por vir poderá melhor avaliar as duas últimas colocações, fato é que a emergência da necessidade de políticas sociais na China não nos deixa desconsiderar a inserção da lógica de mercado à esta economia, embora isso tenha ocorrido sob um contexto histórico bastante específico. Em contraste com a cronologia do bem-estar social, que narramos durante as discussões iniciais, a China tratava-se de um país onde a percepção dos problemas e a formação da agenda ocorria sob a perspectiva de apenas uma classe social, gradualmente criada uma nova classe com as reformas e conseqüentemente agravadas as contradições, sobretudo com o avanço tecnológico, vide o caso da economia das plataformas.

Nesse sentido, as relações de produção pouco se distinguem do que se espera de um mercado de trabalho. Assim, a questão que fica é: como a realidade histórica do país influencia a tomada das decisões política que interferem no mercado de trabalho? Sabemos que mercados de trabalho em países capitalistas variam regional e historicamente, então que realidade é essa na qual a China está inserida? Como tal realidade determina a percepção de problemas e a atuação do Estado?

A dinâmica econômica descrita, de integração com os mercados exteriores e busca pela proeminência tecnológica, atua de maneira complexa. Se garantiu o avanço das condições materiais de vida, teve uma contrapartida social. De toda forma, essa contrapartida pode também ser vista como a democratização do “peso” da industrialização, suportado pelos camponeses no período maoísta. Além disso, de maneira mais ampla, podemos dizer que tal experiência de desenvolvimento evitou o isolamento historicamente imposto aos povos que se recusam a aceitar as imposições das hegemonias de cada tempo histórico, garantindo a soberania nacional, ao passo que se livrou de embargos econômicos e se reconectou ao mundo.

Logo, poderíamos então responder que a remanência do aparato institucional do período maoísta fortalece a hipótese de que na China está instituído um ambiente em que particularidades históricas ainda atuam no sentido de influenciar as escolhas políticas. Assim, os planejadores agiriam de acordo com a institucionalidade previamente construída, na qual além da busca pela estabilidade das instituições,

destacam-se os interesses de uma das classes sociais. Ou seja, poderíamos estar diante de uma sociedade de classes constituída sob um aparato institucional que representaria uma classe em detrimento da outra, nesse caso, os trabalhadores em detrimento dos capitalistas. Se esse for o caso, teríamos uma inversão do que Lenin (2017) chama de “Estado Burguês”, no qual a classe proeminente sobre a burocracia é a dos capitalistas. Ou seja, para o caso chinês, o que o autor se refere por “Estado Proletário”. Dentro dessa perspectiva em uma sociedade na qual a burguesia ainda existe com classe, não existiria um equilíbrio perfeito entre classes e, portanto, as decisões do Estado pesariam para um dos lados, ou teriam um “espírito de classe”, como coloca Marx (2017, p. 984-989). Losurdo (2004, p. 68) descreve que:

Bastante superficial é a tese que, a propósito da China, fala de capitalismo restaurado. Não há dúvida: criou-se uma sólida burguesia, por hora sem possibilidade de concretizar politicamente sua força econômica. Compreende-se a difícil situação da direção chinesa: de um lado, tem de levar adiante o processo de democratização, elemento essencial seja da modernização socialista, seja da consolidação do poder (a investidura pela base é hoje o único princípio de legitimação); de outro, evitar que o mesmo necessário processo de democratização leve à conquista do poder por parte da burguesia. (LOSURDO, 2004, p. 68).

Desde que o autor apontou a complexa relação entre expansão das formas de participação política e proteção da burocracia dos interesses burgueses, no início da década de 2000, muito mudou da China sob o ponto de vista econômico e institucional, com a superação da miséria e contínuos avanços de renda e consumo, mas com concessões que levaram ao estabelecimento de uma burguesia no país. Diante dessa realidade, nos parece mais explicativo observar as contradições que deixaram de existir e as que foram gradualmente emergindo, como a democratização do “peso da industrialização” e a destruição do aparato de bem-estar social maoísta. Se as “formas de investidura” permanecem pela base, a única alteração que podemos realmente verificar nas tomadas de decisão política, para além da mudança de método de elaboração dos planos quinquenais, foi a importância das decisões jurídicas nas últimas décadas. De maneira geral, fosse por decisões jurídicas ou legislativas, observamos a ocorrência de importantes decisões no sentido do combate às contradições criadas pelas reformas.

Por fim, se a existência de contradições criadas pela existência de classes nos faz questionar o viés das decisões políticas na China, sem conseguir apontar uma resposta. Por outro lado, podemos estabelecer que tais contradições são resultado

da nova dinâmica econômica em prática no país, portanto, o objeto estudado se trataria de fato de um mercado de trabalho. Assim, ao passo que cada mercado de trabalho possui características regionais e históricas, para o caso chinês podemos sintetizá-las por dois fatores: a milenar instituição de mecanismos voltados ao equilíbrio dos mercados e o planejamento da economia construído a partir da revolução de 1949.

5. CONCLUSÃO

Esta pesquisa debruçou-se sobre as últimas décadas de transformações econômicas e sociais na China, baseando-se na hipótese de que com a reformas econômicas um mercado de trabalho teria sido criado. Assim, as mudanças institucionais pelas quais o país passou foram utilizadas como referência temporal para desenvolver uma compreensão histórica acerca da transformação do objeto de pesquisa. Nesse processo, nos deparamos com a dualidade criada pelo estabelecimento de unidades de produção privadas e o consequente estabelecimento de uma sociedade de classes. Assim, passamos a questionar a capacidade de interferência desses grupos formados no processo político posterior ao “*big bang* das reformas”.

Em termos da revisão bibliográfica realizada, percebemos que as primeiras grandes mudanças ocorreram no campo, com a ampliação de possibilidades de produção que culminou no desenvolvimento industrial fora das cidades. Isso, por si só, mudou as relações no campo, ao passo que a mão de obra rural sobressalente passou a ser incorporada às TVEs, estabelecendo relações empregatícias onde antes houveram comunas e cooperativas. Nas cidades, as mudanças institucionais que levaram ao estabelecimento das ZEEs, e, posteriormente, das ZDETs, tiveram influência sobre o campo, conforme a migração por dentro e por fora do sistema de registro “*hukou*” se acelera em meados nos anos 80. Além disso, inicia-se a onda de liquidações e fusões de SOEs, nos anos 90. Com relação ao emprego, significando mudanças nas relações trabalhistas e desmanche da, até então, robusta seguridade social urbana.

As medidas, inicialmente voltadas ao crescimento via exportações e posteriormente contando com investimentos mais robustos destinados sobretudo a projetos de infraestrutura, aceleraram o ritmo de crescimento do PIB, fazendo popularizar a expressão “índices de crescimento chineses” em alusão a um crescimento acelerado. Porém, para além do crescimento nominal, a avaliação dessas medidas é uma tarefa mais complexa, para a qual essa pesquisa espera ter contribuído. À primeira vista, deteriorações em comparação ao período pré-reformas são mais claras nas cidades que no campo. Assim, podemos separar os trabalhadores chineses e o tipo de “ambiente empregatício” com que precisam lidar a

partir dos anos 80 em quatro categorias: os que permaneceram no campo, os que migraram para as cidades por dentro do sistema de registro, os que o fizeram por fora, e os residentes urbanos de “longa data”.

No campo, registrou-se elevação da renda e do consumo a partir das novas instituições. Quanto à moradia, pouco mudou, fato que nos leva a assumir que a integralidade dos registrados nas áreas rurais e lá vivendo possui casa própria. Já em termos de educação e, principalmente, saúde, a lógica de mercado foi implantada.

Nas cidades, consideremos inicialmente os trabalhadores já urbanizados no período anterior às reformas. Estes, parecem ter sofrido mais as consequências das mudanças, visto que minimamente perderam a associação da moradia com o emprego, além da possível perda de emprego em uma SOE. Além disso, passaram a ser submetidos à saúde mercantilizada, além do desmonte do antigo regime previdenciário, bastante benevolente se comparado ao atual. Ainda sobre o ambiente urbano, os migrantes com transição de registro possivelmente tiveram uma elevação de renda ao se mudarem para o ambiente urbano, mas passando a necessitar arcar com custos de moradia. Por fim, os migrantes sem registro provavelmente enfrentam o pior dos cenários, passando a arcar com custos de moradia e de seguridade social integralmente, ao passo que os posteriormente instituídos subsídios governamentais estão atrelados à sua localidade de registro. Além disso, sabemos também que estes últimos são os que possuem as rendas mais baixas, submetendo-se a longas jornadas de trabalho e apresentando grande participação entre os trabalhadores informais.

Fica claro, por tanto, que as primeiras mudanças institucionais ampliaram as possibilidades de empregabilidade, embora isso também tenha significado a fragilização da seguridade social, principalmente em ambiente urbano. Por outro lado, um dado difícil de ser contestado é a ampliação e a diversificação do consumo das famílias rurais e urbanas, contando com a aquisição de bens de consumo duráveis, como TVs, geladeiras e máquinas de lavar roupas.

Diferentemente do consumo, não é possível julgar com tanta clareza as mudanças nos serviços básicos, por estas não gerarem resultados tão imediatos e mensuráveis. Por esta razão, buscamos perceber as contradições dessas mudanças a partir do histórico de reformas e políticas executadas, por entender que uma política pública implantada, potencialmente indica um gargalo ou ônus social trazido pela primeira mudança, visto que um problema foi socialmente percebido.

Consideramos importante ressaltar que boa parte dos avanços sociais registrados no país, que já foi um dos mais pobres do mundo, ocorreram ainda durante o período maoísta, ainda que expectativa de vida ao nascer, mortalidade infantil e analfabetismo tenham seguido em queda após as reformas. No período estudado, a grande mudança verificada foi a transformação do acesso aos serviços com significância para a continuidade da melhoria desses indicadores. A saúde, sobretudo, foi mercantilizada, embora regulamentações posteriores tenham suavizado os impactos negativos da inserção da lucratividade nesse serviço básico. A moradia no campo pouco mudou, já a urbana também sofre o processo de mercantilização, contando com programas estatais para subsidiar sua obtenção. Estes, por sua vez, aparentam sucesso, dada a manutenção da alta taxa de chineses que possuem imóvel próprio, inclusive entre as faixas mais jovens da população.

Para além das percepções sociais, sob o ponto de vista da dinâmica do emprego na China, ou seja, sua relação com a estrutura econômica do país, identificamos que o mercado de trabalho chinês pode estar diante de três principais desafios. Primeiramente, a saturação das cidades costeiras apresenta dificuldades às novas gerações de trabalhadores, que têm encontrado cada vez mais dificuldades para obter emprego nessa região. Sabemos, no entanto, que a política de interiorização tem de certa forma suavizado esse problema, com a expansão dos empregos no setor da transformação nas regiões Central e Oeste. De toda forma, na região Leste, um reflexo da condição inicialmente citada é o processo de informalização, que abrange desde profissionais com menos qualificação formal até graduados. Tal fato, pode representar o aprofundamento da dissolução da seguridade social promovida pelas transformações institucionais no emprego.

Visto que a política de subsídios governamentais e participação do empregador foi instituída com o objetivo de suavizar as contradições aprofundadas pelo desmanche do sistema de emprego urbano pré-reformas, a inexistência de vínculo empregatício legal na economia das plataformas colocou novamente os trabalhadores à própria sorte, principalmente em termos de saúde e aposentadoria. Retratamos que existe um esforço governamental a fim de garantir a participação dos empregadores nesse processo, fato que varia regionalmente, mas que, de maneira geral, garantiu a contribuição das plataformas para tratamentos médicos dos informais, reconhecendo, mesmo que parcialmente, o vínculo empregatício.

Ainda dentro do escopo de acontecimentos recentes no mercado de trabalho chinês e desafios percebidos, há de se considerar a desaceleração populacional chinesa. Esse indicador em particular é complexo por demonstrar que, se por um lado, a redução no número de filhos das famílias pode indicar o avanço das condições sociais, no sentido da adoção de métodos contraceptivos e da possibilidade de escolha feminina. Por outro, pode apresentar um obstáculo ao crescimento chinês, até então baseado primeiramente em uma ampla disponibilidade de mão de obra e complementado, conforme elevação da renda, por um grande mercado consumidor. Aqui, podemos também indicar algumas medidas em execução, como a suspensão da Lei do filho único aos casos em que era aplicada e combate aos custos com educação.

O terceiro desafio seriam eventos externos, ligados à conjuntura geopolítica e à guerra comercial travada pela então potência hegemônica, no sentido de dificultar o avanço do domínio das tecnologias mais avançadas. Mesmo assim, desenvolvimentos importantes têm sido realizados nessas áreas, apesar das barreias tarifárias e não tarifárias. De toda forma, no momento em que esta pesquisa é realizada, é incerto apontar desfechos para a questão, sobretudo em função da instabilidade geopolítica, que não deixa de estar ligada à proeminência econômica chinesa, bem como às fragilidades apresentadas pela hegemonia estadunidense.

Diante das questões domésticas e globais, é interessante observar que para boa parte dos desequilíbrios observados pela ampla literatura revisada, é possível indicar interferências do Estado voltadas à sua contenção, o que não significa que essas intervenções sejam livres de contradições ou completamente assertivas, dada a complexidade da realidade. Ainda assim, fica claro que as instituições trabalham a fim de rapidamente promover soluções para desequilíbrios percebidos, as executando através da capilarizada penetração social do Estado, como no caso da COVID-19.

Por essa razão, acreditamos que a prontidão estatal não se manifeste apenas em questões estritamente econômicas, mas na organização social como um todo. As medidas liberalizantes primeiramente desmancharam o modelo de seguridade trazido pela planificação aos moldes soviéticos. À medida que contradições resultantes da nova institucionalidade, bem como crises externas e eventos extraordinários, como as crises de 97 e 2008 e as pandemias de SARS e de COVID-19, se apresentaram, novas políticas foram prontamente elaboradas, a fim de remediar os efeitos desses eventos.

Assim, temos um cenário no qual o que o governo decide por fazer ocorre por meio de dois métodos. Primeiramente, o ensejo por manejar recursos e instituições herdadas da planificação, permitem ao Estado influenciar sobre a concentração geográfica de trabalhadores e investimentos. Sintetizam esta abordagem o sistema “*hukou*” e o robusto sistema financeiro estatal, respectivamente. Já do ponto de vista do mercado e seus desequilíbrios e falhas, temos a elaboração de políticas públicas voltadas à suaviza-las, que não deixam de remeter aos princípios do “leve-pesado”. Como exemplos, podemos mencionar os subsídios aos serviços sociais não mais vinculados ao emprego ou até mesmo políticas voltadas a promover investimentos privados. Estas políticas, além de serem criadas a partir das discussões no âmbito da Assembleia Nacional e suas equivalentes regionais, também gradualmente passaram a ter a participação das jurisprudências, como foi o reconhecimento do vínculo empregatício nas plataformas de mobilidade, levando à contribuição do empregador no pagamento dos custos com tratamentos médicos dos motoristas e entregadores.

Colocando essa última discussão em perspectiva, é particular à institucionalidade chinesa elementos diretamente ligados ao planejamento e à planificação econômica, como o sistema “*hukou*”, ao passo que a execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional, por exemplo estimulando investimentos privados, são possibilidades universais. Logo, observando a realidade chinesa sob a ótica do emprego, a conclusão que tiramos é a da existência de relações de mercado parciais. Logo, com os elementos expostos ao longo da revisão bibliográfica e diante da hipótese central, lançada ao início da pesquisa, podemos concluir que com a modificação das relações de trabalho na China dos anos 80 em diante, formou-se um mercado de trabalho com similaridades aos dos países capitalistas, mas com particularidades.

Cabe ressaltar que a interpretação desse mercado é um processo complexo, não sendo possível definir com precisão seu saldo para os trabalhadores. Primeiramente, dado que assumir seus aspectos claramente positivos, como aumento da renda e melhorias das possibilidades de consumo, como resultado direto do mercado de trabalho estabelecido seria considera-lo um evento estéril. A verdade é que ele é parte de um processo amplo, no qual a China voltou a se conectar comercialmente com o mundo, ao passo que embargos comerciais foram suspensos por razões que fogem ao escopo dessa pesquisa. Assim, afirmar que estabelecimento do mercado de trabalho isoladamente melhorou as condições de vida, sem considerar

aspectos mais amplos da inserção chinesa na economia global, é pretencioso e carece de fundamentação. De maneira oposta, o desmanche do robusto sistema de seguridade social está claramente ligado às mudanças no emprego e significou a mercantilização de serviços, estabelecendo novos tipos de gastos aos trabalhadores.

Sob a ótica da “prontidão”, verificamos que quando problemas são identificados, o Estado tem buscado enfrentá-los rapidamente, o que não significa que eles deixem de existir “da noite para o dia”, embora possam ser apaziguados. Em termos desse “apaziguamento” e da própria identificação desses problemas, acreditamos que essa seja a principal questão deixada em aberto por nossa pesquisa, sobretudo diante das contradições potencializadas pela economia das plataformas. Portanto, para pesquisas futuras recomendamos o aprofundamento da compreensão das forças incidentes sobre a ação estatal de que tratamos, a partir das contradições econômicas e políticas criadas pela estratégia que induz investimentos, mas abre espaço gradualmente para a disputa do excedente. Portanto, cada decisão política possui capacidade indicativa sobre o saldo da luta de classes no país. Conforme os pesquisadores dispõem de novos episódios e desfechos, o estado em que se encontram tais forças deverá apresentar uma fotografia de nitidez proporcional ao avanço das forças produtivas no país, visto que esse último interfere diretamente sobre a partilha do excedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFE. The Commune System: Organization and Evolution. **Asia for Educators**, Columbia University. Disponível em: http://afe.easia.columbia.edu/special/china_1950_commune.htm. Acesso em: 05/08/2023.

ANG, YY. INDUSTRIAL TRANSFER AND THE REMAKING OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA'S COMPETITIVE ADVANTAGE. **ADB Working Paper Series**, No. 762 July 2017. Asian Development Bank Institute.

ANGLE, Stephen C. DECENT DEMOCRATIC CENTRALISM. **POLITICAL THEORY**, Vol. 33 No. 4, August 2005 518-546. DOI: 10.1177/0090591705276880.

BOLETIM TRABALHISTA DA CHINA₁. **The Platform Economy**, 21/04/2023. Disponível em: <https://clb.org.hk/en/content/platform-economy>. Acesso em: 08/09/2023.

BOLETIM TRABALHISTA DA CHINA₂. **Strike Map**. Disponível em: https://maps.clb.org.hk/?i18n_language=en_US&map=1&startDate=2023-09&endDate=2024-03&eventId=&keyword=&addressId=&parentAddressId=&address=&parentAddress=&industry=&parentIndustry=&industryName=. Acesso em: 02/03/2023.

BANCO MUNDIAL₁. Lifting 800 Million People Out of Poverty – New Report Looks at Lessons from China's Experience. **PRESS RELEASE**, April 1, 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/04/01/lifting-800-million-people-out-of-poverty-new-report-looks-at-lessons-from-china-s-experience>. Acesso em: 13/08/2023.

BANCO MUNDIAL₂. **WORLD DEVELOPMENT INDICATORS**. Disponível em: <https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/> Acesso em: 13/08/2023.

BANCO MUNDIAL₃. **Literacy rate, adult total (% of people ages 15 and above) - China**. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SE.ADT.LITR.ZS?locations=CN>. Acesso em: 13/08/2023.

BANCO MUNDIAL₄. Life expectancy at birth, total (years). Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.IN>. Acesso em: 13/08/2023.

BANCO MUNDIAL₅. Access to Sanitation Services Improves the Quality of Life in Rural China. **FEATURE STORY**, March 10, 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2020/03/10/access-to-sanitation-services-improves-the-quality-of-life-in-rural-china>. Acesso em: 13/08/2023.

BIAN, Y., LU, C. **Urban-Rural Housing Inequality in Transitional China**. In: Attané, I., Gu, B. (eds) *Analysing China's Population*. INED Population Studies, vol 3. Dordrecht: Springer, 2014. https://doi.org/10.1007/978-94-017-8987-5_10

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento/Caixa Econômica Federal, 2011.

BRAGA, JP. NOGUEIRA, I. Mercado de trabalho e salário mínimo na China. **GEOSUL**. v. 35 n. 77 (2020): Dossiê: a China, sua dinâmica e seu papel no mundo pós-pandemia.

CAI, F. WANG, M. Growth and structural changes in employment in transition China. *Journal of Comparative Economics* 38 (2010) 71–81.

CARVALHO, Miguel. A ECONOMIA POLÍTICA DO SISTEMA FINANCEIRO CHINÊS (1978-2008). Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

CASTRO, D. GOULART JR, J. A cultura da tradução do desenvolvimento: A propósito da China e suas interpretações. **Revista de Ciências Humanas Dossiê Relações Brasil-China** jan. - jul./2022 v. 1, n. 22.

CHAN, KW. Higher Education and Graduate Employment in China: Challenges for Sustainable Development. **Higher Education Policy**, 2015, 28, (35–53).

CHAN, KW. ZHANG, L. The Hukou System and Rural-Urban Migration in China: Processes and Changes. *The China Quarterly*, 160, 818-855. doi:10.1017/S0305741000001351.

CHAVANCE, B. Ownership Transformation and System Change in China, **Revue de la régulation** [En ligne], 21 | 1er semestre / Spring 2017, mis en ligne le 20 juin 2017.

CHEN, Duanjie. CHINA'S STATE-OWNED ENTERPRISES: HOW MUCH DO WE KNOW? FROM CNOOC TO ITS SIBLINGS. **SPP RESEARCH PAPERS**, Volume 6 • Issue 19 • June 2013.

CHINA. **Civil and Commercial Laws, Law of the People's Republic of China on Individual Proprietorship Enterprises**, 1999. Disponível em: http://www.npc.gov.cn/zgrdw/englishnpc/Law/2007-12/11/content_1383558.htm. Acesso em: 04/09/2023.

CHINA BANKING NEWS. **Banking-Insurance Merger Marks Biggest Shakeup of Chinese Financial Regulation in 15 years**, 20/03/2018. Disponível em: <https://www.chinabankingnews.com/2018/03/20/banking-insurance-merger-marks-biggest-shakeup-chinese-financial-regulation-15-years/>. Acesso em: 10/10/2023.

CHINA DAILY. **Life expectancy of Chinese increases by 42 years in nearly 70 years**, 23/05/2023. Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/a/201905/23/WS5ce65408a3104842260bd68e.html>. Acesso em: 10/11/2023.

DA CONCEIÇÃO TAVARES, Maria. **LIÇÕES CONTEMPORÂNEAS**. *Jornal Folha de São Paulo*. 7 de dezembro de 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi071221.htm>. Acesso em: 06/08/2023.

DI, W. Operating Norms and Practices of Residents' Committees: The consequences and limits of management by numbers. **China Perspectives**. 2013/1 | 2013. DOI: 10.4000/chinaperspectives.6098.

DING, Ru. (2014). 'Public Body' or Not: Chinese State-Owned Enterprise. **Journal of World Trade**. 48. 167-189. 10.54648/TRAD2014007.

DU, H; MA, Y; AN, Y. The impact of land policy on the relation between housing and land prices: Evidence from China. **The Quarterly Review of Economics and Finance** 51, 2011.

EMONT, J. **Mudanças na relação trabalhista ameaçam a era dos bens baratos**. *Jornal Valor Econômico*. 08 de agosto de 2023.

FANG, Evandro et al. A research agenda for ageing in China in the 21st century (2nd edition): focusing on basic and translational research, long-term care, policy and social networks. **Ageing Research Reviews** Volume 64, December 2020, 101174.

FIORI, J.S. Estado de Bem-Estar Social: Padrões e Crises. **Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 7(2): 129-147, 1997.

GABRIELE, Alberto. The Role of the State in China's Industrial Development: A Reassessment. **Comparative Economic Studies**, 2010, 52, (325-350).

GARCÍA-HERRERO, Alicia; GAVILÁ, Sergio; SANTABÁRBARA, Daniel. CHINA'S BANKING REFORM: AN ASSESSMENT OF ITS EVOLUTION AND POSSIBLE IMPACT. **Documentos Ocasionales** N.º 0502. BANCO DE ESPANA, 2005.

GLAZEBROOK, Kate; SONG, Ligang. Is China up to the Test? A Review of Theories and Priorities for Education Investment for a Modern China. **China & World Economy**. 56–78, Vol. 21, No. 4, 2013.

GONÇALVES, A. M. China's Swing from a Planned Soviet-Type Economy to an Ingenious Socialist Market Economy: An Account of 50 Years. **SSRN Electronic Journal**, 2006. <https://doi.org/10.2139/ssrn.949371>.

GUIMARÃES COSTA, JV. **ENSAIO SOBRE O SISTEMA DE EDUCAÇÃO NA CHINA: A CAMINHO DE QUE ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL**. Monografia (Bacharelado em Economia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

GUO, L; HUANG, J; ZHANG, Y. Education Development in China: Education Return, Quality, and Equity. **Sustainability** 11, 3750, 2019. DOI: 10.3390/su11133750.

GUO, L; WANG, S; XU, N. Z. US economic and trade sanctions against China: a loss-loss confrontation. **Economic and Political Studies**, 2021. DOI:10.1080/20954816.2021.1920195

Guthrie, D., Xiao, Z., & Wang, J. (2015). Stability, Asset Management, and Gradual Change in China's Reform Economy. In B. Naughton & K. Tsai (Eds.), *State Capitalism, Institutional Adaptation, and the Chinese Miracle (Comparative Perspectives in Business History)*, pp. 75-101). Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/CBO9781139962858.004

HEILMANN, Sebastian; Melton, Oliver. The Reinvention of Development Planning in China, 1993–2012. **Modern China** 39(6) 580–628, 2013. DOI: 10.1177/0097700413497551.

HSBC. Beyond the Bricks: The meaning of home, 2017. Global factsheet. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUK Ewjq34_PzYCFAXvotJUCHaXFBrlQFnoECBQQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.hsbc.com%2F-%2Ffiles%2Fhsbc%2Fmedia%2Fmedia-release%2F2017%2F170227-beyond-the-bricks-global-factsheet.pdf&usg=AOvVaw31orsxM7-8PPIIPDgRvLew&opi=89978449. Acesso em: 10/02/2024.

HU, Angang. The Distinctive Transition of China's Five-Year Plans. **Modern China** 39(6) 629–639, 2013. DOI: 10.1177/0097700413499129.

IMAI, K. Explaining the persistence of state ownership in China. **Discussion Paper**, Institute of Developing Economies, n. 064, 2006.

JABBOUR, Elias. China: as infra-estruturas como essência do fenômeno. *Revista de Informações e Debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, ed. 26, 2006.

JABBOUR, Elias et al. A (NOVA) ECONOMIA DO PROJETAMENTO: O CONCEITO E SUAS NOVAS DETERMINAÇÕES NA CHINA DE HOJE. *Geosul*, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 17-48, dez. 2020.

JABBOUR, E; BOA NOVA, V; VADELI, J. "O caminho chinês": desenvolvimento desigual, projeto e socialismo. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 26, n. 59, pp. 377-399, jan/abr 2024. DOI: 0.1590/2236-9996.2024-5917.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **CHINA: O SOCIALISMO DO SÉCULO XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.

JABBOUR, E; DANTAS, A. A economia política das reformas e a presente transição chinesa. *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 37, n° 4 (149), pp. 789-807, October-December/2017.

JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz. "socialização do investimento": uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. *Rev. Econ. Contemp.*, v. 22, n. 1, p. 1- 23, jan./abr. 2018: e182217 DOI: 10.1590/198055272217 *Revista de Economia Contemporânea* (2018) 22(1): p. 1-23.

JEFFERSON, G. State-Owned Enterprise in China: Reform, Performance, and Prospects. *Working Paper Series*, 2017 | 109R. Economics Department, Brandeis University.

JIANG, Y; ZHANG, B; ZHAO, Y; ZHENG, C. China's Preschool Education Toward 2035: Views of KeyPolicy Experts. *ECNU Review of Education*, Vol. 5(2) DOI: 10.1177/20965311211012705.

JUSTEN, Andréia F; FROTA, Mariângela B. PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS: APONTAMENTOS SOBRE AS LIMITAÇÕES EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO. *In: VIII Simpósio Iberoamericano de Cooperação para o Desenvolvimento e a Integração Regional* (Anais). Universidade Federal da Fronteira Sul, 2017.

KELLOGG, Thomas. Constitutionalism with Chinese characteristics? Constitutional development and civil litigation in China. *International Journal of Constitutional Law*, Volume 7, Issue 2, April 2009, Pages 215–246, <https://doi.org/10.1093/icon/mop001>.

KEYNES, J. M. A TEORIA G ERAL DO EMPREGO DO JURO E DA MOEDA. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

KIM, J. and S. Dougherty (eds.) (2020), *Ageing and Fiscal Challenges across Levels of Government*, **OECD Fiscal Federalism Studies**, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/2bbfbda8-en>.

KNIGHT, John; Song, Lina. TOWARDS A LABOUR MARKET IN CHINA. *Oxford Review of Economic Policy*, Winter 1995, Vol. 11, No. 4, CHINA (Winter 1995), pp. 97-117.

KOTY, AC. **New China Guidelines Promote Transfer of Manufacturing to Inland Regions**. China Briefing, February 22, 2022. Disponível em: <https://www.china-briefing.com/news/new-china-guidelines-promote-transfer-of-manufacturing-to-inland-regions/>. Acesso em: 10/08/2023.

LAHIRI, Tripti. China is trying to delay its retirement age. Here's why. *Future of Work*, World Economic Forum. May 3, 2022. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2022/05/china-change-retirement-age/>. Acesso em: 04/09/2023.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. Lênin, o campesinato e o MST. **Tempo da Ciência** (14) 28 : 131-142 2º semestre 2007.

LENIN, V. I. **UM PASSO EM FRENTE, DOIS PASSOS ATRÁS (A CRISE NO NOSSO PARTIDO)**. In: Obras Escolhidas de V. I. Lénine. São Paulo: Editorial Avante, 1977. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1904/passos/passos.pdf>. Acesso em: 10/05/2023.

LENIN, V. I. **Centralismo democrático: “Liberdade para Criticar e Unidade de Ação”**. Disponível em: <https://lavrapalavra.com/2018/12/03/centralismo-democratico-liberdade-para-criticar-e-unidade-de-acao/>. Acesso em: 10/05/2023.

LENIN, V. I. **O que fazer?: questões candentes de nosso movimento**. São Paulo: Boitempo, 2020.

LI, S. Rural Migrant Workers in China: Scenario, Challenges and Public Policy. **Working Paper** No. 89. Policy Integration and Statistics Department, International Labour Office, Geneva. June 2008.

LIU, L. **Another Chinese city has overtaken New York for number of billionaires**. NBCNews. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/news/world/another-chinese-city-overtaken-new-york-number-billionaires-rcna23545>. Acesso em: 10/08/2023.

LOSURDO, Domenico. **Fuga da História? A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

LU, Jiehua; Liu, Qin. Four decades of studies on population aging in China. **China Population and Development Studies** (2019) 3:24–36 <https://doi.org/10.1007/s42379-019-00027-4>.

MAJID, Nomaan. **The great employment transformation in China** / Nomaan Majid ; International Labour Office, Employment Policy Department, Employment and Labour Market Policies Branch. - Geneva: ILO, 2015.

MARTIN, Michael. China's Banking System: Issues for Congress. Congressional Research Service. 2012.

MASIERO, Gilmar. Origens e desenvolvimento das Township and Village Enterprises (TVEs) chinesas. **Revista de Economia Política**, vol. 26, n° 3 (103), pp. 425-444 julho-setembro/2006.

MEDEIROS, Carlos. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013.

MAZZUCATO, Mariana. **O ESTADO EMPREENDEDOR**. São Paulo: EDITORA SCHWARCZ S.A., 2014.

MENDONÇA, Ana Rosa. SISTEMA FINANCEIRO CHINÊS: CONFORMAÇÃO, TRANSFORMAÇÕES E CONTROLE. **China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento** / Marcos Antonio Macedo Cintra, Edison Benedito da Silva Filho, Eduardo Costa Pinto (Organizadores) - Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

MO, Yk. A review of recent banking reforms in China. In: STRENGTHENING THE BANKING SYSTEM IN CHINA: ISSUES AND EXPERIENCE. **BIS POLICY PAPERS**, No. 7 - October 1999.

MORAIS, Isabela. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA NA CHINA CONTEMPORÂNEA. Dissertação (Doutorado em Ciências Econômicas). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

MULLEN, A. **China's one-child policy: what was it and what impact did it have?** Explainer, 01/06/2021. South China Morning Post. Disponível em: <https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3135510/chinas-one-child-policy-what-was-it-and-what-impact-did-it>. Acesso em: 20/01/2024.

NAUGHTON, B. **THE RISE OF CHINA'S INDUSTRIAL POLICY, 1978-2020**. México, D.F: Universidad Nacional Autónoma de México, 2021.

NBS. NATIONAL BUREAU OF STATISTICS, **National Data, 2023**. Não p. Disponível em <https://data.stats.gov.cn/english>. Acesso em: 20/05/2023.

NOGUEIRA, Isabela. Estado e Capital em uma China com Classes. **Texto para Discussão 029** | 2017. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NOLAND, Marcus; PARK, Donghyun; ESTRADA, Gemma. Developing the Service Sector as Engine of Growth for Asia: An Overview. **ADB Economics Working Paper Series**. No. 320 | November 2012.

OCDE₁. **The Size and Sectoral Distribution of State-Owned Enterprises**, 2017, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264280663-en>.

OCDE₂. Education in China: A SNAPSHOT, 2016. Disponível em: <https://www.oecd.org/china/Education-in-China-a-snapshot.pdf>. Acesso em: 12/12/2023.

OIT. China: Promoting Decent Employment for Rural Migrant Workers. **Employment Policies Report**. 978-92-2-125660-1.

OMS. **Life expectancy at birth**. Disponível em: <https://data.who.int/countries/156>. Acesso em: 20/05/2023.

PAULA, L. F.; JABBOUR, E. A China e seu catching up: uma análise desenvolvimentista clássica. **ABDE-BID**: Rio de Janeiro, 2017.

PAUTASSO, D; NOGARA, T. S; UNGARETTI, C. R; RABELO, A. N. P. As três dimensões da guerra comercial entre China e EUA. **Rev. Carta Inter.**, v. 16, n. 2, e1122, 2021.

PISTOR, Katharina. Banking Reform in the Chinese Mirror. **COLUMBIA LAW & ECONOMICS WORKING PAPER NO. 354**, 2009.

POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

QIN, Duo. Is China's growing service sector leading to cost disease? **Structural Change and Economic Dynamics** 17 (2006) 267–287.

REN, X. Pandemic and lockdown: a territorial approach to COVID-19 in China, Italy and the United States. **Eurasian Geography and Economics**. DOI:10.1080/15387216.2020.1762103

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Considerações sobre a teoria da guerra revolucionária de Mao Tsé-tung. **Crítica Marxista**. Número 4, 1997.

SASAC. **What We Do**, July 17, 2018. Disponível em: http://en.sasac.gov.cn/2018/07/17/c_9258.htm. Acesso em: 10/08/2023.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas – Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda., 2017.

SHARMA, Shalendra D. Why China Survived the Asian Financial Crisis? **Brazilian Journal of Political Economy**, vol. 22 , nº 2 (86), pp. 225-252, April-June/2002 DOI: 10.1590/0101-31572002-1235.

SHI, L. Rural Migrant Workers in China: Scenario, Challenges and Public Policy. **Working Paper No. 89**. Policy Integration and Statistics, Department International Labour Office, Geneva. June 2008.

SI, Wen. **Evolution of RMB Exchange Rate Regime**. Institute of World Economy, Shanghai Academy of Social Science, 2014.

SILVA, Adriana Ilha da. Perspectivas históricas e econômicas sobre a saúde na China no século XXI. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.27, n.2, abr.-jun. 2020, p.375-389.

SMITH, Adam. **A RIQUEZA DAS NAÇÕES: INVESTIGAÇÃO SOBRE SUA NATUREZA E SUAS CAUSAS**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

SUN, Luna. **China jobs: record youth unemployment ‘unsolvable for a while’, fifth job crisis since 1978 seen only getting worse**. South China Morning Post. Disponível em: <https://www.scmp.com/economy/economic-indicators/article/3224762/china-jobs-record-youth-unemployment-unsolvable-while-fifth-job-crisis-1978-seen-only-getting-worse>. Acesso em: 12/07/2023.

SUN, J; YAMORI, N. How Did the Introduction of Deposit Insurance Affect Chinese Banks? An Investigation of Its Wealth Effect. **Discussion Paper Series RIEB Kobe University**, 2016.

TAEVOSYAN, Gohar; SHAOJUN, Chen; LIU, Rong. RETURNING MIGRANTS IN THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA CHALLENGES AND PERSPECTIVES—EVIDENCE FROM CHONGQING. **ADB EAST ASIA WORKING PAPER SERIES**. NO. 33 December 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.22617/WPS200399-2>.

THE GUARDIAN. **More than 100 Chinese cities now above 1 million people**. The other China. 20/03/2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/2017/mar/20/china-100-cities-populations-bigger-liverpool>. Acesso em: 10/08/2023.

TORRES FILHO, ET. A Crise da Economia Japonesa nos Anos 90: impactos da bolha especulativa. **Revista de Economia Política**, vol. 17, n1 (65), janeiro-março/ 97.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. O MÉTODO MATERIALISTA HISTÓRICO E DIALÉTICO PARA A PESQUISA EM EDUCAÇÃO. **Rev. Simbio-Logias**, V. 12, Nr. 17 – 2020.

UNICEF. **Children in China: An Atlas of Social Indicators**. Disponível em: <https://www.unicef.cn/sites/unicef.org.china/files/2019-02/EN%20Atlas%202018-FINAL.pdf>. Acesso em: 10/12/2023.

UNICEF China. **Closing the gaps with improved water & sanitation in China**. 5 questions with Yang Zhenbo. 02/07/2015. Disponível em: <https://www.unicef.cn/en/stories/closing-gaps-improved-water-sanitation-china>. Acesso em: 09/01/2024.

WANG, J, GUTHRIE, D, XIAO, Z. The Rise of SASAC: Asset Management, Ownership Concentration, and Firm Performance in China's Capital Markets. **Management and Organization Review**, 8(2), 253-281, 2012. <https://doi.org/10.1111/j.1740-8784.2011.00236.x>

WANG, Xiaobing; Yamauchi, Futoshi; Huang, Jikun. Rising wages, mechanization, and the substitution between capital and labor: evidence from small scale farm system in China. *Agricultural Economics* 47 (2016) 309–317.

WEBBER, Isabella. *Como a China escapou da terapia de choque: o debate da reforma de mercado*. São Paulo: Boitempo, 2023.

WEN, C. **Barefoot doctors in China**. *Nurs Dig*. 1975 Jan-Feb;3(1):26-8. PMID: 12259447.

XIANGDONG, Z. Survey on Household Income and Work Force in Rural China. **Third International Conference on Agricultural Statistics (ICAS III)** - November 2-4, 2004.

XIE, Q, PARSA, A. R. G, REDDING, B. The Emergence of the Urban Land Market in China: Evolution, Structure, Constraints and Perspectives. **Urban Studies**, 39(8), 1375–1398, 2002.

XIN, Dong. Reform of China's Housing and Land Systems: The Development Process and Outlook of the Real Estate Industry in China. **Chinese Journal of Urban and Environmental Studies**. Vol. 5, No. 4 (2017). DOI: 10.1142/S2345748117500270.

XINGLIANG, Chen. CHINA'S GUIDING CASE SYSTEM: A Study on the Mechanisms of Rule Formation. **Peking University Law Journal**. 1:2, 215-258, DOI: 10.1080/20517483.2014.11424471.

XU, Xiaoqing E; CHEN, Tao. The effect of monetary policy on real estate price growth in China. **Pacific-Basin Finance Journal** 20 62–77, 2012.

XU, Zhun. The gig economy in China. *In*: NESS, M. **The Routledge Handbook of the Gig Economy**. Londres: Routledge, 2022.

YIP, WC. et al. Early appraisal of China's huge and complex health-care reforms. **The Lancet**. Vol 379 March 3, 2012.

YI, Jingtao. Policy Options for China's Exchange Rate Regime in the PostReform Era. **Discussion Paper** 26. China Policy Institute, University of Nottingham Ningbo, China, 2008.

YILIN, N. **82 Chinese SOEs Listed among 2021 Fortune Global 500**, 2021-08-03. Disponível em: http://en.sasac.gov.cn/2021/08/03/c_7528.htm. Acesso em: 13/08/2023.

YU, S; XUEQIAO, W; LIU, Nian. China's Covid patients face medical debt crisis as insurers refuse coverage, Coronavirus. 10/01/2023. Disponível em: <https://www.ft.com/content/c049eb2d-4455-4ed3-b775-2c6818ec5737>. Acesso em: 07/01/2024.

ZEDONG, Mao. (ON THE TEN MAJOR RELATIONSHIPS). **Selected Works of Mao Tse-tung**. April 25, 1956. Disponível em: https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-5/mswv5_51.htm. Acesso em: 10/08/2023.

ZHANG et al. SELF-EMPLOYMENT WITH CHINESE CHARACTERISTICS: THE FORGOTTEN ENGINE OF RURAL CHINA'S GROWTH. **Contemporary Economic Policy Advance Access**, March 1, 2006.

ZHOU, I. Digital Labour Platforms and Labour Protection in China. **ILO Working Paper** 11, October / 2020.

ZHOU, Y. FANG, T. Dynamic Characteristics and Evolution Analysis of China's Rural Population Migration Networks from 2000 to 2020 Based on the Perspective of Regional Differences. **Systems** 2023, 11, 270 <https://doi.org/10.3390/systems11060270>.

APÊNDICE

TABELA 1 – PROPORÇÃO REGIONAL DA PRODUÇÃO DE BENS SELECIONADOS

Produção	1980		1990		2000		2010		2020		2022	
	Leste	Central	Oeste									
Petróleo Bruto	-	36%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gás Natural	16%	59%	6%	32%	60%	7%	22%	21%	50%	18%	18%	36%
Sal	64%	19%	17%	50%	17%	32%	47%	6%	23%	6%	31%	31%
Açúcar Refinado	49%	16%	35%	43%	14%	43%	32%	47%	7%	7%	7%	7%
Cerveja	-	-	-	52%	14%	36%	12%	43%	32%	47%	7%	7%
Cigarros	37%	43%	20%	27%	36%	12%	35%	12%	43%	32%	47%	7%
Tecidos	52%	34%	15%	27%	36%	12%	35%	12%	43%	32%	47%	7%
Papel e Papel-Cartão	44%	42%	14%	58%	27%	52%	20%	60%	22%	32%	32%	32%
Coque	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ácido Sulfúrico	-	46%	19%	39%	37%	24%	24%	36%	33%	33%	33%	33%
Soda Cáustica	56%	35%	12%	55%	30%	37%	24%	36%	33%	33%	33%	33%
Barrilha	43%	51%	6%	52%	35%	30%	37%	24%	36%	33%	33%	33%
Etileno	80%	7%	13%	63%	29%	8%	14%	24%	36%	33%	33%	33%
Fertilizantes Químicos	59%	34%	8%	68%	25%	7%	8%	27%	31%	39%	37%	37%
Pesticidas Químicos	74%	17%	9%	62%	34%	8%	27%	31%	39%	37%	37%	37%
Plástico Primário	59%	33%	8%	66%	25%	6%	7%	27%	31%	39%	37%	37%
Fibras Sintéticas	38%	40%	22%	45%	35%	16%	21%	6%	27%	31%	39%	37%
Cimento	43%	50%	7%	43%	41%	16%	18%	16%	21%	6%	27%	31%
Vidro Comum	29%	49%	16%	35%	44%	17%	18%	16%	21%	6%	27%	31%
Ferro Gusa	41%	35%	29%	39%	44%	17%	18%	16%	21%	6%	27%	31%
Aço Bruto	41%	35%	29%	39%	44%	17%	18%	16%	21%	6%	27%	31%
Aço Laminado	49%	33%	17%	60%	40%	13%	16%	21%	6%	27%	31%	31%
Máquinas-ferramenta	43%	50%	7%	56%	27%	0%	0%	77%	72%	53%	47%	50%
Tratores Grandes e Médios	43%	50%	4%	44%	44%	10%	10%	33%	77%	53%	47%	50%
Veículos Motorizados	-	-	-	87%	12%	1%	1%	30%	30%	45%	22%	17%
Carros	90%	10%	1%	61%	26%	13%	63%	61%	33%	77%	53%	47%
Geladeiras Domésticas	-	-	-	76%	18%	6%	85%	11%	3%	7%	9%	9%
Condicionadores de Ar Domésticos	-	-	-	76%	18%	6%	85%	11%	3%	7%	9%	9%
Máquinas de Lavar Domésticas	63%	36%	1%	62%	23%	16%	77%	17%	5%	3%	5%	5%
Telefones Móveis	-	-	-	-	-	-	100%	0%	0%	0%	0%	0%
Equipamentos de Microcomputador	-	-	-	78%	7%	15%	82%	15%	3%	3%	3%	3%
Circuitos Integrados	-	-	-	91%	1%	7%	96%	0%	4%	4%	4%	4%
Aparelhos de Televisão Colorida	78%	0%	22%	70%	10%	20%	62%	19%	19%	77%	87%	98%

FONTE: NBS (2024). ELABORAÇÃO: O Autor (2024).